UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PAULO FREIRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

CRISTIANE SILVA DE MEIRELES CARDOSO

EDUCAETHOS:
um app educacional para a reeducação das sociabilidades étnico-raciais

TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA
2019

CRISTIANE SILVA DE MEIRELES CARDOSO

EDUCAETHOS:
um app educacional para a reeducação das sociabilidades étnico-raciais

Memorial Final de Elaboração do Produto Didático apresentado na Defesa no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Antonio Nunes Neto.

TEIXEIRA DE FREITAS – BAHIA
2019

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final deste trabalho me faz perceber o quanto a pesquisa, as leituras, os estudos e a escrita são atividades solitárias, mas, ao mesmo tempo, atravessadas pela participação e pela colaboração de pessoas e que sem elas não seria possível realizá-las. E é com o coração cheio de gratidão e de afeto que agradeço a todos que me ajudaram de alguma forma a conquistar vitória nesse processo de estudos do mestrado.

Primeiramente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) por acreditar em meu potencial e abrir condições para que eu pudesse participar com minha pesquisa.

Agradeço a todos os professores, que se dedicaram para transformar os componentes curriculares ofertados no Programa, não apenas em espaço de conhecimento, mas, principalmente, lugar de transformação.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Antonio Nunes Neto, dedico atenção especial e agradeço por me ouvir, por cada tempo despendido com sua orientação e o seu direcionamento por caminhos dantes desconhecidos para mim. Por seu carinho, atenção e cuidado, todo o meu apreço e gratidão. Recebi de você mais que orientação, ganhei amizade.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação, agradeço-lhes pelas trocas e pela partilha que tanto contribuíram para que os objetivos nesse curso fossem alcançados. Aos estudantes, aos professores, aos gestores e aos demais funcionários do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju (CIEI), o meu profundo agradecimento. Nesse espaço, é possível aprender e ensinar.

Pelas valiosíssimas contribuições, dedicação e comprometimento, agradeço de coração ao Grupo de Discussão da pesquisa. As discussões, as trocas de experiências, os relatos e a produção efetiva na pesquisa possibilitaram a construção coletiva e participativa dos conteúdos do aplicativo.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Itamaraju juntamente à Secretaria Municipal de Educação, que, ao cumprir com o Estatuto do Magistério Municipal e seu Plano de Cargos e Salários, me possibilitou licença para estudos acadêmicos. Essa ação foi de extrema importância para minha dedicação nos estudos e na pesquisa.

À minha família, em particular meu marido, Sancler Cardoso e ao meu filho Samuel Cardoso, agradeço-lhes por cada ação, atitude e, principalmente, por entenderem cada ausência, falta de atenção e estresse gerados por tantas responsabilidades e prazos a cumprir.

Vocês me completam e me motivam a caminhar sempre. Obrigada pela força, carinho em todos os momentos e por me amarem sempre e incondicionalmente. Amo você, marido. Filho amado, você é a minha vida.

Agradeço aos meus irmãos, às cunhadas e aos sobrinhos que mesmo distantes, eu sentia a força positiva de cada um. Obrigada por acreditarem em mim e pelo incentivo de cada dia, assim como entender minhas ausências.

Não poderia deixar de agradecer, mesmo *in memoriam*, à minha mãe. Ela foi e é o começo de tudo, quem sempre me deu a condição e o incentivo de estudar. Em cada momento que podia, mostrava-me a importância da educação na vida de uma pessoa. Obrigada minha mãe. Você é aquela em que eu gostaria de dedicar essa vitória e se eu pudesse lhe diria o quanto você estava sempre certa. Eu a amo eternamente.

Mais uma mulher que fez parte da minha vida e, assim, não poderia ficar de fora meu eterno agradecimento por contribuir em me fazer em quem sou hoje. Mais uma vez e, lamentavelmente, *in memoriam*, agradeço à minha filha Mariana. Você faz parte de mim hoje e sempre. Como eu queria que quem estivesse nesse lugar fosse você. Como sonhei com a conclusão dos seus estudos na universidade, ingresso no mestrado e doutorado. Mas Deus não permitiu que estivesse mais aqui entre nós. Eu a amo eternamente. Obrigada por, em vida, me trazer tanta felicidade e, também, com a sua ausência, me transformar em um ser mais humanizado, mais empático, mais atento às necessidades das pessoas.

E sem poder deixar de expressar o meu eterno agradecimento, exalto-te Deus, pelo cuidado, pelo sustento, pela fé, por não me deixar só nos momentos de aflição, de solidão e de cansaço. Tu és a minha luz, a minha força. “Amo ao Senhor, porque Ele ouviu a minha voz e a minha súplica. Porque inclinou a mim os seus ouvidos; por quanto o invocarei enquanto eu viver”, (Sl. 116: 1-2). Louvado seja o nome do Senhor!

Enfim, agradeço a todos àqueles (e foram muitos) que me ajudaram direta ou indiretamente e de alguma forma me apoiaram, meu eterno agradecimento.

Você verá que é mesmo assim,
Que a história não tem fim
Continua sempre que você responde "sim"
À sua imaginação
À arte de sorrir cada vez que o mundo diz "não".

Brincar de Viver, Maria Betânia.

RESUMO

Este trabalho apresenta o memorial da pesquisa que tornou possível a criação do produto didático EDUCAETHOS: um app educacional para a reeducação das sociabilidades étnico-raciais, cujo uso contribui e colabora para a autoidentificação, o reconhecimento, a valorização étnico-racial na promoção das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira, indígena e cigana na comunidade escolar do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju-BA, *lócus* deste estudo. Na metodologia da pesquisa e seleção dos conteúdos do app, nos baseamos nas contribuições teórico-metodológicas de Thiollent (2011), praticadas em cada um dos encontros estratégicos do grupo de discussão, composto por professores, estudantes, funcionários e gestores do campo onde a pesquisa foi desenvolvida e ganhou materialidade. O EducaEthos possui oito fases: i) "Quiz Identitário"; ii) "Você Sabia?"; iii) "Verdade X Mentira"; iv) "Tome Nota"; v) "Quem Sou Eu?"; vi) "Autoavaliação"; vii) "Empoderamento"; viii) "Certificação" e a partir dos conteúdos discutidos em cada uma delas, acredita-se que pode ocorrer uma efetivação prática na implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, que atendem às orientações da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96, através do reconhecimento das singularidades e das particularidades étnico-culturais, bem como das desigualdades e das discriminações com as minorias, tendo como base os estudos de Kabengele Munanga (2016), Nilma Lino Gomes (2010), Collet et al. (2014), entre outros. O ambiente integrado de desenvolvimento escolhido para criar aplicações para dispositivos mobile foi a plataforma do *Google*, o *App Inventor*, com sistema operacional Android que utiliza a codificação baseada em blocos, devido a sua facilidade de manuseio por desenvolvedores leigos para esse tipo de ferramenta, o que colabora para introdução do debate das relações étnico-raciais nessas tecnologias e de sua utilização de forma mais contundente em prol do combate e desconstrução do racismo e do preconceito, especialmente, no meio escolar.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Relações Étnico-Raciais. Tecnologia.

ABSTRACT

This paper presents the research memorial that made possible the creation of the educational product EDUCAETHOS: an educational app for the reeducation of ethnic-racial sociability, whose use contributes and collaborates for self-identification, recognition, ethnic-racial valorization in the promotion of relationships. ethnic groups and the teaching of African, Afro-Brazilian, indigenous and Gypsy history and culture in the school community of the Itamaraju-BA Integrated Education Complex, locus of this study. In the research methodology and selection of app contents, we based on Thiollent's (2011) theoretical-methodological contributions, practiced in each of the discussion group's strategic meetings, composed of teachers, students, staff and managers of the field where the research was developed and gained materiality. EducaEthos has eight phases: i) “Identity Quiz”; ii) "Did you know?"; iii) "Truth X Lie"; iv) “Take Note”; v) “Who am I?”; vi) “Self Assessment”; vii) “Empowerment”; viii) “Certification” and from the contents discussed in each one of them, it is believed that practical implementation may occur in the implementation of Laws 10,639 / 03 and 11,645 / 08, which comply with the guidelines of the Law of Guidelines and Bases n. 9.394 / 96, through the recognition of ethnic-cultural singularities and particularities, as well as inequalities and discrimination with minorities, based on the studies of Kabengele Munanga (2016), Nilma Lino Gomes (2010), Collet et al. (2014), among others. The integrated development environment chosen to build mobile applications was Google's platform, App Inventor, with Android operating system that uses block-based coding due to its ease of handling by lay developers for this type of tool, which contributes to the introduction of the debate of ethnic-racial relations in these technologies and their use more forcefully in order to combat and deconstruct racism and prejudice, especially in the school environment.

Keywords: Education. Teaching. Ethnic-Racial Relations. Technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Marcador de página 21
Figura 2 Frente do convite – março 2018 22
Figura 3 Verso do convite – março 2018 22
Figura 4 Fotografia dos palestrantes 23
Figura 5 Fotografia da pesquisadora em sua apresentação 24
Figura 6 Fotografia do Grupo Maculelê: Comunidade Bela Vista 24
Figura 7 Fotografia dos indígenas Pataxó da aldeia Trevo do Parque 25
Figura 8 Fotografia do professor Armando Azevedo com cordel 25
Figura 9 Fotografia da plenária e palco 26
Figura 10 *Flyer* do II Encontro 29
Figura 11 Roda para entoar oração – tradição do povo indígena 30
Figura 12 Fotografia do Indígena Pataxó Werymehe Pataxó (João Filho, nome brasileiro), esposa e filha 30
Figura 13 Estrutura do bloco de anotações 31
Figura 14 *Flyer* divulgado em rede e impresso para fins de convite 34
Figura 15 Fotografia das discussões com os ciganos convidados 35
Figura 16 Fotografia da plenária, grupo de discussão, com os ciganos 35
Figura 17 *Flyer* do VI Encontro 37
Figura 18 Fotografia do professor Rafael dos Prazeres – primeiro momento de fala 37
Figura 19 Fotografia do professor Rafael dos Prazeres – segundo momento com o grupo de discussão 38
Figura 20 *Flyer* com data remarcada – 13 de agosto de 2018 39
Figura 21 Fotografia do slide apresentado por Lílian dos Prazeres 39
Figura 22 Fotografia do slide apresentado por Lílian dos Prazeres 40
Figura 23 Fotografia da apresentação de Lílian dos Prazeres 41
Figura 24 *Flyer* do Encontro com Fabiana Lima – divulgação nas redes sociais 41
Figura 25 Fotografia da plenária do Encontro com Fabiana Lima 42
Figura 26 Fotografia de estudante em depoimento sobre a sua identidade religiosa 42
Figura 27 *Selfie* do grupo de discussão – último encontro 44
Figura 28 Logomarca do EducaEthos 59

Figura 29 *Splash* de menus – “árvore de dados” 60
Figura 30 *Splash* de menus com resumos explicativos da fase – “árvore de dados” 60
Figura 31 Capa do EducaEthos..... 61
Figura 32 Contracapa do EducaEthos..... 61
Figura 33 Menu principal – diretório das fases 62
Figura 34 Introdução à fase questionário..... 62
Figura 35 Capa introdutória da fase Você Sabia? 63
Figura 36 Capa introdutória da fase Verdade X Mentira 64
Figura 37 Capa introdutória da fase Tome Nota 64
Figura 38 Capa introdutória da fase Quem Sou Eu? 65
Figura 39 Capa introdutória da fase Empoderamento 65
Figura 40 Capa introdutória da fase Autoavaliação 66
Figura 41 Capa da fase Certificação..... 67
Figura 42 Capa do modelo do Certificado gerado..... 68
Figura 43 Cópia aumentada do modelo do Certificado gerado 68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1 **O PERCURSO DA PESQUISA** 13

1.1 **Aspectos gerais que fundamentam o estudo** 13
1.2 **O campo e os participantes da pesquisa** 15
1.3 **A pesquisa-ação** 16
1.4 **Os encontros e o grupo de discussão como estratégia metodológica** 20

2 **O PRODUTO DA PESQUISA**: EducaEthos 45

2.1 **Aplicativos e *App Inventor*** 49
2.2 **EducaEthos**: aplicativo educacional 54
2.2.1 Fases e desenvolvimento operacional do aplicativo 57
2.3 **A questão do tempo e velocidade para tecnologia e aplicativos** 80
2.4 **A relevância da tecnologia mobile para a educação** 88

3 **TEMÁTICAS DOS ENCONTROS E DO EDUCAETHOS** 99

3.1 **Negros** 105
3.2 **Indígenas** 117
3.3 **Ciganos** 126

CONSIDERAÇÕES FINAIS 142

REFERÊNCIAS 147

APÊNDICE A: I Programação do I Encontro, março de 2018, apresentado conjuntamente com ofícios e convite 153
APÊNDICE B: Ofício entregue com o convite para o I Encontro, março 2018 154
APÊNDICE C: Boletim Informativo entregue na entrada do evento, a todos os participantes 155
APÊNDICE D: Texto divulgado por empresas de comunicação digital e pelo Departamento de Comunicação da UFSB 157
APÊNDICE E: Termo de Declaração de Compromisso para Participar do Grupo de Discussão 159
APÊNDICE F: Descrição dos aplicativos desenvolvidos e dispostos na loja virtual *Google Play Store*, relacionados no memorial da pesquisa 161

INTRODUÇÃO

Este memorial descreve as etapas de elaboração da pesquisa que tornou possível a criação do produto didático EDUCAETHOS: um app educacional para a reeducação das sociabilidades étnico-raciais. Este aplicativo contribui e colabora para a autoidentificação, o reconhecimento e a valorização étnico-racial na promoção das relações étnico-raciais e o ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira, indígena e cigana na comunidade escolar do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju-BA.

Como problema da pesquisa, temos o seguinte questionamento: como reunir e selecionar conteúdos e conceitos para a construção de um aplicativo educacional interativo na promoção da autoidentificação, do reconhecimento e da valorização étnico-racial na comunidade-escolar, do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, a partir das determinações das Leis n.º 10.639/03[1] e n.º 11.645/08[2]?

Para tanto, apresentamos como objetivo geral da pesquisa, construir um aplicativo educacional que contribui e colabora para a autoidentificação, o reconhecimento e a valorização étnico-racial para a promoção das relações étnico-raciais e para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju.

Para operacionalizar essa ação, dispusemos dos seguintes objetivos específicos: i) socializar e propiciar a visibilidade da cultura negra, indígena e cigana[3], buscando a valorização das identidades presentes na escola; ii) capacitar, a partir de encontros de formação e educação das relações étnico-raciais, o grupo de discussão coparticipante na construção dos conteúdos do aplicativo; iii) selecionar, produzir e organizar os conteúdos específicos, em uma linguagem interativa virtual, própria para dispositivos móveis, que

---

[1]Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003 – Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Lei na íntegra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 12 dez. 2018.

[2]Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008 – Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Lei na íntegra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 12 dez. 2018.

[3]A Cultura cigana foi contemplada entre tantas outras etnias para ser discutida juntamente aos negros e indígenas por causa do movimento do Governo Federal que criou, em 21 de março de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial com o intuito e missão de estabelecer parcerias para combater o racismo e promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a rica nação brasileira, entre eles, a cultura cigana. Disponível em: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p. 8. Versão Eletrônica.

possibilitem a autoidentificação étnico-racial, o reconhecimento da importância da cultura negra, indígena e cigana para o desenvolvimento e compreensão da História do Brasil.

O desejo de desenvolvermos esta pesquisa nasce do reconhecimento das desigualdades e discriminações no espaço escolar e na vivência com um número expressivo de jovens e adultos que possuem singularidades e características étnico-culturais. Existe no Complexo Integrado de Educação de Itamaraju-BA a necessidade de se abrir a discussão e problematizar o reconhecimento das diferenças como promoção da igualdade, de elucidar a existência do racismo e de como a negamos, identificar formas de superá-la e, ainda, reconhecer como se posicionam os atores pertencentes a essa comunidade (alunos, pais, professores, gestores e funcionários) nas questões que envolvem as relações étnico-raciais e como aceitam as suas diferenças. Acreditamos que só há possibilidade de transformação e mudança quando percebemos a necessidade dessa modificação e nos identificamos como sujeitos singulares, diferentes, porém iguais.

Diante dessa realidade, o EducaEthos, enquanto aplicativo educacional, se propõe a ser um recurso para a promoção do acesso a esses temas e questões sobre as relações étnico-raciais em um contexto amplamente marcado pela era da informação, da hiperconectividade e da interação social, uma vez que a rapidez, a falta de tempo e as distâncias físicas prejudicam essa interação, e as trocas se esgotam. O app almeja propiciar diálogo e integração com os diversos atores da comunidade escolar sem perder de vista o foco do momento, que são os meios midiáticos de comunicação e informação.

O presente estudo aliado a pesquisa deu origem ao produto didático que ambiciona impactar[4] a comunidade-escolar, contribuindo na construção de sua identidade, na denúncia da invisibilidade da população negra, indígena e cigana na história do país, no reconhecimento e na valorização de sua cultura, orientando o leitor-participante 'treinar' o seu olhar e a sua consciência crítica para ações preconceituosas através dos questionamentos analíticos e apresentações das imagens-situação em um processo de descolonização do pensamento.

---

[4]Impactar como sinônimo de sensibilizar e referindo-se à temática étnico-racial trazida àquele ambiente pela tecnologia digital, e não a tecnologia que impactará o meio, pois é sabido que as tecnologias, por si só, não são capazes de agir em favor da transformação, pois esta precisa da ação de agentes. Para Pierre Lévy (1999), a expressão que chama de metáfora é inadequada. Ele coloca que "[...] fala-se muitas vezes no 'impacto' das novas tecnologias da informação sobre a sociedade ou a cultura. A tecnologia seria algo comparável a um projétil (pedra, obus, míssil?) e a cultura ou a sociedade a um alvo vivo [...] Esta metáfora bélica é criticável em vários sentidos. A questão não é tanto avaliar a pertinência estilística de uma figura de retórica, mas sim esclarecer o esquema de leitura dos fenômenos – a meu ver, inadequado – que a metáfora do impacto nos revela" (LÉVY, 1999, p. 17).

As questões teórico-metodológicas adotadas neste trabalho fundamentam-se nos estudos de Thiollent (2011), que tomam como base a pesquisa-ação e suas metodologias e produzem conhecimento e transformação da realidade pesquisada, bem como as que traçamos nas estratégias do grupo de discussão formado por alunos, professores, gestores e funcionários do local que se efetivou a pesquisa. E como aporte teórico para a construção participativa do aplicativo EducaEthos, por meio da metodologia de encontros com grupo de discussão, utilizamos principalmente Kabengele Munanga (2016), Nilma Lino Gomes (2010), Collet et al. (2014), que discutem o racismo e a discriminação como objeto analítico para o estudo das relações étnico-raciais na Educação Básica e no arcabouço legal com referenciais que, em alguma medida, se tornaram mais visibilizados em decorrência das leis antirracistas apresentadas nessa temática.

Desta forma, este memorial encontra-se dividido em três partes. Na primeira, apresentaremos, de modo geral, uma breve fundamentação do estudo, onde relataremos sobre o campo e os participantes da pesquisa, além da exposição da metodologia da pesquisa-ação e o detalhamento dos encontros e dos grupos de discussão por meio de seminários de formação na temática antirracista, essas estratégias possibilitaram o debate e a construção dos conteúdos do aplicativo desenvolvido.

Na segunda, abordaremos sobre a plataforma do *Google*, o *App Inventor*, ambiente integrado para o desenvolvimento e a criação de aplicações para dispositivos mobile, que usa o sistema operacional Android, visto que essa foi a ferramenta utilizada para a construção do app educacional, o EducaEthos; descreveremos o seu sistema operacional, o modelo de programação, os caminhos percorridos para construção e a inserção dos conteúdos em cada etapa e fase; além da exposição sobre a facilidade de manuseio desse tipo de plataforma para desenvolvedores leigos em dispositivos mobile. E para justificar a importância desse app, faremos uma discussão sobre a urgência da promoção dessas temáticas a partir das tecnologias atuais.

Apresentaremos, na terceira, os estudos e as temáticas que compõem os conteúdos discutidos nos encontros de formação do grupo de discussão da pesquisa e que, posteriormente, foram incluídos no aplicativo em forma de textos, pesquisas na web e quiz. Por fim, faremos uma avaliação sobre o processo, os desafios, os acertos e os ganhos na criação e na elaboração do EducaEthos, assim como as aprendizagens advindas com este estudo.

1 **O PERCURSO DA PESQUISA**

Nesta parte do memorial, apresentaremos o percurso da pesquisa de campo, que permitiu a criação do EducaEthos, aplicativo educacional interativo, com vistas a reeducação das sociabilidades étnico-raciais do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, *lócus* desta pesquisa. Faremos uma breve fundamentação do estudo, caracterizando o campo e os participantes da pesquisa, além da metodologia da pesquisa-ação e o detalhamento dos encontros e dos grupos de discussão enquanto estratégia metodológica.

1.1 **Aspectos gerais que fundamentam o estudo**

Partindo do pressuposto deste estudo, a necessidade do reconhecimento das diferenças e a adoção de estratégias que potencializem a promoção da igualdade no combate ao racismo e às práticas correlatas de preconceitos, é essencial a compreensão de aspectos significativos, por exemplo, os preconizados na legislação sobre essa questão, bem como o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como possibilidade de contribuir nos processos de autoidentificação e reeducação das relações étnico-raciais.

No Artigo 26-A[5], da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)[6], de 20 de dezembro de 1996, revisado e modificado em decorrência das reivindicações históricas e políticas dos movimentos negros e sociais e, também, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que o currículo da Educação Básica encontra subsídio legal para contribuir na minimização dos impactos causados pelas desigualdades socioculturais e históricas imputadas a uma parcela significativa da população brasileira.

---

[5]Artigo 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como: o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.
§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/ldb_13ed.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.
[6]LDB: Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Artigo 9: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Artigo 92: Revogam-se as disposições das Leis n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis n.º 9.131, de 24 de novembro de 1995, e n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, e, ainda, as Leis n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, e n.º 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/ldb_13ed.pdf. Acesso em: 18 mar. 2018.

Nesse contexto, a escola e a universidade exercem fundamentais e importantes funções no que se refere a produção de conhecimento, discussão de direitos e deveres políticos, e também uma descoberta sobre si, para e pelos sujeitos ali presentes, contribuindo de alguma maneira para que cada indivíduo, no seu tempo e compreensão existencial, movimente-se em uma sociedade desejada, livre de preconceitos, intolerâncias e práticas discursivas e/ou físicas de discriminação racial. Como instituições formais de ensino, elas podem nos fornecer pistas que nos proporcionem problematizar e diminuir as ocorrências de práticas e abordagens racistas, além da possibilidade de construir estratégias para promover a reeducação das relações étnico-raciais tal como preconizado nos documentos orientadores da educação brasileira.

Considerando que estamos imersos na era da informação, da interação, da hiperconectividade, e as redes sociais se configuram como uma poderosa linguagem que possibilita o alcance e o atravessamento cultural imensurável, o desenvolvimento de softwares e de aplicativos mobile pode ser uma das ferramentas viabilizadoras da integração entre essas leis antirracistas e a tecnologia para que tanto a escola quanto a universidade implementem em seus currículos outras epistemologias e cuidados que contemplem a diferença e a diversidade. O não reconhecimento e a utilização das tecnologias como linguagem podem colocar a escola, o(a)s professore(a)s e o(a)s estudantes em uma relação desconexa e atemporal.

Por outro lado, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação pode contribuir na efetivação da garantia de direitos e nos processos de autoidentificação e reeducação das relações étnico-raciais e possibilitar a construção de um sentimento de pertencimento e valorização de suas identidades socioculturais, entendendo que "[...] um mesmo indivíduo, um mesmo ator coletivo pode possuir muitas identidades. Essa pluralidade de identidades pode engendrar tensões e contradições, tanto na imagem que o indivíduo tem de si como na sua ação na sociedade" (RAMOS, 2003, p. 41).

Dessa forma, a presente pesquisa objetiva sensibilizar a comunidade escolar do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju (CIEI) no sentido de favorecer que outros olhares sejam lançados sobre o seu currículo e sua prática de emancipação dos sujeitos, quer negros, indígenas, ciganos ou demais minorias socioculturais nela inserida. Nesse sentido, o app educacional EducaEthos se concebe como um aplicativo que, enquanto se diverte, o navegante[7] se constitui como leitor-participante, protagonista dos seus processos de

[7]Navegante: linguagem utilizada no 'mundo das redes sociais, internet. Segundo o dicionário *on-line Michaelis*, o termo significa, entre outras coisas: Navegante: "que navega". Navegar: "INTERNET – Consultar vários

construção de identidade, ação que tem como propósito minimizar os impactos da herança colonizadora de coisificação cultural.

Acreditamos, assim, que as tecnologias digitais, para além do seu caráter inovador, são capazes de colaborar, eficazmente, enquanto linguagem para promover a reeducação das relações de sociabilidades culturais. A sua utilização, nos processos de ensino-aprendizagem na Educação Básica, pode contribuir para que os sujeitos as apliquem em suas dinâmicas de autoidentificação, reconhecimento e valorização étnico-racial. É nesse e para esse contexto que a pesquisa desenvolveu o app educacional. Apresentaremos, a seguir, o campo e os participantes que viabilizaram este estudo.

1.2 **O campo e os participantes da pesquisa**

O campo para desenvolvimento desta pesquisa elegeu o espaço de aprendizagem do CIEI. Esta unidade escolar pertence a rede estadual e oferece o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, nos turnos diurno integral e noturno regular. A instituição localiza-se em um bairro central de Itamaraju, município do Extremo Sul da Bahia.

Quanto ao diagnóstico da clientela levantado pela gestão escolar, no início do ano letivo de 2018, identificou que a maioria dos alunos do CIEI é oriunda da periferia, dos distritos, dos povoados e da aldeia indígena Pataxó Trevo do Parque, configurando uma clientela heterogênea que coaduna com o perfil étnico e social deste estudo. Além disso, nas proximidades desse campo de estudo, tem uma comunidade cigana com mais de 20 anos que se fixou na cidade.

Os participantes do estudo são os sujeitos do turno diurno, alunos do ensino regular de tempo integral, de acordo com os dados do ano letivo de 2018 cedidos pela Secretaria Escolar do CIEI, jovens entre 14 a 19 anos, distribuídos em nove turmas, sendo: quatro turmas do 1º ano, com o total de 139 alunos; três turmas do 2º ano, 100 alunos; uma turma do 3º ano, 34 alunos; uma turma do 4º ano técnico, 24 alunos, totalizando 297 discentes. Dessa clientela, em média, 3% são indígenas, oriundos da Aldeia Trevo do Parque. Os profissionais atuantes, no turno pesquisado, são 29 professores de diferentes áreas e disciplinas, cinco gestores, oito secretarias e 17 apoios, somando-se a um total de 59 colaboradores.

---

hipertextos, utilizando os *links* neles contidos, a fim de passar de um para outro e, em geral, encontrar o que procura: "Maria continua navegando e nem parou para almoçar". Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/navegar/. Acesso em: 01 jan. 2018.

1.3 **A pesquisa-ação**

Os passos seguintes da metodologia da pesquisa foram tomados com base na pesquisa-ação[8], aproximando-nos das questões teórico-metodológicas apresentadas por Thiollent (1986), Tanajura e Bezerra (2015), para estes essa metodologia se converte em uma "ação deliberada de transformação de realidades, trazendo em seu arcabouço uma dupla proposta como objetivo: a transformação da realidade investigada e a produção do conhecimento" (TANAJURA; BEZERRA, 2015, p. 11). Sobre a proposta de transformação e a produção do conhecimento, considera que "a função política da pesquisa-ação é intimamente relacionada com o tipo de ação proposta e os atores considerados. A pesquisa está valorativamente inserida numa política de transformação" (THIOLLENT, 1986, p. 43).

Para Thiollent (2011), os procedimentos de ações sociais, educacionais, técnicas e estéticas estão inseridos na metodologia da pesquisa-ação, entretanto não são os únicos, há uma variedade de metodologias de pesquisa, vale ressaltar que uma não substitui a outra. Corrobora com nossa pesquisa educacional à medida que a "pesquisa-ação além de participação supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em propostas de pesquisa participante" (p. 14). Segundo ele, a pesquisa-ação é um desenho de experiência em estado real e com a interferência consciente do pesquisado, permitindo, portanto, atuação e papel ativo dos participantes.

Desse modo, o aplicativo EducaEthos tem sua formação a partir da parceria estabelecida com a comunidade-escolar, porque "os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo" (p. 14) em uma proposta de ação política na medida em que interfere e colabora para que políticas educacionais presentes no Projeto Político Pedagógico e do seu universo de atuação sejam revistas e reestruturadas a partir do cumprimento das leis antirracistas n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08.

O protagonismo dos participantes nessa metodologia através das colaborações, da produção de dados e dos conteúdos possibilitou o processo pelo qual a pesquisa alcançasse seus resultados, pois "[...] a pesquisa-ação não é constituída apenas pela ação ou pela participação. Com ela é necessário produzir conhecimentos, adquirir experiências, contribuir

[8]Thiollent (2011, p. 8), "a pesquisa-ação pode ser concebida como um 'método', isto quer dizer um caminho ou um conjunto de procedimentos para ligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos. Do lado dos pesquisadores, trata-se de formular conceitos, buscar informações sobre situações; do lado dos atores, a questão remete à disposição a agir, a aprender, a transformar, a melhorar etc".

para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas" (THIOLLENT, 2011, p. 28).

Além disso, o grupo da pesquisa se destacou com a pertinência das discussões, possibilitando que o aplicativo contemplasse diversas vozes e tivesse um conteúdo condizente a muitos sujeitos. Muitas dessas ideias discutidas, nos encontros, embasaram as temáticas, sendo registradas e expostas através das questões apresentadas nas fases do app. Essas ações corroboram com os estudos de Thiollent (2011, p. 33)ao afirmar que "seja como for, podemos considerar que, no desenvolvimento da pesquisa-ação, os pesquisadores recorrem a métodos e técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação e, também, técnicas de registro, de processamento e de exposição de resultados".

A partir desses caminhos e das possibilidades apresentadas pela pesquisa-ação, trabalhamos com a metodologia do grupo de discussão (GD)[9] como prática grupal de pesquisa qualitativa, enquanto instrumento de pesquisa para seleção, construção dos conteúdos presentes no aplicativo desenvolvido. Para essa pesquisadora, a metodologia escolhida, que tem como estratégia o grupo de discussão, possibilita a construção de um aplicativo, pois não só retrata as diversas minorias, principalmente as étnicas, mas também as inclui no seu processo de desenvolvimento, tornando-as protagonistas na seleção e no direcionamento das temáticas e questões presentes em seu conteúdo.

Embora, muitas vezes, o GD seja erroneamente comparado ao grupo focal[10] e tenha uma estrutura com aparência idêntica, eles diferem-se na metodologia e na prática da técnica. Godoi explica que

> não reside em entender o GD como receituário, manual, protocolo ou conjunto de procedimentos a serem aplicados cegamente e de modo independente do contexto particular, mas sim considerá-lo como prática dinamizadora na qual todo o aparato técnico se adapta e está condicionado à situação concreta de investigação (Gutiérrez, 2008; Ortí, 1986). Um dos conhecidos dizeres de Ibánez, alerta que o GD não está sustentado por procedimentos e que não se trata de prescrever como se faz tal coisa,

[9]A origem da técnica e prática do GD é atribuída à obra *Más allá de la sociologia. El grupo de discusión: teoría y crítica*, escrita por Jesús Ibáñez. A partir desse marco, como narra Gutiérrez, cada vez mais a versão espanhola vem sendo considerada uma técnica radicalmente distinta do grupo focal. "Entretanto, fora da Espanha e da maior parte dos países da América Latina, o GD permanece desconhecido ou tratado quase como sinônimo do *focusgroup*" (GODOI, 2015, p. 642). Para essa autora, este "costuma ser popularmente considerado de maneira reducionista, uma versão mais flexível, aberta e menos diretiva de *focusgroup*. Todavia, o aprofundamento metodológico e a observação prática da utilização da técnica conduzem à compreensão da diversidade de suas diferenças, ainda que se reconheçam suas semelhanças aparentes" (p. 633).

[10]Gaskell (2002) afirma que os grupos focais podem ser definidos como uma "esfera pública ideal", já que se trata de "um debate aberto e acessível a todos [cujos] assuntos em questão são de interesse comum; as diferenças de status entre os participantes não são levadas em consideração; e o debate se fundamenta em uma discussão racional" (GASKELL, 2002, p. 79 apud WELLER, 2006, p. 243). "Como técnica para avaliar a reação de um grupo de pessoas sobre um determinado tema ou produto, o papel do entrevistador se confunde muitas vezes com o do repórter ou moderador, já que este é responsável pela organização das falas e dos conteúdos" (p. 244).

> mas sim as consequências, ou seja, a fazer tal coisa, pode ocorrer outra (GODOI, 2015, p. 633).

A autora apresenta de forma sintética a estrutura da prática do grupo de discussão e sua natureza de "situação discursiva aberta"[11], sendo:

> i) Posicionamento epistemológico: dialética-estrutural; ii) Aspiração à emancipação do grupo como sujeito, por meio da vinculação com técnicas de socioanálise e psicanálise; iii) Liberação do discurso e interpretação do grupo; iv) Início a partir do sem sentido interpretado pelo grupo; v) Conversação: discussão em um acordo mútuo que comporta uma construção conjunta de sentido; vi) Aberto e flexível, permitindo mais abertura ao campo da observação; vii) Interessa a espontaneidade do grupo, pois se pretende dar a oportunidade de que emerja o processo grupal de conversação que dará lugar a uma posterior análise do discurso; viii) Processo sinérgico pleno: as pessoas trabalham juntas, e não separadas, na manutenção da conversação; processo de manutenção constante de cada individualidade por meio da própria ação coletiva; ix) Trabalha com resistências e impedimentos que sufocam ou encobrem o discurso; x) Discurso grupal como intercâmbio verbal a produzir; xi) Abertura de espaços de continentes para "deixar falar" ao grupo; xii) Busca-se a assunção grupal da responsabilidade (tratando de evitar a dependência do moderador); xiii) O moderador se assegura de que no grupo se produz uma única conversação; xiv) O moderador suscita uma conversação mediante uma técnica aberta: a) incitando a que fale quem permanece em silêncio e a que deixe falar quem não se cala, e assim tratam de impor seu critério; b) repartindo o jogo, mas sem imprimir um ritmo determinado ao grupo; c) mantendo uma atitude de escuta e observação ativa; xv) O moderador da conta de sua estratégia para o tratamento dos objetivos. Não se constitui em algo fechado que há que seguir ao pé da letra; xvi) O moderador trabalha com o sentido das ações técnicas (invisibilidade do moderador e sua dinâmica); xvii) O moderador está por trás, deixando o grupo falar; xviii) Reflexivo e crítico com a própria técnica e com o trabalho do moderador (importância da transferência) (2015, p. 637).

Com base na estrutura de situação discursiva aberta acima referenciada, apresentamos as atividades desenvolvidas e a metodologia empregada para a resolução do problema proposto nesta pesquisa: como reunir e selecionar conteúdos e conceitos para a construção de um aplicativo educacional interativo para a promoção da autoidentificação, do reconhecimento e da valorização étnico-racial na comunidade-escolar do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, a partir das determinações das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08?, visto que é a partir do grupo de discussão e de sua participação em seminários e encontros balizadores das temáticas discutidas que encontraremos as respostas.

---

[11]É contrária a qualquer 'situação discursiva fechada' constitutiva do *focus group*, para usar os termos de Gutiérrez (2008). Cabe ressaltar que, no GD, a situação discursiva pode ser 'aberta' (menor influência do moderador) ou também 'dirigida' (maior influência do moderador). Explicando melhor, o moderador pode buscar promover o discurso livre e espontâneo, por meio da mínima intervenção, ou dirigi-lo. Porém, dirigir não significa fechar ou ordenar, mas sim orientar e canalizar o grupo, com o objetivo de evitar percursos improdutivos para o objetivo da pesquisa (Gutiérrez, 2008). "Essa dupla possibilidade começa por desmitificar a equivocada utilização do grau de influência do moderador como diferenciação exclusiva entre as duas técnicas" (GODOI, 2015, p. 636).

Nessa perspectiva do ponto de vista metodológico, utilizamos como estratégias: i) observação através da técnica de instrumento de observação sistêmica direta-participante e não-participante; ii) seminários temáticos na comunidade escolar e sociedade civil e iii) criação de grupos de discussão e estudos com professores, estudantes e demais membros da comunidade escolar do CIEI (Itamaraju).

Nos encontros do grupo de discussão, elucidamos os processos educativos que norteiam a aquisição de práticas reeducadas socioculturalmente a partir da problematização de um assunto específico abordado por especialistas e estudiosos da temática. As escolhas dos materiais e dos procedimentos estratégicos foram selecionadas de forma coletiva e em uma ação conjunta para melhor adequá-los ao EducaEthos.

Em relação às atividades do grupo, aconteceram 11 encontros para a construção, o desenvolvimento, a avaliação e a conclusão dos conteúdos a serem introduzidos no aplicativo. Esses eventos foram divididos em duas partes distintas: uma como seminários com convidados palestrantes para exploração do tema proposto; e outra como encontro de discussão sobre as aprendizagens advindas dos seminários e levantamento dos conteúdos para inserção no aplicativo, tendo como interlocutora a pesquisadora Cristiane Cardoso.

Como amostra da pesquisa, optamos pela não representatividade qualitativa em termos estatísticos ou uso de amostragem. Foi considerado todo o público-alvo da pesquisa, pensando na construção de um número básico de pessoas que dispusesse de tempo para participar dos encontros e, também, interesse nos temas propostos. Do grupo inicial (presente no I encontro), de 122 pessoas, participaram ativamente de todos os encontros apenas 23, sendo que, em alguns encontros, a média era de 30 a 50 participantes nos seminários, aqueles eram permanentes, o restante participava esporadicamente ou apenas nos seminários.

No tocante às técnicas de instrumento de observação sistêmica foram direta-participante e não-participante, realizamos pesquisa empírica, com recolhimento de observações e questionamentos[12] individuais escritos, em blocos de notas sobre os temas trazidos nos seminários após cada encontro, assim como relatos orais. Houve participação coletiva ativa e envolvimento consciente do público-alvo nos aspectos a serem analisados, buscando entender a relevância de seu papel nos resultados de transformação e mudança do *lócus* da pesquisa.

[12]Os dados coligidos são as escritas em forma de questionamentos ou comentários realizados pelos participantes do grupo de discussão e foram utilizados para construir as ideias dos assuntos tratados no aplicativo.

Quanto aos procedimentos técnicos, além dos seminários e encontros, fizemos uso de revisão bibliográfica para fundamentação teórica[13] relevante ao tema, buscando embasar a pesquisa e seus resultados. Nas questões técnicas de desenvolvimento de tecnologia mobile, tivemos a colaboração e o apoio de um técnico em Tecnologia da Informação, Comunicação e Design Gráfico, João Marcos de Jesus Soares.

Em síntese, a pesquisa-ação, baseada na metodologia do grupo de discussão, teve como formato encontros e seminários, mas também houve convite para participação da comunidade em geral. Essas atividades realizadas com o público participante da pesquisa aconteceram do I ao XI encontros, que passaremos a relatar todo o percurso e o produto das discussões desencadeadas.

Assim, esperamos contribuir nos processos de identificação, de construção e de fortalecimento identitário, de tal maneira que possamos diminuir os impactos do racismo e, ao mesmo tempo, promover a reeducação sociocultural das relações étnico-raciais, através da criação participativa do aplicativo EducaEthos, por meio da metodologia de encontros com grupo de discussão e, posteriormente, sua utilização.

1.4 **Os encontros e o grupo de discussão como estratégia metodológica**

Em meados de dezembro de 2017, iniciamos as atividades para a realização desta pesquisa, apresentando o projeto à equipe gestora da unidade escolar CIEI, além da exposição dos objetivos a serem alcançados e o pedido de permissão para desenvolvê-la com estudantes, professores, agentes administrativos e, também, a própria gestão, no período letivo e de trabalho regular, visto que, dessa forma, facilitaria a participação, contemplando um maior número de envolvidos na metodologia do grupo de discussão.

Prontamente, fomos autorizados e inseridos na primeira programação do ano letivo de 2018, a Jornada Pedagógica, para expormos a pesquisa à comunidade escolar presente, professores e funcionários, assim como sensibilizar para a participação na proposta e, também, evidenciar a temática antirracista. Nessa reunião, dispomos de 20min para exposição do projeto e pedimos apoio especialmente aos docentes nos encontros, que seriam base do trabalho, uma vez que a maior parte de sua realização aconteceria em período letivo e paralelo aos momentos de aulas apenas com parte dos estudantes, e, também, com alguns deles

[13]Essa fundamentação se deu a partir das discussões sobre relações étnicos-raciais, mais especificamente negros, indígenas e ciganos, a partir de Kabengele Munanga (2016), Nilma Lino Gomes (2010), Collet et al. (2014), leis e documentos federais diversos, explicitados ao longo do texto.

(somente com os que se dispusessem voluntariamente a participar). No final da apresentação, foi entregue um marcador de página (impresso em papel fotográfico, 180 de gramatura, fechamento agarre da folha, com ímã), como os primeiros sinais gráficos de divulgação da pesquisa, apresentado a seguir:

Figura 1: Marcador de página. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Após a sensibilização inicial na Jornada, na parte de construção do calendário escolar anual, solicitamos incluir o cronograma dos encontros posteriores na programação de atividades da escola, o que facilitou muito para que todas as ações da pesquisa agendadas fossem concluídas, mesmo que com datas flexíveis. Ficou acertado que professores, alunos, gestão e funcionários participariam do I Encontro que aconteceria em espaço diverso da escola, porque ela não possui ambiente para acolher muitas pessoas ao mesmo tempo. O evento aconteceu no dia 21 março de 2018, em uma manhã de quarta-feira, nas dependências do anfiteatro da Câmara de Vereadores da nossa cidade e contou com a presença de outros atores, além do universo do CIEI.

Foram enviados convites físicos e digitais a entidades governamentais e não-governamentais, secretarias municipais (Educação, Saúde, Ação Social, Administração e Finanças), Promotoria Pública, Conselho Tutelar, Comandantes da Polícia Militar, OAB, sindicatos, representantes de CDL e empresas proeminentes no município, professores, coordenadores, gestores, estudantes de todas as escolas das redes estadual e municipal de Itamaraju e convocação da sociedade civil organizada de forma geral, a partir de mídias e de

redes sociais, como também a comunidade acadêmica, em especial professores e estudantes do PPGER/UFSB.

Figura 2: Frente do convite março 2018. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Figura 3: Verso do convite março 2018. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Além do convite físico, foi entregue o marcador de página (o mesmo modelo da Jornada pedagógica no CIEI) e de programação[14] com os objetivos do encontro e ofícios[15],

[14]A programção entregue às repartições públicas, órgãos, entidades e representações estão no Apêndice A: I Programação do I Encontro, março de 2018, apresentado conjuntamente com ofícios e convite.
[15]Apêndice B: Ofício entregue com o convite para o I Encontro – março 2018.

expondo o interesse da participação de todos para apresentação da pesquisa e exposição da temática das relações étnico-raciais, também expostos nas redes sociais em formato digital.

Tivemos como tema do I Encontro de Formação e Educação das Relações Étnico-Raciais, "*Desconstruindo o Racismo e o Preconceito na Implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08*", contando com a participação de palestrantes professores e mestranda do PPGER/Paulo Freire, discutindo as leis e a identidade na diversidade, representados a seguir:

i) Gilson Brandão de Oliveira Júnior – Doutor em História Social UnB. Atualmente, é professor da Universidade Federal do Sul da Bahia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos Afro-brasileiros, Estudos Africanos, Centro de Estudos Africanos, Relações Brasil-África e História da África.

ii) Francisco Antonio Nunes Neto – Doutor em Cultura e Sociedade. Professor Adjunto I no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire (IHACPF); Docente Permanente do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia, instituição onde também atua como líder do "Grupo de Pesquisa Práticas e Representações Culturais em um Lugar no Mundo". É membro do "Grupo de Pesquisa O Som do Lugar e o Mundo (UFBA)", do coletivo Culturas e Festas (CULT/UFBA) e do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (UFSB).

iii) Jéssica Silva Pereira – mestranda do PPGER.

Figura 4: Fotografia dos palestrantes. Foto: Ananda da Luz Ferreira

Além deles, apresentamos a pesquisa e seus objetivos, expondo os temas *Denúncia: o racismo existe e precisa ser combatido; Evidência: onde o racismo se esconde?; 'Mimimi': a não representatividade do povo negro em espaços de poder*.

Figura 5: Fotografia da pesquisadora em sua apresentação. Foto: Ananda da Luz Ferreira

Como atividade cultural introdutória, tivemos as apresentações do "grupo de dança: Maculelê – Comunidade Bela Vista e do grupo indígena Aldeia Trevo do Parque".

Figura 6: Fotografia do grupo Maculelê – Comunidade Bela Vista. Foto: Ananda da Luz Ferreira

Grupo formado por estudantes da rede municipal de educação, comunidade de assentamento do MST, ensaiado por professores ativistas e estudiosos das culturas tradicionais.

Figura 7: Fotografia dos indígenas Pataxó Trevo do Parque. Foto: Ananda da Luz Ferreira

A convite do professor indígena, que faz parte da rede municipal de educação, seus parentes indígenas vieram nos prestigiar, apresentando seus saberes e tradições. Para finalizar, a participação especial do professor Armando Azevedo – poeta popular, repentista, escritor e membro da Academia Castro Alves de Letras do Extremo Sul da Bahia, com o *Cordel Identidade e Diversidade*.

Figura 8: Fotografia do professor Armando Azevedo com cordel. Foto: Ananda da Luz Ferreira

Como parte do evento, que teve como mestre de cerimônia o professor Gustavo Melo, foi dada a franquia da palavra a alguns participantes e representantes da sociedade para colocarem suas impressões, destacando como principais falas as do Comandante de Polícia Militar de Itamaraju e da Secretária de Ação Social, que expressaram seu prazer e aprendizado com a discussão.

Figura 9: Fotografia da plenária e palco. Foto: Ananda da Luz Ferreira

Ao final, os participantes, em especial os estudantes, interagiram com os palestrantes convidados, tiraram fotos, e todos receberem uma lembrancinha do evento (copo personalizado com a temática em discussão).

Houve um cuidado particular com a valoração da pesquisa e da temática trazida no que concerne a organização do espaço, ornamentação, recursos audiovisuais, sistema de som, climatização do espaço, caderno de presença (para visitantes), lista de frequência (estudantes do CIEI), convite e texto explicativo do evento sobre a pesquisa e seus objetivos para diversos meios de comunicação, em especial os digitais[16], boletim informativo entregue na chegada de todos os participantes do evento[17], solicitação via instrumento institucional de veículo da UFSB, para transporte dos estudantes e professores do PPGER/PF para o local do evento, lanche servido no anfiteatro da Câmara de Vereadores para todos os convidados e almoço em nossa residência para os parceiros de fora da cidade (professores e estudantes da UFSB) etc.

[16]Apêndice D: Texto divulgado por empresas de comunicação digital e pelo Departamento de Comunicação da UFSB.
[17]Apêndice C: Boletim Informativo entregue na entrada do evento a todos os participantes.

Conforme Thiollent foram seguidos passos, planejamento, pois para

> corresponder ao conjunto de seus objetivos, a pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação. Contrariamente à opinião de alguns pesquisadores que utilizam a denominação de 'pesquisa-ação' para designar qualquer tipo de 'conversa' informal, ou 'bate-papo' [...] consideramos que a formulação de um plano de ação constitui uma exigência fundamental (THIOLLENT, 2011, p. 80, grifos do autor).

Abrimos o I Encontro para a comunidade em geral não apenas para o universo da pesquisa com o propósito de alcançar o objetivo temático refletir sobre a atual situação do povo negro no Brasil. Para isso, apresentamos as formas veladas de racimo que são propulsoras de um complexo processo de desigualdade social existente no nosso país, mas também, trouxemos as Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, a urgência de sua implementação e a importância para o reconhecimento e a valorização das diferenças e das diversidades no espaço escolar e nos demais lugares de coletivos democráticos.

Entendemos como ação do trabalho que a proposta de construção do produto deveria ser apresentada, mas, além disso, evidenciar a importância de se discutir sobre esses assuntos. Desse modo, expomos o objeto da pesquisa, a metodologia e quais as contribuições para a educação do município, além do desejo de construção do aplicativo educacional, declarando que haverá um encontro para demonstração do app pronto para toda a sociedade.

Apesar de já ter definido o campo da pesquisa o CIEI, na apresentação do I Encontro foi imprescindível esclarecer para esse público-alvo o meu papel também como pesquisadora e não somente a professora[18] da escola, evitando, assim, equívocos e conflitos em relação às funções desempenhadas enquanto docente, colega de trabalho e pesquisadora do objeto pesquisado.

Logo após essa atividade, adentramos na fase exploratória, reconhecendo o universo da pesquisa, Thiollent afirma que "consiste em descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e estabelecer um primeiro levantamento (ou 'diagnóstico?') da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações" (2011, p. 56, grifos do autor). De volta à escola, em conversa com os pares, foi possível confirmar o cronograma para os futuros encontros pertinentes e necessários à pesquisa. Para efeito de organização e planejamento, passamos em todas as salas de aula e setores administrativos do colégio para convidar a quem se interessasse integrar o grupo de discussão que seria criado, deixando evidente que a participação era livre e de escolha espontânea.

[18]Faço parte do quadro de regente do CIEI.

Depois do convite, aqueles que se dispuseram livremente aderir a pesquisa, participaram de uma reunião, no dia 06 de abril de 2018, para conhecer de que forma os processos seriam organizados e quais as atribuições dos participantes. Foram orientados a aceitar o projeto mediante a assunção de membro participante do trabalho e assinatura da declaração de compromisso[19], afirmando livre e total concordância para participar como membro do grupo de discussão do projeto desenvolvido pela mestranda Cristiane Silva de Meireles Cardoso, no CIEI. Essa atividade não constou como encontro de formação, visto que não foram discutidos temas antirracistas, apenas questões operacionais e técnicas para composição estratégica.

Na organização metodológica, para a execução das etapas da pesquisa, dividimos em duas partes, seminários e encontros de debate e seleção dos assuntos e ideias que predominariam nas fases do aplicativo; ao todo, foram seis seminários e cinco momentos apenas para discussão e produção. Somente o primeiro seminário foi realizado fora do ambiente escolar, na Câmara de Vereadores. Todos os demais seminários e encontros foram realizados no espaço da própria escola em pesquisa. A priori, pensamos em estabelecer um critério em relação à organização dos encontros, intercalando as atividades, ou seja, primeiro o seminário em seguida o encontro. Infelizmente, não foi possível devido a problemas logísticos oriundos e peculiares da própria unidade escolar. Como parte da organização dos seminários, elaboramos *flyers*[20] para divulgação digital em diversas redes sociais, especialmente, Facebook, WhatsApp e Instagram, além da forma física impressa colorida em papel A4.

A segunda edição estratégica da pesquisa manteve o nome *II Encontro de Formação e Educação nas Relações Étnico-Raciais, descontruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08*. Contendo como conteúdo de discussão, *Pataxó: Saberes e Causos* (causos contados pelo povo Pataxó sobre *Juacema: lugar encantado*), apresentado pela indígena Haytxuema Pataxó (nome brasileiro), graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Ciências Biológicas, além de Werymehe Pataxó, com a mesma formação, discutiu a temática *Conhecimentos Astronômicos Indígenas do Povo Pataxó em Barra Velha*.

---

[19]Documento apresentado no Apêndice E: Termo de Declaração de Compromisso para participar do grupo de discussão.

[20]*Flyers* são excelentes ferramentas de marketing e ótimas maneiras de caracterizar seu evento, produto ou serviço, principalmente em áreas de alto tráfego. Do inglês, significa ‘algo que voa’. Em marketing, *flyer* é um impresso promocional, geralmente pequeno, desenvolvido para distribuição em massa, sob o conceito de ‘voar’ de mão em mão. Possuem imagens impactantes e mensagens de rápida leitura. Disponível em: https://www.printi.com.br/blog/o-que-sao-flyers. Acesso em: 12 abr. 2019.

Figura 10: *Flyer* do II Encontro. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Foram convidados professores e estudantes das redes municipal, estadual e privada, gestores, coordenadores pedagógicos para participar do evento com o intuito de aproximá-los da temática antirracista e, principalmente, objetivando divulgar o aplicativo, porque sua natureza requer um tipo de visibilidade diferenciada para que se tenha eficácia em sua divulgação, ele precisa ser baixado (*download*) nos dispositivos móveis.

O seminário começou às 8h30min, antes da chegada dos indígenas, orientamos o grupo de discussão com questões organizadas a partir de termos, fragmentos e partes de títulos de artigos retirados da internet, com linguagem acessível, impressos e distribuídos para leitura naquele momento e pudesse despertar interesses em tópicos específicos, tais como: i) "É preconceito racial"; ii) "Ser indígena no Brasil hoje"; iii) "Não temos sobrenomes africanos ou indígenas"; iv) "Relação da igreja com os indígenas"; v) "Palavra genocídio"; vi) "O 'dia do índio' é contestado"; vii) "Educar o país a nos conhecer como realmente somos"; viii) "Reagem à destruição de seus locais sagrados"; ix) "Indígenas brasileiros lidam com a sexualidade"; x) "Uma avó que foi escravizada"; xi) "Direitos indígenas/ouvir as comunidades nesse processo de implementação"; xii) "Estereótipos construídos ao longo de 517 anos"; xiii) "Descolonização do pensamento"; xiv) Duas visões sobre o que se entende como índio; xv) "Perseguição de lideranças que lutam pelas terras".

Planejamos esse momento para a desconstrução/descolonização dos saberes adquiridos nas práticas cotidianas. Em seguida, os indígenas fizeram suas apresentações e solicitaram que todos participassem da sua tradicional oração inicial, um modo de preservar suas

tradições. Logo após a explanação das pesquisas acadêmicas dos palestrantes, os estudantes fizeram questionamentos sobre muitas dúvidas que possuíam, em sua grande maioria, fruto de desinformação e de preconceito.

Figura 11: Fotografia da roda para entoar oração – tradição do povo indígena. Foto: Bárbara Chagas Silva

Figura 12: Indígena Pataxó Werymehe Pataxó (João Filho, nome brasileiro), esposa e filha. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

E ainda, nesse mesmo dia, exploramos conceitos e concepções sobre o que é preconceito, cultura oral, tradições dos povos indígenas, perseguição de lideranças, resistência e protagonismo indígena, entre outros. Entendemos que

> [...] organizar um seminário de pesquisa não consiste apenas em reunir algumas pessoas ao redor de uma mesma mesa. O trabalho deve ser metodicamente organizado, sob pena de não funcionar. Não basta deixar falar aqueles que falam muito. É preciso, em cada instante, procurar informações pertinentes relacionadas com o assunto focalizado. Há espaço para toda uma aprendizagem de estudo coletiva a ser desenvolvida nas situações de pesquisa. A real aprendizagem das técnicas do trabalho de pesquisa é muito importante. Sem ela, os belos discursos sobre teoria e prática permanecem inoperantes (THIOLLENT, 2011, p. 69).

Adotamos essa estratégia de estudo, em especial, como meio de auxiliar os participantes na aquisição de informação complementar para produzir e construir os conteúdos. Além disso, estimular o registro de seus conceitos, indagações, ideias e aprendizagens advindas do seminário, para isso entregamos um modelo de bloco de anotações que simula a tela de um smartphone, sendo recolhido no final de cada atividade para ser usado como dados da pesquisa.

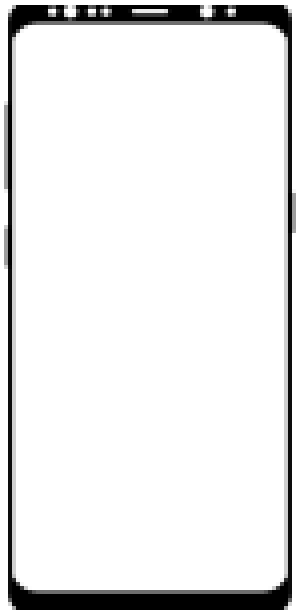

Figura 13: Estrutura do bloco de anotações. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Utilizamos as mesmas estratégias organizacionais em todos os encontros, inclusive, a organização e a construção de *flyer*, materiais de estudo, informativos, pastas, frequências, ornamentação, lanches e lembrancinhas da atividade, assim como recursos audiovisuais e som com microfone. O local utilizado foi o auditório do CIEI, com espaço e assentos suficientes para a quantidade de participantes prevista.

Com a repercussão positiva do I Encontro sobre sua organização, o II Encontro teve um número de participação relevante. No primeiro evento, registramos mais de 200 pessoas, por ter sido realizado todo um trabalho de marketing com convites personalizados para vários órgãos e setores de Itamaraju. No segundo, contamos com a participação de 47 pessoas

(alunos, professores, gestores e funcionários do CIEI) que assinaram a frequência, mas 25 estudantes saíram sem assinar, sem se comprometer, ou seja, frequentaram o seminário mais de 70 pessoas, apenas com convite geral e redes sociais. “As formas de engajamento mudam: diz-se que, atualmente, existe uma crise de participação voluntária ou de mobilização. Não é mais possível convocar assembleias gerais como no passado, ninguém comparece [...]” (THIOLLENT, 2011, p. 129).

No dia 28 de maio de 2018, realizamos o III Encontro, este momento não pertence aos seminários, mas sim ao debate e à construção de conteúdos. Apresentamos as informações coligidas no evento anterior e as impressões possíveis de uso para compor o rol de temáticas do aplicativo. A reunião contou com a presença de 24 participantes assíduos da pesquisa, onde foi possível uma conversa individual, possibilitando interagir melhor com os participantes e responder objetivamente aos questionamentos, além de discussão e orientação de leituras e de buscas em sites e plataformas especializadas nas questões abordadas, de informações sobre o andamento da construção do aplicativo, as formas como as ideias discutidas e as colaborações dadas se organizavam em layout, design específico para os templates do app educacional.

> Na concepção da pesquisa-ação, as condições de captação da informação empírica são marcadas pelo caráter coletivo do processo de investigação: uso de técnicas de seminário, entrevistas coletivas, reuniões de discussão com interessados etc. a preferência dada às técnicas coletivas e ativas não exclui que, em certas condições, as técnicas individuais, entrevistas ou questionários, sejam também utilizados de modo crítico. Além disso, pode-se recorrer a explicações específicas e a discussões orientadas no intuito de favorecer o desvelamento da realidade. Uma outra característica da pesquisa-ação, ao nível da captação de informação, diz respeito ao modo de determinar e selecionar os indivíduos ou grupos. Embora seja possível recorrer a técnicas estatísticas de amostragem convencionais, prefere-se, na maioria dos casos, pesquisar e agir com o conjunto da população implicada na situação-problema, quando isto é factível, ou com uma amostra intencional, cuja representatividade é sobretudo de ordem qualitativa. A constituição entre os pesquisadores e os demais participantes (THIOLLENT, 2011, p. 107).

Não foi preciso criar estratégia para constituir amostragem do universo da pesquisa, visto que, naturalmente, o grupo se organizou desde o começo com a assinatura do termo de compromisso e se responsabilizou em participar de todas as atividades que eram propostas, fossem elas seminários ou encontros, pois a pesquisa era repartida em duas partes, uma composta por seminários e a outra por encontros, esta última importantíssima porque se discutia e estudava os seminários, finalizando com registros nos blocos de anotações, era nos momentos dos encontros que dávamos a devolutiva ao grupo.

Nesse III Encontro (não foi em formato de seminário), apresentamos as imagens e os templates do EducaEthos com a 1ª fase do aplicativo estruturada. Essa ação foi importante, porque cada participante pode visualizar a sua ajuda na seleção e na construção do conteúdo, bem como observar a colaboração revertida na aplicação do app, tendo um panorama do aproveitamento da sua intervenção para que o produto da pesquisa fosse construído, vale salientar que essa etapa tornou as reuniões seguintes mais producentes em relação aos cuidados com os registros.

Para a segunda temática de estudo em seminário, elegemos discutir sobre os ciganos[21]. Como forma de nos aproximarmos dessa questão, visitamos uma comunidade cigana existente em Itamaraju por ser próxima ao *lócus* da pesquisa, mais especificamente, no Bairro Novo Prado, através da intermediação com o Sr. Antonio Lopes, itamarajuense e pesquisador (curioso) dos ciganos, que nos forneceu o número do celular de um dos líderes dessa comunidade e quando entramos em contato, prontamente marcou data e horário para nos receber. No dia 28 de maio, terça-feira, o Sr. Jairo Dantas Meira nos recepcionou em sua casa e fez a apresentação de sua família. Construiu uma narrativa que nos fez compreender e apreender detalhes sobre os modos de ser, ver e viver desse povo.

[21]Em relação ao atendimento escolar de povos itinerantes, em especial o povo cigano, apresentamos a coordenadora do Projeto Kalinka (Projeto Kalinka – Ciganos na Minha Escola: uma história invisível – iniciativa em atuação desde 2009 – AMSK) também reconhece o fortalecimento das políticas públicas em relação às questões do povo cigano, com foco nas Ações Afirmativas pela defesa de seus direitos. Em abril deste ano, a AMSK/Brasil foi requerida como consultora de um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação (MEC), pela implementação da Resolução n.º 3, de 16 de maio de 2012, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. "Elencamos uma série de necessidades principalmente relativas à escolaridade e procuramos sensibilizar a gestão", explica. Outro ganho, como coloca, foi a aprovação do Artigo 141, na Conferência Nacional de Educação (Conae), 2014, que trata da disseminação de materiais pedagógicos que contemplem a realidade do povo cigano. A conjuntura alcançada rendeu à iniciativa o Prêmio Nacional Educação em Direitos Humanos na categoria Sociedade. "O prêmio é a prova de que todas as nossas ações são necessárias para promover o conhecimento que ampara a população cigana", finaliza a gestora. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/experiencias/projeto-kalinka-busca-visibilizar-condicao-cigana-assegurar-os-direitos-dessa-populacao/. Acesso em: 16 nov. 2017.

Figura 14: *Flyer* divulgado em rede e impresso para fins de convite. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Marcamos dia e hora para o seminário[22], com alguns membros da comunidade cigana e o grupo de discussão. Em uma sexta-feira, 08 de junho, à tarde, enviamos convites digitais pelas redes sociais e pelos grupos e contatos do WhatsApp. Como nos outros encontros, instituímos organização e estrutura compatível com a pesquisa, providenciando lista de frequência, lanches, lembrancinhas e logística de som e data show.

Para o *IV Encontro de Formação e Educação nas Relações Étnico-Raciais – Descontruindo o Racismo e o Preconceito na Implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08*; *Diversidade da Expressão Cultural Cigana – Tradições e Costumes dos Povos (Romani) Ciganos do Brasil*, tivemos como pauta principal: i) Reunião prévia com grupo de discussão para organização da roda de conversa; ii) Recepção dos membros da comunidade cigana convidada; iii) Franquia da palavra aos ciganos para apresentações pessoais, contação de suas histórias (tradição oral) e abertura para roda de conversa; iv) Participação do grupo de discussão com perguntas específicas e interação com o grupo; v) Agradecimentos e encerramento do evento; vi) Momento de integração: lanche compartilhado.

Os assuntos discutidos com os palestrantes ciganos foram diversos, por exemplo, vida pessoal, familiar, interação na comunidade local dos acampamentos, finanças, trabalho, vestimentas e costumes tradicionais, justiça e força policial, bem como sua participação política nas decisões do povo cigano. Vale ressaltar que não nessa ordem, mas todas essas questões estão presentes no EducaEthos em diversas fases, especialmente nas do “Você Sabia?”, “Tome Nota” e “Verdade X Mentira”.

[22]Apesar de ter sido uma roda de conversa, preservamos a nomenclatura seminário para evidenciar e marcar um dos momentos em que a pesquisa se divide: seminários ou encontros.

Os ciganos se mostraram abertos e à disposição para responder toda e qualquer pergunta, sem restrição. Disseram estar desejosos pelo momento, porque são nesses espaços que eles têm a possibilidade de demonstrar sua verdade e suas tradições, expondo que os estereótipos os incomodam. Posteriormente, essa conversa se mostrou muito significativa para estudantes e professores, pois gerou a possibilidade de desenvolvimento de estudos e trabalhos escolares desenvolvidos no colégio para apresentações em um concurso nos Projetos Estruturantes a nível regional e estadual, um dos trabalhos foi selecionado como ganhador e classificado para as novas fases, desclassificado apenas na final da etapa regional.

Figura 15: Fotografia das discussões com ciganos convidados. Foto: Bárbara Chagas Silva

Figura 16: Fotografia da plenária grupo de discussão com os ciganos. Foto: Bárbara Chagas Silva

O V Encontro[23] foi realizado no dia 05 de julho de 2018, após o recesso junino, durante a primeira semana de aula, em uma quinta-feira, pela manhã. Nos reunimos[24] para revisar informações colhidas nos blocos de notas e anotação das sugestões relatadas oralmente, além de sugerir outros assuntos para o EducaEthos.

Além disso, discutimos sobre a importância da continuidade e da participação do grupo de discussão em todos os eventos promovidos, pois através dos encontros que surgiram o suporte para os debates e as questões fundamentais para as discussões sobre o antirracismo, a luta contra o preconceito e a discriminação. Afinal, o conteúdo do EducaEthos foi construído mediante a colaboração dos participantes da pesquisa, bem como sua base teórica na revisão bibliográfica, nos estudos dos componentes curriculares do PPGER, das referências consultadas e pesquisadas, contudo a maior participação é do grupo de discussão, pois a nossa intenção é que a ferramenta digital mobile tenha a 'cara', os questionamentos e o desejo de conhecer dos adolescentes.

> [...] as soluções imaginadas pelos não especialistas são, muitas vezes, mais apropriadas ao contexto que as soluções dos especialistas externos. Os profissionais têm de aceitar questionamentos e sugestões, e isso exige, de sua parte, modéstia e capacidade reflexiva. Por outro lado, devemos descobrir sem preconceito como o ator pode aceitar algum aspecto da representação, da explicação ou da solução proposta pelo profissional. Tal questão deve ser colocada e resolvida na prática. Ponto de partida apropriado está no reconhecimento dos dois universos (o dos especialistas e dos não especialistas), com base em mapeamento, e na elucidação dos encaminhamentos a serem dados pelos locutores de modo conjunto (THIOLLENT, 2011, p. 125).

Com vistas a participação integral da maioria do grupo de discussão, o VI Encontro foi realizado no dia 20 de julho de 2018, quarta-feira, pela manhã, quando recebemos a colaboração do mediador Rafael dos Prazeres, professor da UFSB, Campus Paulo Freire. Nesse evento, com a temática *Identidade Racial: razões para ser, tornar-se e entender*, foram discutidos conceitos de ação afirmativa; cotas raciais; meritocracia; mito da democracia racial; identidade racial; autodeclaração. Participaram do encontro não apenas os envolvidos na pesquisa, mas, pela relevância da temática, outros alunos, professores e funcionários da escola, além de convidados externos compareceram ao seminário.

---

[23]Essa foi uma das partes da metodologia da pesquisa nomeada de encontro realizado apenas entre o grupo de discussão e a pesquisadora.

[24]Diferentemente de outros eventos, esse foi realizado na sala de informática. Participaram apenas a pesquisadora Cristiane Cardoso e integrantes do grupo de discussão.

Figura 17 – *Flyer* do VI Encontro. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardos

Figura 18: Fotografia do professor Rafael dos Prazeres – primeiro momento de fala. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Figura 19: Fotografia do professor Rafael dos Prazeres – no segundo momento com grupo de discussão. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Após a explanação do palestrante, ele se colocou à disposição para uma roda de conversa com os participantes específicos do grupo de discussão que fizeram indagações, demonstrando interesse em saber sobre ser e tornar-se negro.

Outras atividades de formação e discussão igualmente importantes aconteceram com a participação de outros professores da UFSB, por exemplo, as conduzidas pelas professoras Lílian dos Prazeres e Fabiana Lima, estudiosas das temáticas abordadas na pesquisa.

Com o tema discutindo *Gênero: tecendo teias conceituais e produzindo aprendizagens flyer* do VIII[25] encontro foi divulgado pelo Facebook e WhatsApp, além de impresso e distribuído no CIEI.

[25]O VII encontro previsto (na versão que não é seminário) foi transferido para outra data, visto que não houve possibilidade de participação do grupo de discussão antes do seminário com a professora Lílian dos Prazeres.

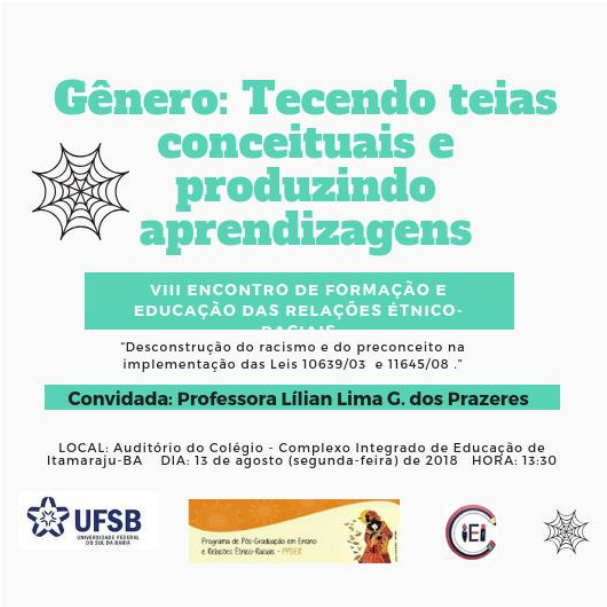

Figura 20: *Flyer* VIII Encontro. 2018. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Iniciamos às 13h30min, numa segunda-feira, com a professora Lílian dos Prazeres que explicou o significado de feminismo e relatou sua história e percurso da luta em favor da discriminação de gênero existente e dos vários movimentos feministas ao longo do tempo no mundo, assim como sua importância para conquista da igualdade de direitos. Ressaltou, ainda, sobre um tipo de feminismo que está em ascensão, o feminismo negro, que apresenta um pensamento e é interseccional (etnia, sexualidade e gênero). Apesar da temática de gênero não se constituir como tema central no EducaEthos, essa questão atravessa transversalmente todo o conteúdo do aplicativo.

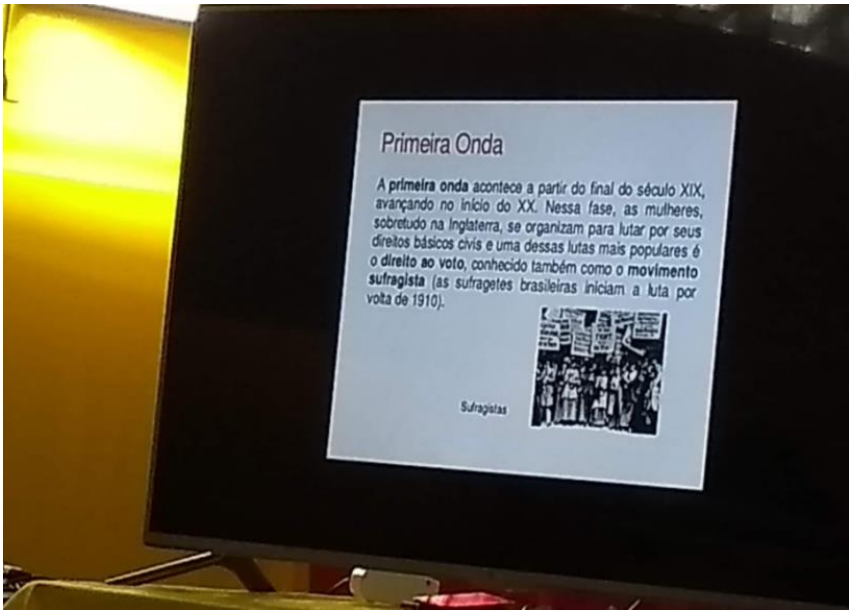

Figura 21: Fotografia do slide – apresentado por Lílian dos Prazeres. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Foram debatidos com a plenária, ainda, termos e conceitos básicos e seus antagônicos, como: feminismo e machismo, igualdade de gênero; feminicídio e a Lei Maria da Penha contra a violência doméstica; o caso emblemático de Mariele Franco, porque não é permitido ocupar espaços de poder para as mulheres, especialmente as negras; sobre a identidade de gênero que não está ligada a identidade sexual, uma vez que são aspectos diferentes – a sexualidade está relacionada ao campo do afeto, do desejo e não do gênero; a professora Lílian disse que a escola é lugar de transformação social e não tem referência positiva de combate aos preconceitos e precisamos reverter essa situação.

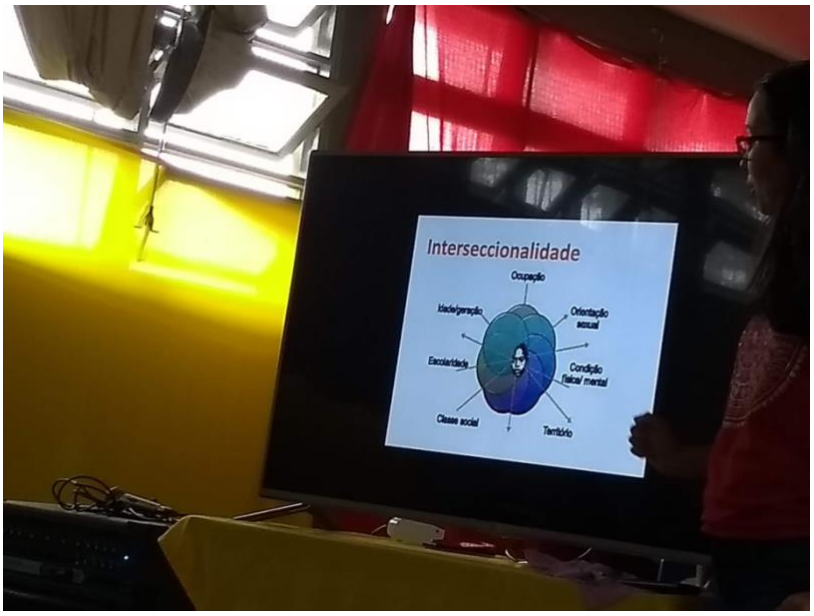

Figura 22: Fotografia do slide – apresentado por Lílian dos Prazeres. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Para encerrar, a palestrante fez uma reflexão sobre o termo e o significado de sororidade; expôs que, ao invés de existir disputas entre as mulheres, elas são convidadas a se unir e explicou que o recente vocábulo se refere a um tipo de união feminina que não apenas as une, mas também as fortalece contra a dominação do homem. Logo depois, foi aberta uma roda de conversa somente com o grupo específico da pesquisa, possibilitando que as dúvidas fossem dirimidas e o registro no bloco de anotações, também respondeu sobre questões individuais, visto que, especialmente os estudantes, se sentiram tocados em sua identidade de gênero e sexualidade, temática atravessada por preconceitos e falta de informação.

Figura 23: Fotografia da apresentação de Lílian dos Prazeres. Foto: Bárbara Chagas Silva

Como X[26] e último encontro da parte de seminários, recebemos a Profª. Dra. Fabiana Lima, no dia 29 de agosto, quarta-feira, pela manhã.

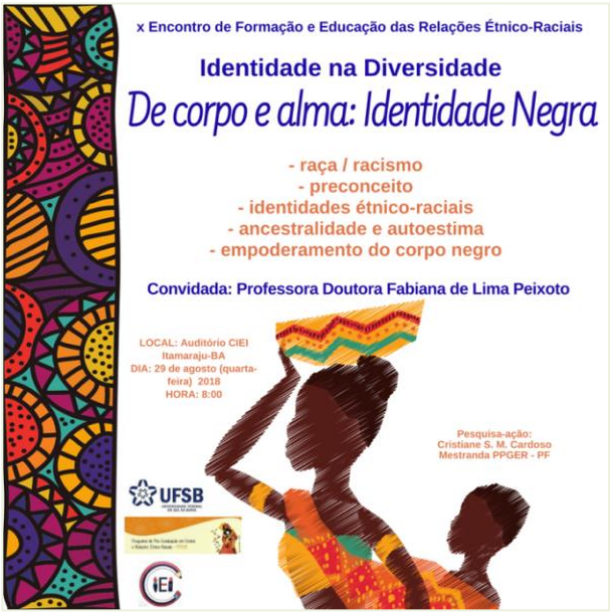

Figura 24: *Flyer* do Encontro com Fabiana Lima – divulgação nas redes sociais. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Com a temática *De Corpo e Alma: identidade negra*, discutimos raça/racismo, preconceito, identidades étnico-raciais, ancestralidade e autoestima, empoderamento do corpo negro. Fabiana Lima discorreu, entre outros assuntos, sobre corpos negros apagados, que

[26]Assim como no encontro VII, o IX também ficou para ser desenvolvido posteriormente, e será apresentado a seguir nas explanações.

racismo não é apenas gostar de preto, é muito mais profundo, uma vez que, em nosso país, ele é estrutural, e os estereótipos são tão presentes em nossa sociedade.

Figura 25: Fotografia da plenária do encontro com Fabiana Lima. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Após três horas e meia com a plenária, a palestrante atendeu ao pedido do grupo de pesquisa da construção do EducaEthos e ficou mais 40min, respondendo questões individuais e, por vezes, de ordem pessoal, assim como tirou dúvidas sobre o empoderamento do corpo negro.

Figura 26: Fotografia de estudante – depoimento sobre sua identidade religiosa. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

No dia 17 de outubro de 2018, quase dois meses depois do último seminário, nos reunimos para finalizar os últimos três encontros que faltavam. Como forma de viabilizar a participação dos estudantes e dos professores que faziam parte do grupo de discussão, porque a escola estava enfrentando problemas com os dias letivos devido a falta de alimentação para sustentar o período de tempo integral, organizamos todos os eventos em um único dia, com intervalo de tempo entre eles.

Percebemos que sem essa estratégia talvez fosse impossível concluir todas as etapas planejadas para discussão e construção dos conteúdos do aplicativo. Segundo Thiollent, problemas e imprevistos sempre acontecem, por isso, ele apresenta as estratégias para a pesquisa, nominando-as como ponto de partida e ponto de chegada, pois, no intervalo, "haverá uma multiplicidade de caminhos a serem escolhidos em função das circunstâncias" (THIOLLENT, 2011, p. 56).

Em uma manhã de quarta-feira, às 07h30min, nos encontramos na sala de informática, após solicitação à gestão para liberação dos estudantes, professores e funcionários que faziam parte do grupo de discussão para que pudéssemos dar continuidade à pesquisa. Dividimos o tempo disponível de quatro horas em três momentos: no primeiro, nos dedicamos aos debates sobre as questões de políticas públicas, privilégio e meritocracia, mito da democracia racial, racismo e preconceito. No segundo, discutimos tipos de violência doméstica e aparatos legais de proteção feminina, conceitos de feminismo e machismo, feminicídio e sororidade. No terceiro, retomamos questões sobre respeito, conhecimento e consciência, racismo, herança da colonização e extermínio, desqualificação do corpo negro e a imposição do embranquecimento cultural e dos padrões estéticos, a estética do racismo, a desigualdade social e o orgulho da cor da pele.

Para encerrar o tempo dos encontros nesse dia e a contribuição em todos os eventos na pesquisa, pedimos que avaliassem a participação individual no grupo de discussão, primeiramente, com uma palavra e depois em forma de texto. As principais palavras mais recorrentes apresentadas por muitos foram "emocionado", "aprendizado", "alegria" e "conhecimento". Com esses registros avaliativos, concluímos que é preciso e urgente a escola se abrir para discutir as relações étnico-raciais e temáticas relacionadas ao preconceito e à discriminação. Os jovens, em especial, clamam por espaços de discussão para que possam ouvir e, também, falar, dirimir suas dúvidas e sentir-se dentro de um sistema que é excludente.

Figura 27: *Selfie* do grupo de discussão – último encontro. Foto: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Cada um dos seminários e encontros de toda a pesquisa aconteceu em um dia diferente da semana e em turno diverso. Essa estratégia metodológica possibilitou a retirada de estudantes, professores e demais funcionários dos seus postos de trabalho para participar da pesquisa em dias, turnos e horários alternados, evitando, assim, a alteração em demasia de suas rotinas na escola, além de não penalizar o horário de um determinado professor, contemplando o acordo realizado entre a gestão e a pesquisadora no momento inicial de liberação do campo para a pesquisa.

No final dos estudos, após defesa da pesquisa, esperamos realizar, como última atividade no PPGER, um encontro com o propósito de apresentar a comunidade itamarajuense[27], os resultados alcançados, apresentando o EducaEthos publicado na *Play Store* e possibilitar a usabilidade do aplicativo.

Em síntese, a socialização e a visibilização das culturas negra, indígena e cigana para a valorização das identidades presentes na escola se deu a partir dos encontros de formação e educação das relações étnico-raciais, contemplando o universo da pesquisa com base em temáticas e apresentações de conceitos relevantes ao entendimento da importância de visibilizar e discutir sobre o racismo, o preconceito, a diversidade e a urgência na implementação das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08 e, a partir desse contexto, foi construído um aplicativo que contemplasse essa discussão.

[27]Realizar o mesmo processo de entrega de convites para os diversos setores e organizações da cidade, assim como a organização logística do I encontro.

2 **O PRODUTO DA PESQUISA**: EducaEthos

Na segunda parte do memorial apresentada a seguir, discutiremos o aplicativo desenvolvido e o estudo que está dividido em partes para melhor compreensão dos processos envolvidos em sua elaboração. Iniciaremos com a emergência e os usos de aplicativos na atualidade, em especial na educação, para as sociabilidades étnico-culturais; abordagem sobre as lojas de compras e download; a elaboração do app, seu sistema Android e sua plataforma operacional de desenvolvimento, o *App Inventor*; além de evidenciar a natureza do aplicativo EducaEthos, suas fases e processos de engenharia envolvidos na sua construção; a importância da linguagem midiática e dos multiletramentos envolvidos na comunicação digital, bem como a questão do tempo e a velocidade como parte integrante de sua natureza. Para encerrar, a pertinência da tecnologia mobile para a educação e, especialmente, para a temática antirracista e a relevância do EducaEthos como ferramenta para auxiliar nesses processos.

Com a perspectiva transformadora do uso de softwares[28] na educação e como prática introdutória do uso das novas mídias e tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem na reeducação das relações entre negros, indígenas, ciganos e brancos, apresentamos o uso de uma determinada ferramenta-aplicativo, o EducaEthos, tipo de programa computacional utilizado em diferentes e vários dispositivos, sendo ele móvel, tais como, tablets e smartphones.

Atualmente, o uso de aplicativos é muito comum. Sua aplicabilidade conecta os seus usuários a um mundo de possibilidades, sendo possível utilizá-lo em modo *on-line*[29] ou *off-line*[30], de uso genérico, individual, grupal, modelado sob medida ou abrangente em seu público. Frequentemente, como abreviação usa-se app, redução do nome em inglês *application*, designando essa ferramenta como aplicativo móvel, mobile ou para celular. É um tipo de mecanismo lógico, disponível em lojas virtuais como *Play Store*[31] e *App Store*[32], encontrando-se, em sua maioria, gratuitamente para baixá-lo ou utilizá-lo.

---

[28]Softwares: substantivo masculino. [Informática] tipo de programa de computador desenvolvido para processar dados de modo eletrônico, de forma a facilitar e reduzir o tempo do usuário ao executar uma tarefa. *Dicionário Online de Português*. Disponível em: https://www.dicio.com.br/aplicativo/. Acesso em: 12 set. 2018.

[29]O termo *on-line* expressa um estado de conectividade e significa que o usuário está visível e pode ser contactado. Disponível em: https://www.significados.com.br/offline/. Acesso em: 20 fev. 2019.

[30]Offline (ou *off-line*) é um termo da língua inglesa cujo significado literal é "fora de linha" e, também, pode qualificar alguma coisa que está desligada ou desconectada. É, habitualmente, usado para designar que um determinado usuário da internet ou de outra rede de computadores não está conectado à rede. Disponível em: https://www.significados.com.br/offline/. Acesso em: 20 fev. 2019.

[31]*Play Store* – loja virtual de aplicativos para celulares e smartphones da *Google Play Store*.

[32]*App Store* – loja virtual de aplicativos, programas e equipamentos da Apple.

O EducaEthos será distribuído pela *Play Store*, visto que, inicialmente, será operacionalizado apenas com o sistema Android[33]. No Livro *Google Android*, conhecido como a bíblia sobre Android, Lecheta (2015) explicita que o site do *Google Play*[34] é utilizado para distribuição de aplicativos do Android como também para a propagação de sua plataforma. Ele coloca que esse site foi produzido para que desenvolvedores de aplicações tivessem espaço específico para exposição e publicação de seus softwares. No mundo tecnológico atual, o Android é o sistema operacional móvel mais usado e acessível a diversas plataformas, tais como: tablets, smartphones, TV (*Google* TV), relógios (*Android* Wear), óculos (*Google Glass*), carro (*Android* Auto) etc.

A alternativa de mobilidade é uma das questões que faz com que o aplicativo tenha tanta importância no meio digital, visto que a caraterística mobile vem impulsionando o mundo, o celular e o tablet com suas ferramentas, novos dispositivos e suportes que já são inseparáveis da vida do homem moderno. Segundo Lemos (2005, p. 4), "a era da conexão é a era da mobilidade", e define mobilidade "[...] como o movimento do corpo entre espaços, entre localidades, entre espaços privados e públicos" (p. 3).

Os aplicativos, como um dos integrantes da tecnologia móvel, são largamente utilizados por grandes empresas e corporações, espaços administrativos, instrucionais, recreativos, culturais e educativos. No caso específico da educação, ocupa lugar de destaque nas inovações pedagógicas de apoio ao ensino-aprendizagem, nos cursos e formações em EaD, nos dados estatísticos, entre outros. O Android, por possuir uma plataforma flexível, livre e com código aberto faculta[35] a customização e a inovação do produto a ser produzido pelo internauta, além de facilitar a criação de novos softwares, a partir de seu sistema operacional.

O sistema Android utiliza uma linguagem específica, a Java, que também é uma plataforma e, que, segundo o site *Tecmundo*[36], foi inteiramente concebida por uma equipe de desenvolvedores liderada por James Gosling na *Sun Microsystems* (atualmente, propriedade da *Oracle*) e apresentada em 1995. A Java é uma linguagem de programação orientada a objetos que fazem parte do núcleo da Plataforma Java (TECMUNDO, set. 2018).

---

[33]O Android é o sistema operacional móvel do Google e, atualmente, é líder mundial nesse segmento; [...] poderoso e flexível, de código-aberto (LECHETA, 2015, p. 25).

[34]*Google Play*: para publicar uma aplicação, o desenvolvedor precisa pagar a taxa de US$ 25 (o pagamento é feito uma única vez por meio de um cartão de crédito internacional) e concordar com os termos de uso.

[35]O Android é construído no kernel Linux aberto. É de código aberto; pode ser generalizado para incorporar novas tecnologias de ponta à medida que elas surgem. Disponível em: http://www.openhandsetalliance.com/android_overview.html. Acesso em: 10 jun. 2019.

[36]Site Tecmundo – Disponível em: <www.tecmundo.com.br. Acesso em: 03 set. 2018.

Essas informações respaldam o entendimento sobre as linguagens midiáticas e as necessidades de multiletramentos como habilidades e competências para o uso das ferramentas que se encontram presentes nas TIC's, uma vez que a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)[37] para a Educação Básica apresenta entre as dez competências gerais que devem ser integradas aos componentes curriculares a da cultura digital, que se propõe ir além de propiciar utilização do competente das tecnologias digitais, como também oportunizar a compreensão e a criação dessas, observando-se a criticidade, a significância e a ética.

Atualmente, é possível visualizar como o uso da internet facilita a vida das pessoas em vários aspectos e está presente em seu cotidiano. No contexto escolar, observamos como o uso pedagógico de ferramentas digitais tem se destacado e as novas mídias se apresentam positivamente como recurso tecnológico de ponta (LÉVY, 2012)[38].

Dessa forma, o EducaEthos se coloca como ferramenta na perspectiva do uso de software e Tecnologia da Informação e Comunicação na educação para a elevação da autoestima do(a) estudante por meio da promoção da igualdade racial, de ações expressivas e positivas quanto ao ensino da história e cultura africana, afro-brasileira, indígena e cigana. O aplicativo se propõe a repensar os velhos e os novos caminhos políticos para uma educação equitativa, solidária, eficiente, digna para todos e todas; desafiar o(a) usuário(a), o(a) estudante que ao exercer interatividade com o programa tenha autonomia e seja protagonista de suas aprendizagens, especialmente, nos processos de construção identitária, em que questione, tome decisões, faça escolhas, construa pontes, analise e critique atitudes, conceitos e situações. Com esse app, esperamos proporcionar nova dinâmica nos processos de ensinar e aprender, provocando o desenvolvimento de novas competências e habilidades para novas posturas atitudinais.

Expectamos contribuir no mundo digital através de um aplicativo educativo, interativo, colaborativo e agregar, em um só tempo, o uso de uma nova ferramenta midiática, tecnologia digital contemporânea e construção de novos significados e conceitos das relações raciais redesenhados pela perspectiva dos multiletramentos, possibilitando aprendizagens em um novo ambiente de informação e comunicação interativa.

---

[37]BNCC: É um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 20 mar. 2019.

[38]Afirmações presentes em entrevista para a *Revista Gestão Educacionald*, durante o V Congresso Internacional Conexão Rede Católica de Educação (RCE), em Brasília, 2012.

Destacamos um ponto importante sobre o debate de interatividade (SILVA, 2001). O que significa ser interativo(a)? Esse autor desenvolveu uma tese em que apresenta o conceito de interatividade a partir do texto *Sala de aula interativa, a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania*. Em suas palavras,

> [...] um princípio do mundo digital e da cibercultura, isto é, do novo ambiente comunicacional baseado na internet, no site, no game, no software. Interatividade significa libertação do constrangimento diante da lógica da transmissão que predominou no século XX. É o modo de comunicação que vem desafiar a mídia de massa – rádio, cinema, imprensa e TV – a buscar a participação do público para se adequar ao movimento das tecnologias interativas (SILVA, 2001, p. 1).

O EducaEthos, ao se propor interativo, dialoga com essa perspectiva conceitual. Possui como mecanismo a participação do(a) usuário(a) a partir de sua intervenção, não na estrutura da fase do aplicativo, mas na própria aprendizagem, no seu percurso entre as fases, na sua decisão de ir e voltar no mundo cibernético através do hipertexto, com seus links que direcionam a vídeos, reportagens, documentos, sites e blogs, entre outros conteúdos. Sua cocriação acontece quando aceita, discute e reflete sobre os conteúdos propostos e sua continuidade no app.

Como o EducaEthos apresenta uma variedade de conteúdos e modos de apresentação, é possível escolher, aceitar, refutar o que é proposto e de forma não passiva, interagindo com essa linguagem. Apesar de não existir a possibilidade de mudar o conteúdo exposto, é facultado buscar novo assunto em outro texto, linguagem (música, vídeo, poesia, imagens etc.) no hipertexto de forma operativa e ativa. O autor ressalta que

> a disposição interativa permite ao usuário ser ator e autor fazendo da comunicação não apenas o trabalho da emissão, mas cocriação da própria mensagem e da comunicação. Permite a participação entendida como troca de ações, controle sobre acontecimentos e modificação de conteúdos. O usuário pode ouvir, ver, ler, gravar, voltar, ir adiante, selecionar, tratar e enviar qualquer tipo de mensagem para qualquer lugar. Em suma, a interatividade permite ultrapassar a condição de espectador passivo para a condição de sujeito operativo (SILVA, 2001, p. 2).

Esse autor defende a existência de uma confluência entre autoria, compartilhamento, conectividade e colaboração para composição da dinâmica comunicacional da cibercultura. Para que o EducaEthos atenda a todas essas demandas e pela sua impossibilidade de desconstrução do conteúdo aplicado em cada fase, será criado um website[39] colaborativo para

[39]Será construído após qualificação do produto e defesa da pesquisa para que os conteúdos do aplicativo possam ser socializados na rede.

que os internautas possam contribuir com seus posicionamentos em relação ao que é substancial no app e suas discussões.

Organizamos, assim, em sua dinâmica operacional, um aplicativo que possa promover a interatividade não apenas como uma ferramenta que possibilite comunicação, mas, principalmente, busque os três fundamentos da interatividade apresentados por Silva (2017) no documento *Sala de aula interativa presencial e on-line*[40], que mesmo se referindo a uma sala de aula, remete com precisão ao conceito atual de interativo, fugindo do uso espetacular e banalizado ou como simples marketing, como bem define esse autor. Ademais, o EducaEthos se propõe a ser um espaço de educação, ensino e formação nas relações étnico-raciais. Observe os fundamentos dispostos:

> i) Participação-intervenção (professor pressupõe a participação-intervenção do aprendiz; participar é muito mais que responder "sim" ou "não", é muito mais que escolher uma opção dada; é modificar, é interferir na mensagem; ii) Bidirecionalidade-hibridação (comunicar pressupõe recursão da emissão e recepção. A comunicação é produção conjunta da emissão e da recepção. O emissor é receptor em potencial, e o receptor é emissor em potencial. Os dois polos codificam e decodificam); iii) Permutabilidade-Potencialidade (o professor disponibiliza a possibilidade de múltiplas redes articulatórias; ele não propõe uma mensagem fechada, ao contrário, oferece informação em redes de conexões, permitindo ao receptor ampla liberdade de associação e significações) (SILVA, 2017, p. 29, grifos do autor).

Ao usar o app EducaEthos, esperamos educar a partir de inferências baseadas nas informações abstraídas em cada discussão presente nas fases, que integram sua estrutura, provocando interatividade dialógica e culminância na participação ativa e responsiva, bem como a ação de análise e de crítica ao gerar circulação de conhecimento.

2.1 Aplicativos e o *App Inventor*

Em relação à estrutura, o app EducaEthos foi produzido a partir da plataforma *App Inventor*[41], ferramenta tecnológica digital, visual e gratuita, software web de desenvolvimento da *Google* que possibilita, empregando um navegador da web, montar aplicações para o sistema operacional Android e pode ser instalado em qualquer dispositivo que o possua como sistema operacional.

---

[40]Disponível em: http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Silva-Sala-de-aula-interativa-presencial-e-online.pdf. Acesso em: 22 jan. 2019.

[41]Caso tenha interesse, abra a plataforma do *App Inventor*, acessando http://ai2.appinventor.mit.edu/. Crie um novo projeto.

Segundo o documento da própria plataforma, o *App Inventor* é um editor de fácil usabilidade. Possui elementos necessários para desenvolver os mais diversos programas com simples e rápidas ações de clicar e arrastar quando os elementos são montados na tela das interfaces, dispensando maiores conhecimentos de programação e design. O site *App Inventor Mit*[42] apresenta experiências e informações concretas, inclusive, através dele qualquer internauta pode iniciar o seu aplicativo. Nessa página, é possível visualizar indicações de instruções iniciais, tutoriais com guia passo a passo e todas as informações necessárias; apresenta o código do *App Inventor*[43]), clicando nele, o internauta tem acesso direto aos principais desenvolvedores da plataforma que, a título de informação, possui atualmente[44] um total de 640.8k[45] de usuários ativos, 6.8m[46] de usuários registrados, 24.0m de aplicativos em construção, presentes em 195 países.

Nessa plataforma, o que mais chama a atenção é a forma visual e intuitiva[47] com que apresenta seu ambiente de programação. No site, é possível conhecer todas as estruturas e funcionalidades de forma rápida e de fácil compreensão. Os organizadores criaram um tutorial em que qualquer usuário se torna capaz de operacionalizar e criar um aplicativo (de baixa complexidade) em menos de uma hora, por isso o *Mit App Inventor* é uma ferramenta que desburocratiza, democratiza e facilita o desenvolvimento e a criação de aplicativos. Com um tipo de programação em blocos tipo Lego[48], simplifica as criações de aplicativos do mais simples ao mais complexo, em um tempo menor que levaria com aplicações em ambientes tradicionais.

Na página www.http://appinventor.mit.edu/explore/about-us.html, é possível encontrar as descrições das possibilidades dessa plataforma no subtítulo *Sobre nós*. Os técnicos que a desenvolveram a apresentam enquanto ferramenta que possibilita agregar e acrescentar valor nas produções intelectuais e criativas. Segundo esse site,

> Uma pequena equipe de funcionários e estudantes da CSAIL, liderada pelo professor Hal Abelson, forma o núcleo de um movimento internacional de inventores. Além de liderar o alcance educacional em torno do *MIT App Inventor* e conduzir pesquisas sobre seus impactos, essa equipe principal mantém o ambiente de desenvolvimento

[42]Site *App Inventor Mit* – Disponível em: http://appinventor.mit.edu/explore/. Acesso em: 21 jan. 2019.
[43]O*pen source*/ http://appinventor.mit.edu/appinventor-sources/.
[44]Atualmente, refere-se a setembro de 2018; a informação é mensal.
[45]K: na linguagem digital a letra k equivale a mil.
[46]M: equivale a milhões.
[47]Intuitiva: que é recebido por intuição; evidente. *Dicionário Informal Online*. Disponível em: https://www.dicionarioinformal.com.br/intuitiva/. Acesso em: 28 dez. 2018.
[48]Lego: espécie de brinquedo que se coloca como Sistema Lego. Seu conceito básico está na construção a partir de blocos (partes) que se encaixam para a criação de diversas e variadas combinações.

> de aplicativos online que atende a mais de 6 milhões de usuários registrados (MIT APP INVENTOR, p.1).

Essas informações nos inspiram a não somente construir aplicativos a partir do *App Inventor*, mas também a ousar em discutir as possibilidades de introduzir no currículo dos estudantes da Educação Básica, especialmente os do CIEI, a construção de aplicativos interativos educacionais como ferramenta e recurso para as discussões, dentre outras propostas, das relações étnico-raciais dentro e fora da escola.

Os desenvolvedores do *Mit App Inventor* esperam a exploração da plataforma, acreditando que ela está para além de oportunizar a codificação baseada em blocos e inspirar a intelectualidade e a criatividade, mas também promova condições para que crianças e adultos façam diferença em suas comunidades, com suas criações. Na página do *Sobre nós*, algumas experiências são apresentadas em várias partes do mundo:

> i) A equipe da Hello Navi, seis garotas do Ensino Médio da cidade fronteiriça de Resaca, Texas, construiu um aplicativo para ajudar seu colega a percorrer os corredores de sua escola; eles foram convidados a mostrar seu trabalho na Casa Branca; ii) Um grupo de jovens da Moldávia, na Europa Oriental, construiu um aplicativo de crowdsourcing para ajudar os moradores de seu país a acessar fontes de água potável segura. Em um país com uma alta taxa de hepatite A transmitida pela água, este aplicativo tem o potencial de fazer uma enorme diferença na saúde pública do país; iii) Um grupo de garotas do Ensino Médio em Lagos, na Nigéria, criou um aplicativo para ajudar a polícia de trânsito a capturar criminosos. Eles foram citados como principais exemplos de empreendedorismo jovem homenageados em uma recepção organizada em Bruxelas, pela primeira dama da Nigéria; iv) Um aluno da décima série de Chennai, na Índia, criou vários aplicativos importantes, incluindo um para ajudar a coordenar os esforços de socorro após a inundação na área, outro para permitir que os pais acompanhem os alunos em horários que não são confiáveis e um terceiro que ajuda reduzir o custo e a complexidade da manutenção da frota de veículos; v) O grupo *MIT App Inventor* está colaborando com o *Hong Kong Jockey Club*, a *Education University of Hong Kong* e a *City University de Hong Kong* em um projeto conhecido como CoolThink *@ JC* (http://www.coolthink.hk/) . Nos próximos quatro anos, *o CoolThin @ JC* visa integrar o pensamento computacional em todas as escolas primárias de *Hong Kong* (MIT APP INVENTOR, p. 3).

Apresenta novas maneiras de aprendizagens essenciais estabelecidas na BNCC e que fazem parte das necessidades de inclusão digital não só dos educandos, mas de uma grande parcela da população de um modo geral. Desse modo, criar aplicativos e aprender sobre computação e TIC's têm sido, de acordo com os dados da plataforma em questão, a ação de mais de "400.000 usuários ativos mensais exclusivos provenientes de 195 países, que criam quase 22 milhões de aplicativos" (MIT APP INVENTOR, p. 3/3)[49]. Então, por que não

[49]Site *App Inventor Mit* – Disponível em: http://appinventor.mit.edu/explore/. Acesso em: 21 jan. 2019.

acreditar que seja possível aplicar essas estratégias e ferramentas digitais na visibilidade e desconstrução do racismo e do preconceito?

Em relação à usabilidade do nosso aplicativo, existe uma dificuldade de inclusão[50] para a totalidade dos que o desejarem utilizá-lo, pois o EducaEthos tem sua base na plataforma do *Google* e está apto somente para o Android, deixando de contemplar os usuários que possuem o *iPhone*, dispositivo digital móvel com Plataforma iOS. No sítio do *MIT App Inventor* são divulgadas pesquisas relacionadas à plataforma, das quais destacamos uma que orienta formas de adequar os conteúdos do aplicativo baseado no *App Inventor* no *Swift*[51], possibilitando ser acessado nas duas plataformas, tanto Android quanto iOS.

O site apresenta um resumo de *Paper* de K. *Prutz*, democratizando o desenvolvimento móvel multiplataforma com o *MIT App Inventor*, que diz

> o App Inventor é um ambiente de programação intuitivo, baseado em blocos, que permite que todos – até mesmo crianças – criem aplicativos móveis totalmente funcionais para smartphones e tablets. O App Inventor existe há 8 anos, tem usuários em quase todos os países do mundo e tem 6,8 milhões de usuários em todo o mundo. O App Inventor democratiza o desenvolvimento de dispositivos móveis por meio de codificação baseada em blocos, mas como o App Inventor segmenta apenas o sistema operacional Android, isso exclui 20% das pessoas no mundo que usam dispositivos da Apple, incluindo escolas que implantam iPads para uso em sala de aula. Neste projeto, estendemos o MIT App Inventor desenvolvendo nativamente componentes para iOS no Swift, permitindo o desenvolvimento de aplicativos iOS através de programação baseada em blocos. Isso fornece aos usuários a capacidade de desenvolver versões para Android e iOS do mesmo aplicativo, sem nenhuma codificação adicional e sem a necessidade de hardware de desenvolvimento específico da plataforma. Após a amostragem aleatória de 1.831.065 projetos existentes do App Inventor, 68,805% dos projetos poderiam ser desenvolvidos para iOS e Android. Esta solução dá grandes passos no sentido de democratizar o desenvolvimento móvel multiplataforma para aplicativos Android e iOS[52].

Em 2018, um estudo, intitulado por *Democratizing Cross-Platform Mobile Development with MIT App Inventor*[53], traz importantes contribuições para a construção de aplicativos em plataformas gratuitas, principalmente, para a multiplataforma, pois inclui e agrega diversidade. Infelizmente, para o projeto do EducaEthos fica inviável abordá-lo em

---

[50]Apesar de o EducaEthos ter sido desenvolvido com a ideia de contemplar a todos, percebemos que exclui do seu uso todos os que não possuem dispositivos com sistema Android.

[51]*Swift*: é uma linguagem de programação consistente e intuitiva, desenvolvida pela *Apple* para a criação de apps para iOS, *Mac*, *Apple TV* e *Apple Watch*. Ela foi criada para dar ainda mais liberdade para os desenvolvedores. *Swift* é fácil de usar e em código aberto, para que qualquer pessoa com uma boa ideia consiga fazer coisas surpreendentes. Disponível em: https://www.apple.com/br/swift/. Acesso em: 17 dez. 2018.

[52]K. Prutz, Student Term Paper, p. 2, disponível em: http://appinventor.mit.edu/explore/research.html. Acesso em: 17 dez. 2018.

[53]Dos autores Nichole Clarke (niclarke@mit.edu) e Harold Abelson (hal@mit.edu), *Democratizing Cross-Platform Mobile Development with MIT App Inventor*, evidenciam as possibilidades de democratização para o desenvolvimento móvel da multiplataforma para aplicativos Android e iOS (documento digital, PDF).

multiplataforma, pois o tempo de pesquisa é escasso, e as condições para adaptação da plataforma *MIT App Inventor* e a *Swift*, nesse momento, são impossíveis, mas isso não quer dizer que em outro estudo ou momento isso não acontecerá, até porque a proposta do EducaEthos é de inclusão e espera ocupar todos os espaços possíveis de adesão e compartilhamento.

Apesar de ainda não contemplarmos a plataforma *Swift* como base para o EducaEthos, sentimos a necessidade de trazer essa informação para evidenciar possibilidades futuras e formas de fazê-lo e, ainda, que, no site do *App Inventor*, constam outros tão bons e efetivos *Papers* que demonstram inovações e pesquisas atuais.

A equipe do *MIT App Inventor* explicita o seu orgulho em fornecer serviço gratuito, proveniente de recursos de patrocinadores a partir de diversos tipos de financiamentos. Para a educação, de forma geral, é imprescindível que haja plataformas gratuitas e de acesso aberto; é inclusiva, pois garante que qualquer usuário do mundo tenha acesso. Essa ação de patrocínio é elencada da seguinte forma:

> i) *Programas financiados e orientados pelo colaborador* – alguns financiadores estão ativamente engajados em trabalho colaborativo com nossa equipe em testes e avaliação de produtos, desenvolvimento de currículo, desenvolvimento de programas e treinamento.
> ii) *Engajamento de produtos ou orientado a especificação* – também trabalhamos com organizações interessadas em garantir que um conjunto específico de recursos seja integrado à plataforma *MIT App Inventor*. Os exemplos podem incluir internacionalização ou componentes especializados que trabalham com hardware ou software proprietário.
> iii) *Desenvolvimento e apresentação de propostas conjuntas* – temos muitos colaboradores que nos procuram com ideias de propostas que desenvolvemos, refinamos e submetemos em conjunto a pedidos de propostas (RFPs) de fundações privadas ou agências governamentais.
> iv) *Contribuições em espécie de produtos e serviços* – muitos de nossos programas exigem que nossas equipes de contato tenham acesso a equipamentos para compartilhar com escolas e organizações comunitárias. Os exemplos podem incluir o poder de processamento em nuvem, telefones, tablets, laptops e muito mais.
> v) *Subscrição de eventos* – seja na nossa Cúpula anual ou em um concurso ou desafio de aplicativo local, regional ou nacional, alguns financiadores querem garantir que *o MIT App Inventor* participe ou lidere eventos específicos.
> vi) *Donorship* – alguns de nossos apoiadores simplesmente investem em nossa visão e querem garantir sua sustentabilidade. Grandes ou pequenas, essas contribuições apoiam o trabalho contínuo de desenvolvimento e divulgação da equipe do *MIT App Inventor*[54].

[54]Disponível em: http://appinventor.mit.edu/explore/sponsors.html. Acesso em: 17 dez. 2018.

Para os desenvolvedores e pesquisadores do *MIT App Inventor*, ter patrocinadores[55] é fundamental para a manutenção e continuidade do projeto e os apresentam na própria página de pesquisa[56].

A plataforma do *MIT App Inventor* é extremamente intuitiva e de fácil navegação. Sem nos alongar, podemos encontrar todas as informações necessárias para conhecer, aprofundar, construir e divulgar o aplicativo a ser/ou já desenvolvido. Basta acessar as informações nos seguintes *links*: i) Casa; ii) Sobre nós; iii) Nosso time; iv) Patrocinadores; v) Nas notícias; vi) Histórias; vii) Blog da equipe; viii) App do mês; ix) Recursos; x) Iniciar; xi) Ensinar; xii) Documentação; xiii) Tutoriais; xiv) Fóruns; xv) Solução de problemas. Todas essas sentenças facilmente identificáveis e visíveis para o internauta, basta acessar a qualquer página da plataforma no endereço <http://appinventor.mit.edu/explore/index-2.html> e a própria *home page* (página inicial). Assim, foi a partir dessa plataforma que o produto da pesquisa se constituiu e se apresenta como um aplicativo que tem sua funcionalidade voltada para a educação escolar e entretenimento.

2.2 **EducaEthos**: aplicativo educacional

A proposta gratuita e intuitiva do *MIT App Inventor* é fundamental na atualidade, pois as linhas principais do uso das tecnologias em sala de aula como ferramenta para o ensino-aprendizagem estão assentadas em produção audiovisual, jogos educativos, gamificação[57],

---

[55]A lista de financiadores: i) Centro Superior para a Enseñanza Virtual (CSEV); ii) Ford Motor Company; iii) Google; iv) Motorola; v) Fundação de Mobilidade da Motorola; v) Samsung; vi) Fundação Verizon. Como podemos perceber, um elenco das principais indústrias de tecnologias da informação, comunicação e automação.

[56]MIT: www.http://appinventor.mit.edu/explore/sponsors.html. Orientação e endereço de e-mail para aqueles que desejarem conhecer melhor ou serem apoiadores do projeto (e-mail para mit-app-inventor-collaboration@mit.edu).

[57]Segundo o Site *Techtudo*, "a gamificação, do inglês *gamification*, é a prática de aplicar mecânicas de jogos em diversas áreas, como negócios, saúde e vida social. O principal objetivo é aumentar o engajamento e despertar a curiosidade dos usuários e, além dos desafios propostos nos jogos, na *gamification* as recompensas também são itens cruciais para o sucesso. Embora não seja necessário criar um jogo em si, a prática tem ganhado muito espaço na sociedade, e vem sendo inserida até em aplicativos e livros". Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2016/07/o-que-e-gamificacao-conheca-ciencia-que-traz-os-jogos-para-o-cotidiano.html. Acesso em: 17 mar. 2019. Para o site *Ludos Pro*, "basicamente, *gamification* é uma forma de usar elementos comuns dos jogos em situações que não se restringem ao entretenimento. É utilizar a lógica e as metodologias dos games para servir a outros propósitos, como tornar conteúdos complexos em materiais mais acessíveis, facilitando os processos de aprendizado – tudo isso de forma mais dinâmica do que outros métodos. Nessa estratégia, vários elementos característicos de qualquer jogo – como um sistema de pontuação e *ranking*, um objetivo claro a ser alcançado, recompensas ao completar as missões – podem ser usados para atrair e engajar pessoas, promover o aprendizado e motivar determinadas ações do público-alvo. A gamificação pode ser aplicada nos mais diversos segmentos, desde educação, saúde, causas sociais, marketing e até em treinamentos corporativos, atingindo, assim, públicos e objetivos variados. Em suma, ela é considerada uma opção mais atrativa para engajar a audiência, especialmente mais jovem, em comparação a outras plataformas tecnológicas, como AVAs e treinamentos on-line. Porém, utilizar o game não significa abandonar totalmente os outros

robótica educacional e desenvolvimento de aplicativos, sendo este o nosso foco. Incluir novas tecnologias e recursos midiáticos, ou seja, uma cultura digital como agente de comunicação e informação tem sido uma constante preocupação por parte dos professores, secretários e gestores da Educação Básica, pois faz parte do mundo e da vida de seus estudantes. Segundo Moran, Masetto e Behrens (2013, p. 106), "os recursos informatizados estão disponíveis, mas dependem de projetos educativos que levem à aprendizagem e que possibilitem o desenvolvimento do espírito crítico e de atividades criativas".

Coadunando com essas proposições, a estrutura do aplicativo no projeto de pesquisa se configura através de fases, sendo que cada uma oferece ao usuário a possibilidade de navegar de forma aleatória pelas diversas temáticas e tópicos, podendo ainda interagir, dar respostas a questionamentos e afirmativas, leituras de temas específicos, informações, história e cultura de diversas etnias, clicando também em *links* que redirecionam para experiências com vídeos, músicas, documentários, animações etc., presentes nas nuvens do mundo virtual, o ciberespaço.

Cada uma das fases que compõe o aplicativo está organizada a partir de uma produção textual baseada por situações sociais de interação com o grupo de discussão que contribuiu de forma oral e escrita para a constituição dos enunciados; pesquisa bibliográfica e revisão de literatura realizadas pela pesquisadora; conteúdos temáticos provenientes dos estudos nos componentes curriculares da UFSB; assuntos e temas relevantes abordados nos encontros de formação; assim como, por ação individual da pesquisadora, da seleção e da organização de elementos e conteúdos da web importantes para o estudo e o ensino das relações étnico-raciais, buscando uma perspectiva na construção textual, gráfica e elementos com estrutura própria da linguagem midiática usual.

A sequência dos textos apresentados, em cada interface do app, foi organizada com o objetivo de envolver o usuário, atraindo-o, na informação e comunicação exposta, possibilitando interação e produção de conhecimento e sua ressignificação, bem como reflexão a partir de análise crítica da situação comunicacional descrita e/ou proporcionada.

A interação com os elementos textuais (multimodais, multissemióticos, multiculturais) numa abordagem de multiletramentos buscou atender aos anseios e necessidades dos participantes do grupo de discussão, configurando-se na referência etária e de vivência para a construção do conteúdo presente no app, visto que

---

métodos já utilizados, e sim incorporar essa técnica para melhorar os resultados". Disponível em: https://www.ludospro.com.br/blog/o-que-e-gamificacao. Acesso em: 17 mar. 2019.

> trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação ("novos letramentos"), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva a agência – de outros letramentos, valorizados (como é o caso dos trabalhos com hiper e nanocontos) [...] (ROJO; MOURA, 2012, p. 8, grifos dos autores).

Como opção de procedimento para a distribuição dos conteúdos e dos temas dentro de cada fase do app, decidimos pela não sistematização criteriosa, optando pela aleatoriedade. Definimos, então, que as temáticas seriam melhor aproveitadas como provocadoras de comunicação, informação, educação se fossem atravessadas pelo inesperado, motivando a prosseguir no uso e desejo de conhecer todo o desenrolar do conteúdo presente no aplicativo, resultando na combinação entre conhecimento e aprendizagem, assim, ao fazer uso de determinadas fases do app, a ordem e a organização das informações sobre indígenas, ciganos e negros estão misturadas, apresentando-se de modo a não eleger uma sobre a outra, pois ao acessar o conteúdo será misto[58].

Outra preocupação na disposição dos conteúdos foi possibilitar que o(a) usuário(a) seja responsivo(a) aos comandos e também de forma intuitiva participe concordando ou discordando, que possa ser protagonista de seu agir/dizer/pensar/fazer. Na tessitura textual, elegemos a narrativa que pudesse contemplar as exigências presentes nas mídias e tecnologias digitais onde o breve se faz presente e necessário. Esses autores apontam o miniconto e nanoconto, apesar deles se apresentarem como ficcional se definem também como conciso, "produções pequenas, que interpelam movimentos de leitura diferenciados, mais fluidos, dinâmicos e que requerem letramentos diferenciados de seus interlocutores" (ROJO; MOURA, 2012, p. 81).

Dessa forma, mesmo não recorrendo a todas as características desse gênero textual, citamos o nanoconto e o miniconto pela possibilidade de agregarem o breve com outros meios no momento em que o verbal, o visual, a cor, o design, o som, a imagem se entrelaçam para compor o texto e construir e/ou reconstruir sentidos.

Para Rojo e Moura (2012), ao destacar a importância pedagógica dos multiletramentos, chama a atenção sobre sua relevância na disseminação e democratização do ensino e que este é problema político. Sendo assim, implementar as Leis n.º 10.639/03, n.º

[58]Nas fases Tome Nota, Você Sabia? e Verdade X Mentira possuem mais informações sobre indígenas e ciganos, visto que outras fases fazem *link* com o mundo virtual e possuem mais informações sobre negros pela facilidade e abundância de material, estudos e artigos dessa etnia. No entanto, para não sobrecarregar o app com informações apenas sobre negros, alimentamos algumas fases com mais conhecimentos sobre indígenas e ciganos.

11.645/08 e a resolução em favor dos povos itinerantes[59], utilizando ferramentas tecnológicas com textos multimodais e multissemióticos numa perspectiva de multiletramentos são pertinentes para ampliar, incluir e democratizar esses conhecimentos e a obrigatoriedade imposta, pois

> a educação não pode continuar um privilégio de poucos. É preciso que as políticas públicas potencializem a qualificação dos professores e professoras para que de fato se possa superar a exclusão social e o insucesso escolar por meio de práticas que considerem o imbricamento entre cultura periférica e os letramentos locais e globais dos alunos, como gerador de sentidos e aprendizagens (ROJO; MOURA, 2012, p. 94).

Tecnologias, recursos midiáticos, linguagens e seus multiletramentos, suportes e dispositivos inovadores, por si só, não serão suficientes para o combate ao estranhamento interétnico e reconhecimento de toda a sua diversidade, pois é inimaginável acreditar que consciência política racial, tão necessária nos processos de autoidentificação, seja construída sem a participação, a reflexão, a integração e o engajamento. Essa não nasce do nada, constrói-se a partir de elemento(s) disparador(es) que aciona(m) o eu que antes era sentido, vivido, mas invisível e ocultado pelo peso do racismo, pelo preconceito e pela discriminação empreendidos na sociedade. Dessa forma, o EducaEthos se propõe a ser um desses elementos mobilizadores para auxílio no reconhecimento identitário e na convivência social saudável.

2.2.1 Fases e desenvolvimento operacional do aplicativo

Os conteúdos organizados nas diversas fases do EducaEthos foram construídos e estruturados para que se adequem ao tipo de linguagem e de comunicação pertinente a essa ferramenta. Em relação às fases que compõem o aplicativo, foram pensadas ao longo do processo de estudo. Para além de uma literatura sobre os estudos das relações étnico-raciais, analisamos também o âmbito das pesquisas e dos estudos sobre tecnologias para nos apropriar do universo teórico das TIC's e dos aplicativos mobile. Essa ação nos possibilitou compreender e conhecer melhor não só o produto em si, mas os caminhos que o app poderia percorrer e os tipos de impactos sociais possíveis, envolvendo a temática das relações étnico-raciais.

Para unir as ações de pesquisa, a formação e a criação das fases, percebemos a necessidade de um programador, embora tivéssemos aprendido a utilizar a plataforma do *App*

[59] MEC – Resolução n.º 3, de 16 de maio de 2012, que define as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

Inventor, não seria possível realizar a construção do app, porque precisávamos estudar a temática central do PPGER, desenvolver a pesquisa, escrever, participar de eventos, enfim, muitas demandas para processar. O programador parceiro foi o estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da UFSB, João Marcos de Jesus Soares, auxiliando tanto na alimentação dos conteúdos quanto na estética do aplicativo, uma colaboração fundamental.

Cada fase foi repensada inúmeras vezes até alcançar o nosso objetivo, inclusive, após o estudo e a escrita deste texto, procurando alinhá-lo para que não haja contradições e expectativas quanto ao produto. Das mudanças do produto inicial para o final há maior intervenção no que diz respeito às atividades interativas que associam vídeos a textos através de *links* externos em construção de páginas em hipertexto. Essas ações apenas foram incorporadas no final da programação quando João Marcos, mesmo utilizando uma plataforma gratuita e sem muitos recursos, atendeu à nossa demanda e efetivou a tarefa de incorporação de *links* externos, realizando uma grande intervenção que elevou o nosso aplicativo para outro patamar no conceito de interatividade e conexão com o mundo virtual, o ciberespaço.

Quanto às especificidades do produto, ao acessar o aplicativo pela primeira vez e realizar o *download*, esse fica hospedado no sistema do dispositivo e poderá ser operado *off-line* em suas fases que não precisam estar conectadas à rede via *links* (algumas fases do aplicativo só respondem aos comandos se estiverem conexão via web). Em relação à estrutura física (os templates), estética e layout, após muitas pesquisas e tentativas em aplicações diversas, como PowerPoint e outras, descobrimos na própria web o Canva[60], plataforma que possibilita criar designs e editar imagens "profissionais" de forma prática e descomplicada, arrastando e soltando elementos. Esse possui tutorial simples e de fácil entendimento, artigos e recursos que facilitam alcançar os objetivos propostos, até mesmo, por usuários inexperientes em design.

Apesar de seu uso poder também ser gratuito, o Canva apresenta limitações em algumas ferramentas, pois é preciso pagar para usufruir de alguns recursos específicos (como fundo transparente e animações), alguns templates (modelos), além de imagens que possuem no banco de dados do portal, então, em determinado momento, tivemos que fazer adesão de pacote pago para que a qualidade e as possibilidades se ampliassem. Além disso, ele está disponível em aplicativo que permite criações e edições pelo celular. Após a resolução das questões sobre ferramentas para o desenvolvimento dos layouts, foi preciso pensar para além

[60]Canva – Disponível em: https://about.canva.com/pt_br/. Acesso em: 20 mai. 2019.

dos conteúdos, a seleção e produção das imagens, das funções e das interações de cada página e fase.

A logomarca do EducaEthos, recurso do Canva e disponível para a compra do direito de uso[61], foi escolhida entre milhares de templates e adquirida por representar uma árvore formada por mãos de diferentes cores, aludindo a existência da diversidade que defendemos na pesquisa.

Figura 28: Logomarca do EducaEthos. Fonte: Upload do Canva.

O aplicativo possui interfaces indicativas de temáticas como a capa, o menu e as subcapas, que, em linguagem computacional, recebem o nome de s*plash*. Numa visão geral de projeto, o app se organiza conforme as figuras 29 e 30, a seguir:

[61]Na plataforma Canva, existe diferentes planos de uso com várias possibilidades desde banco de imagens para upload gratuito até planos especiais que variam de USD US$ 12,50 a 25,00 por mês; ou compras de vetores e imagens *premium* por USD US$ 1,00 cada. A logomarca do EducaEthos foi disponível para aquisição em pacote de plano pago.

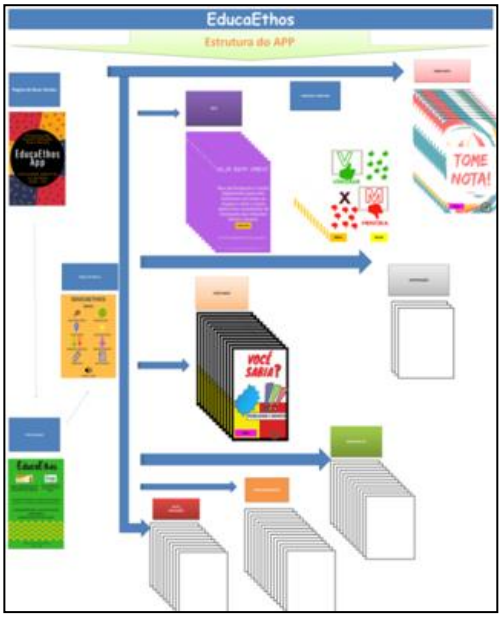

Figura 29 – *Splash* de menus – "árvore de dados". Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

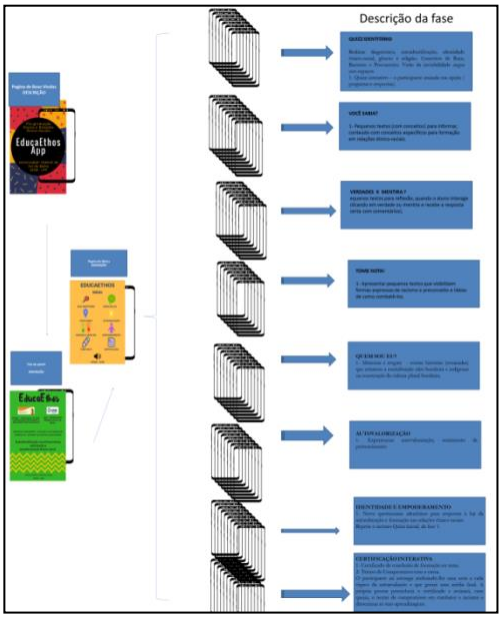

Figura 30 – *Splash* de menus com resumos explicativos da Fase – "árvore de dados". Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Possui *splash* inicial, capa e folha de rosto.

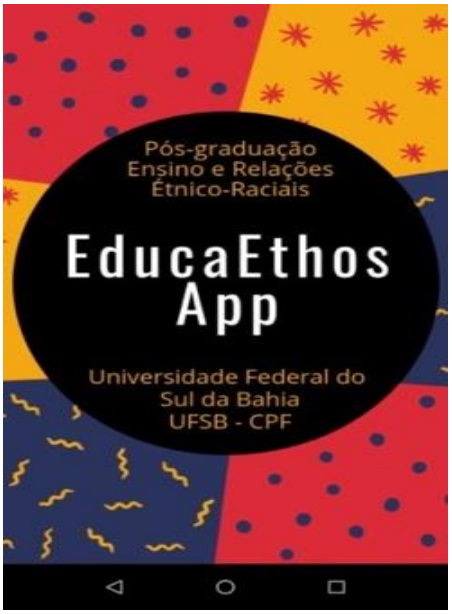

Figura 31: Capa. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Figura 32: Contracapa do EducaEthos. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

E o menu possui diretório para cada uma das oito fases a serem acessadas, bastando para isso apenas um clique.

Figura 33: Menu principal. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Na base inferior do menu tem um ícone indicativo de som conforme podemos observar na Figura 33. Ao ser acionado se ouve o som percussivo de tambores, criado pelo programador. As fases do EducaEthos são: i) Quiz Identitário; ii) Você Sabia?; iii) Verdade X Mentira; iv) Tome Nota; v) Quem Sou Eu?; vi) Autoavaliação; vii) Empoderamento; viii) Certificação.

A primeira fase, Quiz Identitário, se destina a realização de diagnóstico/autoidentificação/identidade étnico-racial, gênero e religião. O internauta marcará a sua opção como resposta a uma pergunta e recebe o *feedback* com discussão sobre o questionamento da temática.

Figura 34: Introdução à fase questionário. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Ao adentrar nessa fase, tem um áudio de boas-vindas e um informativo para melhor desempenho nas ações e usabilidade do app juntamente a uma caixa de diálogo que convida o usuário a se identificar nominalmente. Após a ação de autoidentificação, inicia-se o questionário com respostas de múltipla escolha. A cada resposta do usuário, a discussão sobre a temática é apresentada, podendo ele concordar ou discordar. Em seguida, apresentamos conceitos, proposições ou refutamos possíveis escolhas de respostas, provocando discussões em uma caixa de texto gerada no final da questão. Terminando, começa outra questão com o mesmo modelo de ação até terminar a fase de Quiz Identitário.

Na fase Você Sabia? Pequenos textos são disponibilizados para informar, comunicar e educar, a partir de conteúdo, com conceitos específicos, propondo visibilizar negros, indígenas e ciganos, respeito e formação em relações étnico-raciais.

Figura 35: Capa introdutória da fase Você Sabia? Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

As fases Verdade X Mentira, Tome Nota e Quem Sou Eu? foram elaboradas a partir da escrita de biografias e textos que retratam a contribuição de histórias afro-brasileiras, indígenas e cigana[62] para a construção da cultura plural brasileira, seu cotidiano, seus modos de ser e viver.

[62]Escrever biografias do povo cigano foi muito difícil, pois os documentos e as bibliografias que tivemos acesso não disponibilizavam de informações suficientes para a sua construção. Optamos, então, para que os ciganos não ficassem sem representatividade, escrever a biografia de “Santa Sara Kali”, a santa padroeira deles, e que em uma das versões de sua história de vida a coloca como uma cigana.

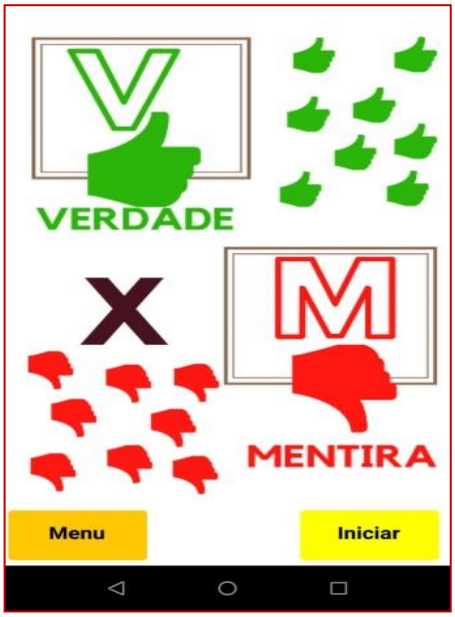

Figura 36: Capa introdutória da fase Verdade X Mentira. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Figura 37: Capa introdutória da fase Tome Nota. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

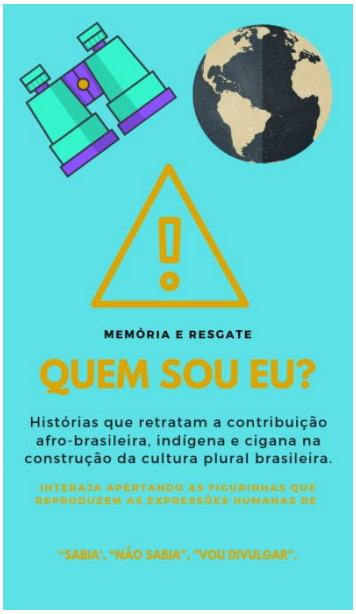

Figura 38: Capa introdutória da fase Quem Sou Eu? Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

A fase Empoderamento propõe experienciar atividades de conhecimento, reconhecimento, de autovalorização e senso de pertencimento através de vídeos, documentários, textos, imagens, reportagens, disposição de diversos sites e blogs em um processo de uso de *links* (quando *on-line*), criando hipertexto.

Figura 39: Capa introdutória da fase Empoderamento. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

A fase da Autoavaliação se destina a contribuir para que o internauta repense alguns conceitos, inclusive, aprofundando-os. É uma das últimas fases dispostas no Menu, porém é proposta em uma ordem que não é fixa nem cristalizada (apenas na ordem da organização linear da disposição na tela). Uma fase não solicita que a outra seja completada para que se

abra ou funcione, contudo há uma estrutura no Menu que sugere os caminhos a percorrer numa visão de rede, os *links* são os principais atores para a possiblidade dessa rede de informação e de conhecimento).

Ainda nessa fase e por pensarmos na possível necessidade de um aprofundamento nas questões propostas pelo(a) usuário(a) em outro momento[63] e apresentando como suporte, escolhemos uma referência que melhor se adequa didaticamente as discussões, como âncora para os conceitos apresentados nas atividades. Desse modo, a indicação é Nilma Lino Gomes, estudiosa da temática, com pesquisas proeminentes para serem consultadas no aprofundamento das temáticas. Apesar de o contexto do livro se referir aos negros, aplicamos de forma correlata aos problemas discriminatórios enfrentados pelas demais etnias representadas no EducaEthos. Além disso, possui a possibilidade de interagir por meio do clique sobre ícones que trazem as mensagens-resposta da autoavaliação através das palavras entendi, preciso revisar ou quero me aprofundar. A autoavaliação objetiva avaliar se a formação/mobilização proporcionada pelo aplicativo promoveu mudança nos modos de se autoidentificar e como compreende os processos históricos dos preconceitos existentes em nossa sociedade e, muitas vezes, sentidos na própria pele.

Figura 40: Capa introdutória da fase Autoavaliação. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Na fase da Certificação, o participante irá preencher um pequeno formulário com alguns dados e na sequência será emitido um certificado digital. Ao preencher o formulário,

[63]Apesar de o conteúdo presente no aplicativo ser diversificado, não é extenso suficientemente para contemplar algumas inquietações temáticas que por ventura possam ocorrer. Desse modo, sugerimos que o(a) usuário(a) possa recorrer a uma diversa e ampla bibliografia existente sobre as temáticas propostas, apenas indicamos uma bibliografia entre tantas que consideramos pertinente para as discussões.

clicando em gerar certificado, terá a imagem em PDF que pode ser impresso ou direcionado automaticamente para o e-mail informado no formulário preenchido. O certificado é registrado em tempo real, com data do dia da certificação, nome do usuário e seu conceito escolhido.

Figuras 41: Capa da fase Certificação. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Essa fase tem o propósito de provocar o(a) usuário(a) a repensar seu percurso de formação durante a usabilidade do EducaEthos e possibilita a retomada das fases caso queira revisar e aprofundar suas aprendizagens, bem como perceber e entender que, na avaliação do app, não existe o erro, mas a condição de rever conceitos e, assim, possa internalizar, divulgar, readaptar e/ou ressignificar.

Figuras 42: Modelo do Certificado gerado. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

Figura 43: Replica aumentada do Certificado gerado. Fonte: Cristiane Silva de Meireles Cardoso

As fases foram compostas a partir de *insight* e quando uma ideia vinha, essa era direcionada para uma fase específica com seleção dos conteúdos que se encaixavam naquele contexto. Em seguida, ela era organizada em formato de *templates* (*splash*) e enviada juntamente a textos e notas explicativas através do *WhatsApp* (texto e áudio), *WhatsApp Web* e *Google Drive* ao programador, que a desenvolvia na plataforma do *App Inventor*, Projeto EducaEthos. Após o recebimento do primeiro SDK[64], tornou-se mais fácil a interação e a

[64]SDK – kit de desenvolvimento de software que possibilita visualizar o aplicativo desenvolvido em formato simulado [emulador] como resultado final para smartphone. (É o aplicativo em projeto, podendo ser baixado sem

troca de ideias com João Marcos, bem como a construção das fases e a seleção dos conteúdos, porque houve a materialidade do idealizado. A cada grupo de conteúdos enviado ao programador, um novo SDK era recebido. Até a qualificação, foram finalizados 25 SDK.

Após a conclusão de cada fase, era testada a sua aplicabilidade e os pontos fracos e fortes discutidos, o que era preciso refazer, desfazer ou desistir. Depois de algum tempo, foi corriqueiro retornar ao SDK desenvolvido e repetir o exercício para repensar as questões, refazer. Muitas vezes, recriamos as fases ou conteúdos, reconstruímos, reestruturamos e, até mesmo, ampliamos alguns dados, retificamos algumas fontes (tamanho e tipo de letra), posição dos ícones, cor da tela e das letras, inserção e retirada de imagens. Tudo em nome de encontrar um equilíbrio dentro das possibilidades da plataforma do *App Inventor* e nosso poder de criação e criatividade, a usabilidade e, também, algo que muito influenciou nas decisões de layout e design, foram os tamanhos e o peso em megabyte[65], que cada imagem e cada ação exerciam no *app,* pois caso ficassem muito extensas o deixaria lento e travaria (bug)[66], impossibilitando operar.

Para cada fase desenvolvida no app, os mesmos conteúdos (temas) foram discutidos, porém com abordagem diferente, utilização de vários recursos e interatividades diversas, mas sempre com a perspectiva de desmitificação de estereótipos, desconstrução do racismo e do preconceito, internalização de conceitos básicos para a reeducação das sociabilidades étnico-raciais. Como forma de contextualizar e fundamentar os assuntos contemplados pelo aplicativo, aqui, no memorial, optamos por introduzir nesse documento, na terceira e última parte, com os subtemas negros, indígenas e ciganos e não por cada fase do EducaEthos.

O aplicativo está pronto como produto didático para apresentação no II Seminário de Qualificação e, por isso, o EducaEthos já foi publicado em formato Beta (teste) para análise de sua usabilidade no *Play Store*, loja de aplicativos com base em Android, da *Google* e disponível para até 1.000 *downloads*. Para publicá-lo, escrevemos qualificações específicas,

---

estar na *Google Play*.

[65]Existe diferenças entre mega, megabit e megabyte. Segundo o site *TechTudo*, “mega, megabit e megabyte são unidades de medida que contam quantidades de informação. O megabit (Mb) – e a sua abreviação, ‘mega’ – é mais usado para contar velocidades e taxas de transferência em serviços de Internet e roteadores. Já o megabyte (MB), assim como gigabyte e terabyte, são mais relacionados com a capacidade de armazenamento, como o espaço de um cartão de memória ou disco rígido, por exemplo”. Disponível em: https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/07/qual-a-diferenca-entre-megabit-megabyte-e-mega-entenda-as-medidas.ghtml. Acesso em: 28 fev. 2019.

[66]Conforme o site *Tecmundo*, “bug é quando a linguagem do computador entra em conflito e gera uma impossibilidade de continuar a execução de um programa. Também chamado de falha na lógica, ocorre quando o computador perde a finalidade de um determinado processo. Os bugs podem gerar falhas na segurança, especialmente quando ocorrem em programas que têm acesso à rede, ou seja, há falhas no processamento de dados, parando o programa”. Disponível em: https://www.tecmundo.com.br/seguranca/213-o-que-e-bug-.htm. Acesso em: 28 fev. 2019.

apresentação e explicação do sistema utilizado, além de imagens reais dos templates que podem ser avaliados pelos usuários. Após as revisões propostas pela Banca Examinadora, será republicado de forma definitiva para ampla, aberta e gratuita utilização.

Quanto às questões técnicas a serem observadas na constituição do material das fases, foi preciso recorrer a algumas literaturas específicas, tais como: *Engenharia de software,* de Sommerville (2011); *Engenharia de software: uma abordagem profissional,* de Pressman e Maxim (2016); artigos acadêmicos e informacionais pesquisados na própria web, além do site do Android, o "developer.android.com"[67] também disponível na rede. Para esses autores, os requisitos funcionais e de padrões de desenvolvimento de um software podem ser declarados de forma explícita e documentados, desse modo, na construção das fases do EducaEthos, houve uma preocupação em observar esses requisitos recomendados.

Sommerville (2011, p. xi), no prefácio do livro *Engenharia de Software,* afirma que "há uma quantidade incrível de informações sobre engenharia de software na Internet [...]". Esse autor defende que os livros ocuparão um lugar no futuro se estiverem integrados e agregarem valor à internet. Apresenta em seu livro um *companion website*[68], assim como Pressman e Maxim (2016), disponibilizados para estudantes, professores e sociedade em geral. Esses sites trazem textos, slides, resumos, questões etc., todos compilados didaticamente, articulados em rede.

Pensar sobre essas afirmações nos conduziram mais fortemente a investir em pesquisas na Internet, mas também e, principalmente, observar cuidadosamente os sites e as informações que trazem conteúdos confiáveis e provenientes de pesquisas e fontes seguras. Na construção de algumas fases, tentamos criar um ambiente integrado com as pesquisas em rede, ao mesmo tempo em que livros físicos são apresentados como possibilidade de pesquisa e aprendizagem (especificamente a fase Autoavaliação), diversos recursos midiáticos, como outros sites, blogs, vídeos dispostos na rede etc.

Primeiramente, a estrutura física do EducaEthos foi pensada como um projeto gráfico. Nas leituras sobre engenharia de software, aprendemos que na construção de um projeto e produção de um software é importante tomarmos os conhecimentos trazidos nessa temática para que nossos objetivos e propósitos tenham êxito. Nesses estudos, validamos a ideia de que, atualmente, ferramentas e softwares com tecnologias avançadas estão presentes em diversos segmentos sociais e de convivência humana, mas essas precisam ter qualidade em

[67]O site oficial da plataforma para o desenvolvimento do Android e sua loja, o *Google Play*. Disponível em: https://developer.android.com/about. Acesso em: 20 mai. 2019.
[68]Significa 'site complementar'. O livro físico possui uma estrutura que personifica uma home page, com *links*, sugestões diversas de pesquisa na web.

todos os aspectos, mobilidade, design, layout, conteúdo, capacidade, velocidade, usabilidade, aplicabilidade, ubiquidade[69], estética geral.

Em *Engenharia de Software: uma abordagem profissional*, Pressman e Maxim (2016) explicam conceitos básicos que nos aproximam do objeto em construção. Eles abordam sobre definição, desgaste, funcionalidade e usabilidade, campos de aplicação de softwares, discutem sobre aplicações da web e aplicações móveis, suas diferenças. Além disso, computação em nuvem, prototipação, impactos da mídia e princípios que orientam as práticas na construção do app. Todas essas aprendizagens, em algum momento, nos orientaram na idealização e no desenvolvimento do EducaEthos.

Destacamos algumas partes cruciais para nós, por exemplo, quando realçam sobre os aspectos humanos na construção dos softwares, afirmando que "quem os constrói são pessoas" (PRESSMAN; MAXIM, 2016, p. 87). Saber que quem os constrói são pessoas e para elas é muito importante, principalmente quando definimos conteúdo, função, linguagem, modos de interagir que a aplicação entregará ao usuário.

Aprendemos e construímos a "árvore de dados" para designar tipo um fluxograma[70] de dados dispostos no aplicativo. O desenvolvimento dela é importante para a definição dos conteúdos presentes no app e as relações hierárquicas entre eles no momento de revisão, antes do projeto começar; para nós, foi crucial essa construção no início para idealização das fases e, assim, apresentar ao programador para que ele pudesse produzir conforme o projeto no fluxograma e na avaliação, ou seja, o desenvolvimento e a finalização de cada fase. Essa "árvore" possui as estruturas das interfaces do usuário e seus layouts, bem como as suas principais funções, em seu sistema integral e integrado.

Entre o Menu (figura 5) e demais telas (que são sobrepostas na programação), apresentamos setas de retorno do splash e/ou avanço, indicando as direções e as possibilidades de navegação. Nesse Menu, existem sensores (botões) de acordo com o layout e a função para cada ação na fase a ser usada. Criamos botões baseados em ícones com nomeações autosugestivas (o ícone e sua nomeação possibilitam inferências sobre a ação e os conteúdos a serem acionados). Em *splash* específico da fase em uso, os *links* se apresentam em formato de botões ou sugestões de cliques, construindo hipertexto da temática específica da tela. Pressman e Maxim (2016) trazem, em uma lista, a proposta dos atributos de qualidade

[69]Característica do que existe ou está praticamente na maioria dos lugares. Disponível em: https://www.dicio.com.br/ubiquidade/. Acesso em: 12 mar. 2019.
[70]Ver figuras 2 e 3 – São as "árvores de dados", do projeto EducaEthos.

que um software deve ter, que são as interfaces internas, externas e as específicas para o usuário. Na programação das fases, tudo isso foi pensado, apesar de não ser visível no uso.

Em relação aos estilos e padrões na arquitetura do software, o EducaEthos utiliza opções oferecidas pelo sistema do *App Inventor* para a modelagem de suas estruturas e formas de organização e interação entre os seus componentes e orientações sobrevindas pelos engenheiros de softwares. Sobre os componentes exigidos para aplicativos móveis, é preciso que o engenheiro de software reconheça o tamanho pequeno da área dos dispositivos móveis, podendo ser celulares, smartphones ou tablets.

Na construção do app, não podemos esquecer que existe uma variedade de produtos tecnológicos e, sendo ele qual for, um fator preponderante é a interação com o ser humano e para que essa relação aconteça de forma mais simples em relação ao aplicativo móvel é necessário que as suas interfaces sejam comunicacionais com o usuário, definindo o modo de interação e como navegar.

Como a linguagem em códigos da lógica em tecnologia não é acessível a todos e para que o aplicativo móvel possibilite ao seu usuário dialogar com suas funcionalidades e seus conteúdos, usa-se a interface e o layout de tela, com um tipo de "projeto gráfico e posicionamento de ícones, a definição de texto descritivo, a especificação de itens de menus principais e secundários", (PRESSMAN; MAXIM, 2016, p. 318), permitindo a ele, no mundo virtual do aplicativo, manejar diretamente os ícones para realização de comandos como se fossem "objetos físicos" através das visualizações e animações.

Um projeto centralizado no usuário deve reconhecer quem são seus usuários fim, observando "seus perfis de idade, gênero, habilidades físicas, educação, formação cultural ou de origem étnica, motivação, metas e personalidade" (PATON apud PRESSMAN; MAXIM, 2016, p. 323), porque para ele, "cada usuário possui uma imagem mental do software, a qual pode ser diversa da imagem mental desenvolvida por outro usuário" (p. 325) e, ainda, essa imagem pode diferir da imagem mental do projetista. Então, faz-se necessário entender quem são (serão) seus usuários para que as suas necessidades sejam atendidas. Levando-se em consideração os propósitos do EducaEthos, essa ideia serve de orientação para sua construção, uma vez que é preciso pensar na diversidade explícita em seus conceitos e alcance.

Existem, também, passos para o desenvolvimento de uma aplicação móvel e foram seguidos, por nós, na construção do EducaEthos. Discutimos e exploramos teoricamente, exemplificando em simulações os diversos tipos de projetos que compõem o trabalho do

programador. Esses autores colocam que é no projeto que se introduz a qualidade do app e define em seus textos, como alcançar essa qualidade[71].

Desse modo, buscando aprimorar cada fase do app, observamos que na interface do usuário é obrigatória a apresentação de características de usabilidade, respondendo indagações que irão proporcionar o entendimento e a navegação eficazes do aplicativo, que são: i) “onde me encontro?”; ii) “o que devo fazer?”; iii) “onde estive e onde posso ir?” (p. 337).

Esses autores afirmam que a primeira impressão, em um aplicativo móvel, é a sua interface. Caso não possua atratividade, os usuários em potencial não serão atraídos, especialmente por um grande número de apps existente e, consequentemente, concorrente. Os aplicativos apresentam formas de interações, tais como: i) antecipação as solicitações do usuário; ii) comunicação sobre as atividades iniciadas pelo usuário; iii) a constância, ou seja, manter as características iniciadas no uso de ícones, apresentação do menu e estética (cor e forma/layout), execução do manejo da navegação; iv) autonomia controlada, facilitando a utilização de senhas e movimento do usuário em todo o conteúdo do aplicativo; v) eficiência, não para o engenheiro do software, mas para o usuário que irá utilizá-lo; vi) flexibilidade, ou seja, possibilita notificar erros, corrigir ações de navegação indesejadas ou adotadas (pelo programador); vii) ter foco, tanto a interface quanto o conteúdo do aplicativo não perdem o cerne dos propósitos do usuário, acrescentando muitas propriedades; viii) objetos de interface humana podem ser acessados em bibliotecas de objetos disponíveis; ix) redução da latência, é diminuir esperas de processamentos de operações complexas a partir de recursos com possibilidades de multitarefas (realizar outras ações enquanto espera); x) facilidade de aprendizagem, possibilita uma aprendizagem de uso em tempo mínimo, de forma intuitiva e simples; xi) metáforas, a partir de imagens e conceitos já experimentados pelo usuário; xii) legibilidade, quando qualquer usuário, independentemente da faixa etária tenha usabilidade garantida, pois as fontes de textos são legíveis, e o uso de cores nos fundos promove diferenças que auxiliam na visualização; xiii) navegação visível, para que o usuário não se sobrecarregue de informações desnecessárias sobre a navegação e ele tenha uma percepção geral e de forma prática do conteúdo do app, além de encontrar facilidade para acessar os links disponíveis ou apresentados (PRESSMAN; MAXIM, 2016).

Algumas dessas especificações são também apresentadas de outra forma. No livro *Engenharia de Software,* o autor sugere a abordagem de processos específicos, tais como: segurança, compreensibilidade e portabilidade; em segurança, apresenta conceitos de

[71]Para maior aprofundamento no assunto, ver Pressman e Maxim, 2016, p. 408 - AB.

proteção, confiabilidade, resiliência, robustez; no termo compreensibilidade, usa os conceitos testabilidade, adaptabilidade, modularidade e complexidade; para a portabilidade, apresenta usabilidade, reusabilidade, eficiência e capacidade de aprendizado (SOMMERVILLE, 2011).

Em relação à acessibilidade existe uma chamada nos diversos tratados e livros de engenharia de software, especialmente e com mais força em Pressman e Maxim (2016), quando tratam sobre o item interface do usuário e mais detalhadamente em sua construção 'centrada' no usuário, quando essa deve estar em consonância com as necessidades dele, a facilidade de ser aprendida e o alto grau de usabilidade.

No desenvolvimento do EducaEthos, fizemos a opção por uma interface de simples manejo. Infelizmente, para algumas especificidades de deficiências físicas, como auditivas e visuais, não há um atendimento específico no projeto, visto que sua plataforma (gratuita e sem muitos recursos de programação) não garante tais ações e até que fosse possível suportar esse tipo de aplicação em sua estrutura, no tocante ao material e ao financeiro seria inviável, pois as aplicações para a acessibilidade ainda têm custo alto.

Consideramos que, na atualidade, a sociedade está mais aberta e busca novos caminhos de inclusão social da pessoa com deficiência. Seria precioso para o EducaEthos acolher todos os indivíduos e reconhecer a diversidade, seja ela qual for, sabemos que os avanços tecnológicos na área das TIC's dispõem de um novo tempo para o fazer pedagógico e novas possibilidades de aprendizagens, trazendo e agregando o conceito da "Tecnologia Assistiva", que apesar do termo ser 'novo' já se faz presente na vida daqueles que possuem necessidades especiais e usam recursos diversos para melhorar sua mobilidade e autonomia.

Uma dessas aplicações, por exemplo, foi o *Hand Talk*, aplicativo que

> realiza tradução digital e automática para a Língua Brasileira de Sinais, por meio de dois produtos principais: Seu Tradutor de Sites traz acessibilidade digital em Libras para a comunidade surda e seu Aplicativo quebra a barreira de comunicação que há entre ela e os ouvintes. As soluções buscam democratizar o acesso à informação e à comunicação, sendo complementares ao trabalho dos intérpretes de Libras. A empresa, premiada internacionalmente e referência no segmento, é comandada por um simpático intérprete virtual, o Hugo, um personagem 3D que torna a comunicação interativa e de fácil compreensão[72].

A figura do tradutor Hugo em 3D é muito interessante e eficiente. Ele usa os sinais das mãos (libras) à proporção que o usuário interage com a leitura do texto em destaque. Infelizmente, apesar de ser um aplicativo gratuito, quando usado como aplicação em sites e em outros aplicativos possui um custo inacessível para nós.

[72]Disponível em: https://www.handtalk.me/sobre. Acesso em: 08 mar. 2019.

Outra questão importantíssima desejada e realizada, por nós, na construção das fases do EducaEthos, foi o protótipo de interface nossa primeira ação desenvolvida no projeto, mesmo antes da apropriação das questões teóricas mais 'profundas' da construção e do desenvolvimento do app. Para Pressman e Maxim (2016), os projetos de aplicativos móveis devem ser idealizados primeiramente no papel um protótipo de interface do usuário, com esboços, fichas e anotações em *checklist* como modo de simulação dos principais mecanismos de interação, além de avaliação, especificação e testes. Corroborando com os estudos dos autores, seguimos as orientações para organização dos layouts de telas, posicionamento de ícones, caixa de textos etc., bem como as imprescindíveis informações sobre os principais erros cometidos na aplicação móvel e as boas práticas, essas ponderações nos auxiliaram na tomada de decisão para definição do produto final.

Dentre essas informações, destacamos algumas: i) miscelânea, orienta para que se evite a adição de muitos recursos e *widgets*[73] na tela do aplicativo; ii) inconsistência, refere-se a manter um padrão de aparência e comportamento. Os botões, ícones, guias, menus e navegação devem ser padronizados; iii) projeto demasiado, trata de se evitar elementos desnecessários e elementos gráficos que causam muito consumo; iv) falta de velocidade; v) verbosidade (menus e exibições de tela desnecessariamente longos e prolixos), (KOSTER, 2012 apud PRESSMAN; MAXIM, 2016, p. 401). Em relação às práticas apontadas anteriormente, observamos que algumas das orientações também já estavam presentes no projeto de pesquisa anterior aos estudos específicos sobre engenharia de software.

Aqui, explicitamos algumas, como: i) identificação do público-alvo (usuários); ii) projeção com relação aos modos de uso; iii) linha tênue entre simplicidade e preguiça; iv) barras de rolagem e realce de seleção mais salientes, observando barras de rolagem e ícones não muito pequenos e difíceis ao toque e para encontrar; v) nunca desenvolver ícones inteligentes à custa do entendimento do usuário, quando só é inteligente para o próprio projetista. Os ícones devem trazer significados e entendimentos de forma rápida para o usuário (PRESSMAN; MAXIM, 2016).

Diante das considerações elaboradas até aqui sobre a produção técnica das fases, a engenharia de software, a projeção e os processos de projetos para aplicações em aplicativos móveis, finalizamos com uma citação desses autores para definir o que também é nosso objetivo, buscar uma qualidade específica do aplicativo a partir de "uma gestão de qualidade

[73]Widgets são, basicamente, miniprogramas autossuficientes que estão instalados e são executados na tela inicial de um dispositivo. Os widgets executam funções simples, como o relógio que mostra o tempo e a temperatura, além de funcionar como interruptores de controle para funções do sistema [...]. Disponível em: https://www.androidpit.com.br/widgets-para-android. Acesso em: 08 mar. 2019.

efetiva aplicada de modo a criar um produto útil que forneça valor mensurável para aqueles que o 'produzem' e para aqueles que o 'utilizam'" (BESSIM, 2004 apud PRESSMAN; MAXIM, 2016, p. 414, grifos dos autores). E mais, que em relação ao "desenvolvimento de aplicativos móveis, o tempo de colocação no mercado é fundamental". Então, que sejamos ágeis.

E para esse mercado abordado, existe também uma lista para *checklist* dos processos a seguir para que seu aplicativo seja lançado sem problemas na loja *Play Store*, qualificada para aplicativos Android. Como já dissemos, por o EducaEthos ter sua plataforma baseada no *App Inventor* que é homologado no próprio *Google*, o seu depósito na loja não trouxe nenhum problema.

Mas, para desenvolver em Android[74], dentre os passos que mais se adequam às especificidades do app e dos caminhos a percorrer, destacamos do site da *Google* fragmentos do que é necessário fazer: i) entender as políticas de privacidade para que não se viole regras e receba sanções; ii) abrir uma conta e inscrever-se como desenvolvedor; iii) verificar lista de localização como localidade destino e idiomas, datas, horários, números e moedas, além de plano de marketing internacional, entre outras ações; iv) caso seja possível, lançar o app em várias plataformas ao mesmo tempo, que não é o caso do EducaEthos, por enquanto; v) realizar testes compatíveis às diretrizes de qualidade a partir de modelos que orientam recursos e funções esperados pelos usuários do Android; vi) criar um APK como produto final para lançamento; vii) preparar descrições, capturas de tela, ícone exclusivo do app – logomarca e o que for preciso detalhar para a *Google Play*; viii) utilizar a possibilidade do teste Beta com um *upload* para descobrir problemas e corrigi-los, aumentando qualidade na versão final; ix) informar a compatibilidade do aplicativo, explicitando dispositivos compatíveis, as versões de Android e tamanho de tela que o app foi pensado; x) verificar relatório de pré-lançamento a partir dos testes com o APK relatados anteriormente como forma de aprimoramento; xi) ativar as opções de distribuição adequadas para a própria *Google Play*, após revisão e aprovação do app, torná-lo mais visível na loja para os usuários; xii) determinar a classificação do conteúdo do EducaEthos como cumprimento de 'Políticas' do programa de desenvolvedores, garantindo visualização pelo público na faixa etária correta; xiii) verificar toda a lista e após conferência publicar no canal de distribuição; xiv) expandir público a partir da promoção do app através do selo da *Google Play*; xv) não se esquecer de

[74]Nesta seção se encontra o menu geral da lista de verificação para o lançamento de um app na *Play Store*. Disponível em: https://developer.android.com/distribute/best-practices/launch/launch-checklist. Acesso em: 20 mai. 2010.

navegar pelas resenhas sobre o app depositadas na ‘caixa de comentários’ e respondê-las de acordo com as avaliações negativas ou positivas, resolvendo problemas não detectados anteriormente; xvi) após lançamento, esperar um tempo e aumentar engajamento, expandindo o público, incentivando o usuário ao retorno do app. São muitas ações e cuidados a realizar para aprovação no *Play Store*. As descrições e as atividades textuais que serão utilizadas no momento propício de publicação estão por fazer e publicar.

A operacionalização técnica para desenvolver qualquer aplicativo foi basicamente descrita acima, mas o que diz a universidade em relação à qualidade e à descrição de um aplicativo voltado para a educação? Os chamados aplicativos educacionais, ou seja, as aplicações, em dispositivos móveis, capazes de promover a construção do conhecimento e possibilitar aprendizagens autônomas em circunstâncias individuais ou coletivas, em ambientes formais ou informais?

A tecnologia de dispositivos móveis, a telefonia móvel e a era do 4G, que impulsionaram as formas diversas de interação e comunicação, via redes sociais e aplicativos mobile, são relativamente recentes na sociedade contemporânea. Esse campo de pesquisa na comunidade acadêmica e na *práxis* das escolas de um modo em geral é ainda carente de reflexões, análises, pareceres e divulgação, especialmente o acesso a seus dados, apesar de ser visível que um rápido desenvolvimento já se encontra em curso e exista certo volume de discussões para que o uso de softwares e as aplicações mobile educacionais diversos sejam introduzidos no cotidiano escolar, visto que celulares e smartphones não só reverberam nesses espaços formais de aprendizagem, como também estão inseridos no dia a dia das crianças, dos jovens e dos adultos como um apêndice de si mesmo.

Pensar em qualidade e usabilidade desses dispositivos é fundamental para que haja interatividade, podendo, assim, fazer parte dos processos pedagógicos voltados para a aprendizagem de um modo geral e de forma mais equitativa, eficaz e ética. Na pesquisa bibliográfica, analisamos importantes reflexões de pesquisadores brasileiros que apresentam critérios de qualidade e métodos de avaliação para aplicativos educacionais. Através dos estudos de Monielle Gomes da Silva e Sílvia Cristina Freitas Batista, podemos visualizar um resumo de contribuições de diversos autores internacionais que apresentam “recomendações e propostas com *checklist*, porém eles não trazem nenhuma metodologia propriamente dita” (SILVA; BATISTA, 2015, p. 4)[75]. Elas propõem o desenvolvimento de uma metodologia de

[75]Versão eletrônica. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323074969_Metodologia_de_avaliacao_analise_da_qualidade_de_aplicativos_educacionais_para_matematica_do_ensino_medio. Acesso em: 11 mar. 2019.

avaliação de aplicativos. Apesar de focarem seus estudos na matemática, podemos fazer uso a partir de associação pedagógica geral de abordagem.

O estudo de Andrade, Araújo e Silveira *Critérios de qualidade para aplicativos educacionais no contexto dos dispositivos móveis (m-learning)*[76], aborda o quanto se faz necessário estabelecer critérios de qualidade específicos para os aplicativos educacionais, tecem discussões sobre atributos específicos para avaliação de sua qualidade nessa modalidade, assim como categorias dos critérios para a qualidade desses.

Ademais, a norma ISO/IEC 9.126[77] de junho de 2003 – e o ISO/IEC 14.598[78] – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que definem e padronizam a qualidade do software nos dão bastante embasamento para desenvolvermos um app, respeitando os requisitos para qualidade.

As pesquisadoras Ana Carla Fernandes Maciel, Carmem Valls e Márcia Maria Savoine (2011) apresentam de forma concisa e reflexiva outras normas, inclusive de ordem internacional, sobre os critérios para análise da qualidade de um software. Seus estudos[79] visam evidenciar às empresas a importância de primar pela qualidade dos softwares, inclusive como garantia de certificação de seus produtos.

Porém, o propósito do nosso estudo foi desenvolver um aplicativo com qualidade para fins educacionais e formativos. A usabilidade e a qualidade de desenvolvimento não são contempladas no foco de discussão desta pesquisa, visto que é uma outra vertente de estudo, porém como faz parte do desafio do próprio EducaEthos ser passível de avaliação a partir de critérios metodológicos e por categorias, assim buscamos observar as recomendações propostas em estudos identificáveis, mas sem perder de vista os objetivos propostos para o seu desenvolvimento.

Diante disso, decidimos não tecer uma ampla pesquisa sobre o assunto da qualidade do app educacional, mas evidenciar características e critérios passíveis de se verificar na sua materialidade e sem nos ater aos aspectos da linguagem da programação, ou seja, atenta apenas para o que seja possível como modelo. Dentre os principais atributos de qualidade que compõem uma avaliação específica e metodológica para aplicativos educacionais,

---

[76]Texto disponível em PDF para download. Disponível em: http://www.tise.cl/volumen11/TISE2015/544-549.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019.

[77]Disponível em: http://jkolb.com.br/wp-content/uploads/2014/02/NBR-ISO_IEC-9126-1.pdf. Acesso em: 11 mar. 2019.

[78]Guia para Utilização das Normas sobre Avaliação de Qualidade de Produto de Software – ISO/IEC 9.126 e ISO/IEC 14.598. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326984869_Guia_para_Utilizacao_das_Normas_Sobre_Avaliacao_de_Qualidade_de_Produto_de_Software_-_ISOIEC_9126_e_ISOIEC_14598. Acesso em: 11 mar. 2019.

[79]Disponíveis em: https://assets.itpac.br/arquivos/Revista/44/5.pdf. Acesso em: 20 mai. 2019.

> um aplicativo precisa incorporar estratégias que contemplem o ambiente de aprendizagem desejado. Destacam Sacol; Schlemmer; Barbosa [15], que o aplicativo deve instigar as habilidades cognitivas de seus alunos e, acima de tudo, proporcionar situações para que possam utilizar seus novos conhecimentos para a solução de problemas. Além disso, deve apresentar algumas características fundamentais para sua aplicabilidade e usabilidade, que redundem em melhor desempenho no processo ensino-aprendizagem. No que se refere ao conteúdo, é necessário que seja apresentado de forma objetiva, priorizando a interatividade e a criatividade, fornecendo sempre *feedback*, sendo estimulante, provocativo e desafiador para reter a atenção do aluno (ANDRADE et al., 2015, p. 3).

Para além desses desafios quanto às habilidades, características de aplicabilidade e usabilidade, a norma NBR ISO/IEC 9.126 também apresenta essas e outras características apontadas de forma concisa por esses pesquisadores, a saber:

> i) Funcionalidade, conjunto de funções que atende às necessidades explícitas e implícitas para o fim a que se destina o software; ii) Usabilidade[80], facilidade de utilização do software; iii) Confiabilidade, desempenho deve se manter ao longo do tempo em condições pré-estabelecidas; iv) Eficiência, recursos e o tempo envolvido devem ser compatíveis com o nível de desempenho requerido para o produto; v) Manutenibilidade[81], facilidade para correções, alterações e atualizações; vi) Portabilidade, possibilidade de uso em diversas plataformas com pequeno esforço de adaptação.

Diante das considerações elaboradas até aqui, podemos perceber que essa linha de critérios nada difere das questões já estudadas anteriormente com os engenheiros de softwares. Nas pesquisas de Andrade et al. (2015), a partir de estudos de teóricos apresentados em seus textos, esses autores perceberam que não existe uma padronização de atributos para avaliação de aplicativos móveis, e a velocidade com que a tecnologia se desenvolve e modifica, caso existisse, seria transitória. Com um resumo de suas análises, foi possível apresentar uma aglutinação de critérios em três categorias que facilitam a operacionalização da avaliação em relação à qualidade de apps educacionais:

---

[80]Usabilidade – Segundo (ISO/IEC 9.126), "usabilidade refere-se à capacidade de uma aplicação ser compreendida, aprendida, utilizada e atraente para o usuário, em condições específicas de utilização". Usabilidade é, em outras palavras, a qualidade de um aplicativo que o torna fácil de ser usado para executar as funções ao qual ele foi destinado. Isso significa que aquele editor de textos deveria, entre outras coisas, ter as seguintes características:
Ser fácil de aprender: coloque uma interface muito complicada ou diferente do que o usuário está acostumado, e veja o desastre acontecer. De camarote.
Ser fácil de usar: não é nada agradável quando você tem que apertar Shift + Insert + F12 para abrir um Menu de Formatação de texto, você concorda?
Ser fácil de memorizar: tudo deve ser lógico, todos os itens devem ser claros e estar em seus respectivos lugares.
Ser agradável de usar. Disponível em: http://www.linhadecodigo.com.br/artigo/2310/usabilidade-uma-introducao.aspx#ixzz5kV6Eqkca. Acesso em: 08 abr. 2019.

[81]Manutenibilidade: É uma característica inerente a um projeto de sistema ou produto, e se refere à facilidade, precisão, segurança e economia na execução de ações de manutenção nesse sistema ou produto. BLANCHARD, B. **Logistics engineering and management**. 4th ed. Englewwod Cliffs: Prentice Hall, 1992. p. 15.

> i) Pedagógica – refere-se às estratégias de apresentação das informações e tarefas exigidas no processo ensino-aprendizagem: concepção, contexto de aprendizagem, adequação aos conteúdos curriculares, aspectos, mediação pedagógica, facilidade de uso.
> ii) Tipos de apps – demonstra os possíveis tipos de aplicativos para o *m-learning* com fins educativos: interação, referencial, acesso a informações, geolocalização, produtividade, colaboração, administração.
> iii) Qualidade intrínseca – refere-se aos requisitos e atributos que devem, necessariamente, compor a avaliação da qualidade de um aplicativo: usabilidade, interatividade, acessibilidade, flexibilidade, mobilidade, ubiquidade, colaboração, compartilhamento, reusabilidade (ANDRADE et al., 2015, p. 5).

Essas características e especificidades, em outros pontos já abordados, interessam nesse momento para explicitar os caminhos do desenvolvimento das fases do EducaEthos apresentados, que se deram de forma consciente e responsável, optando primar por sua qualidade enquanto instrumento e ferramenta, além de habilitação para fins educacionais, formativos, suscitador de debates e reflexões quanto às sociabilidades e às vivências com a diversidade. Entretanto, é a partir do reconhecimento dessas particularidades que nos apropriamos de conhecimentos que embasaram a construção lógica do aplicativo, coadunando com o nosso tempo e a velocidade das transformações na sociedade e na própria forma de educar, de ser e de viver dos educandos.

2.3 **A questão do tempo e velocidade para tecnologia e aplicativos**

Nos textos a seguir, discorreremos a importância da velocidade para o EducaEthos, pois para estar conectado ou ter melhor desempenho em sua usabilidade é necessário que a conexão com a internet seja veloz e possa suportar o tamanho dos arquivos do seu projeto. Quanto ao tempo, foi imprescindível estabelecermos interação de seus conteúdos com o momento presente, quando os usuários da internet, na atualidade, são caraterísticos em seus gostos pelas tecnologias e possuem especificidades nas formas de uso, sendo, em sua grande maioria, nativos digitais.

Portanto, apontamos que a tecnologia da comunicação e informação inaugura um novo tempo. O tempo do agora, representado pelo desenvolvimento rápido da informática e traduzido em uma palavra que marca essa evolução, a internet que, por sua vez, alimenta o mercado e a usabilidade das aplicações móveis. Evangelista (2003) nos conta uma pequena história, revelando o quanto, diferente de outros recursos e ferramentas tecnológicas, a internet foi rapidamente aceita, explorada e incorporada na vida das pessoas. Ela ressalta que Gutenberg criou a imprensa em 1434 e só aceita 400 anos depois, no século XIX. Não foi

diferente com o telefone inventado em 1876, mas usado em uma escala razoável só depois da Segunda Guerra Mundial. O rádio inventado em 1895 e só 40 anos depois se popularizou. A TV popularizou-se nos anos 50, criada em 1925. Porém, a Internet, já em 2003, era considerada como "revolução das telecomunicações", pois é notória a velocidade com que se massificou a sua utilização no mundo.

A autora explica que "foram necessários apenas sete anos entre a criação da *Word Wide Web*[82], em 1990, pelo britânico Tim Bemers-Lee, e sua popularização em 1997, chegando a (naquela época) 80 milhões de usuários no mundo" (EVANGELISTA, 2003, p. 88). A Internet, em si, dos anos de 1957 a 1977, esteve essencialmente nas mãos dos militares que a utilizava na defesa e nas estratégias de guerra, além de setores ligados ao Estado ou empresas privadas, popularizando apenas a partir do "circuito integrado e dos microcomputadores" (p. 88).

Para Johnson, o hiato presente entre um avanço e outro era maior e que os avanços eram lentos, "o livro reinou como meio de comunicação de massa preferido por vários séculos; os jornais tiveram cerca de 200 anos para inovar; até o cinema deu as cartas durante 30 anos antes de ser rapidamente sucedido pelo rádio, depois pela televisão, depois pelo computador pessoal" (JOHNSON, 2001, p. 8).

De acordo com Lévy, quando trata do processo de apreensão que faz parte dos novos aprendizados de inovações técnicas e como ele altera meios e formas de trabalho e suas relações com as profissões das pessoas, aponta como todos nós estamos em um patamar menor ou maior, em um estado de "desapossamento",

> a aceleração (velocidade) é tão forte e tão generalizada que até mesmo os mais 'ligados' encontram-se em graus diversos, ultrapassados pela mudança, já que ninguém pode participar ativamente da criação das transformações do conjunto de especialidades técnicas, nem mesmo seguir essas transformações de perto (LÉVY, 2010, p. 28).

Como já dizia o poeta Cazuza, "o tempo não para"! É perceptível como no mundo a globalização[83] tem como marca a velocidade da evolução tecnológica e qualquer usuário da

---

[82]Word Wide Web – conhecida usualmente como www ou w3, foi desenvolvida pelo pesquisador Tim Berners-Lee, em Genebra – Suíça. Nasceu como um projeto de informação mundial e com base na Internet (BUGAY, 2000).

[83]Sobre esse tema, Boaventura Santos, em *Gramática do Tempo*, "traz importante estudo quando aborda sobre a 'Sociologia das ausências', que tem como objetivo transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Ele apresenta cinco lógicas ou modos de produção de não-existência, entre eles, a lógica assentada na monocultura do tempo linear, em que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos e que estes têm sido formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. E que o domínio do tempo linear não

rede internacional de computadores se conecta com todo o mundo, trocando informações, (MARCUSCHI, 2010). Conceitos de espaço e de tempo se ressignificam para incorporar a marca tecnológica da sociedade global e de seus agentes sociais, assim como suas formas e meios de interagir, conectar-se com o outro. Outro autor se posicionou nas primeiras décadas do século passado e em outro contexto, corroborando nessa discussão ao afirmar que "o homem de hoje não cultiva o que não pode ser abreviado" (BENJAMIN, 1987, p. 203).

A tecnologia associada ao individualismo estabelece relações com o imediato, a informação vazia e inócua, fruto da inexistência de um querer falar e ouvir, ouvir e falar, representado cada vez mais por pequenos símbolos e signos próprios de seus grupos de relações sociais e/ou suas tribos a exemplos dos *emojis, emoticons, stickers* e figurinhas que reproduzem as expressões humanas.

As pessoas não param mais para ouvir histórias, "[...] desaparece o dom de ouvir, e desaparece a comunidade dos ouvintes" (BENJAMIN, 1987, p. 204). As interações sociais não só se refizeram enquanto agregar novas e outras ferramentas e suportes, elas perderam sua essência de contato físico, presencial, do nutrir relações e afetos, porque agora esses são ressignificados. Ao relatar um breve histórico sobre revolução da tecnologia da informação, Castells evidencia que não foram universitários ou "empreendedores de inovações em garagens" protagonistas dessa ação, mas o Estado, e com fins de guerra, porém, realça de que sem a presença desses que buscavam inovações teríamos um desfecho totalmente diferente em relação à revolução tecnológica informacional e que esta teria características distintas das "formas de dispositivos tecnológicos flexíveis e descentralizados que se estão difundindo por todas as esferas da atividade humana" (CASTELLS, 2016, p. 123).

Ele explica que o mercado conduz a inovação tecnológica desde a década de 1970 e os que inventam são empregados de empresas, muitas vezes, multinacionais, especialmente no Japão e na Europa, construindo suas atividades econômicas nos Estados Unidos e em todo o mundo. O autor coloca essa questão para dizer que a velocidade das alterações tecnológicas não acontece apenas pelo fator criatividade e inteligência, sede do novo, mas que há uma forte tendência a modificar para responder o mercado e interesse financeiro.

> Há um aumento da velocidade da inovação tecnológica e uma difusão mais rápida dessa inovação à medida que mentes talentosas impulsionadas por paixão e ambição vão fazendo pesquisas constantes no setor em busca de nichos de mercado em produtos e processos. 'Na realidade, é mediante essa interface entre programas de macropesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos governos, por um lado, e a

---

resulta da sua primazia enquanto concepção temporal, mas da primazia da modernidade ocidental que o adaptou como seu" (SANTOS, 2008, p. 102-103, 113).

> inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de processos pessoais rápidos, por outro, que as novas tecnologias da informação prosperam' (CASTELLS, 2016, p. 123, grifos do autor).

Importante destacar a velocidade não apenas como expressão das tecnologias desenvolvidas para a informação, mas também, para situar a nossa crescente preocupação na construção do produto ao qual esta pesquisa se dedica, porque em termos tecnológicos, tempo é crucial para o não obsoletismo da proposta. A rapidez é tão impactante na área tecnológica que, até mesmo, os livros de pesquisa, referenciais teóricos de peso, são difíceis de acharem atualizados, inclusive, Lévy (2010) coloca sobre como a própria internet instrui sobre si em um processo de automanutenção, afirmando que "o ciberespaço como suporte da inteligência coletiva é uma das principais condições de seu próprio desenvolvimento. Toda a história da cibercultura[84] testemunha largamente sobre esse processo de retroação positiva, ou seja, sobre a automanutenção da revolução das redes digitais" (LÉVY, 2010, p. 29). Mais adiante, ele acrescenta que "o melhor guia para a *web* é a própria *web*" (p. 87), parodiando a citação, a melhor enciclopédia para a rede é a rede.

Segundo Franco, as leituras não facilitam o entendimento dos recursos que a internet possui, sendo a rede o local propício de sua aprendizagem devido à velocidade da sua transformação, onde o usuário deve continuamente atualizar-se. Para ele, "apenas a própria rede pode fornecer estatísticas atualizadas sobre ela mesma. A internet é um lugar por onde a informação trafega veloz e atual" (FRANCO, 1997, p. 37). Esse discute que "a rapidez nas transformações das novas tecnologias exige um constante aprender o novo e esquecer o obsoleto" (p. 13). Para ele, uma nova era é formada e o que mais importa é o 'momento presente'. E esse é marcado pela flexibilidade e pela plasticidade.

Assim, ao desenvolvermos um aplicativo educacional, tivemos a preocupação quanto aos resultados se tornarem obsoletos por conta das transformações que essa velocidade traz para a tecnologia. O que hoje é motivador no ambiente escolar, amanhã pode ser ultrapassado e desnecessário, substituído por outras paixões e desejos de interação.

Reconhecemos que a escola enquanto estrutura institucional não acompanha essa evolução, transformação no tempo e na velocidade que as tecnologias digitais atuais impõem, mas a sua clientela, em sua grande maioria, sim, está 'antenada' e atuante junto as mudanças. E é esse grupo que está estabelecido como público-alvo principal desse produto em construção. Diante dessa preocupação em acompanhar os processos de evolução das

[84]Cibercultura – Segundo Lévy, quanto ao neologismo 'cibercultura', especifica aqui "o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LÉVY, 1999, p. 14).

tecnologias digitais, durante as investigações, pesquisas e convívio mais próximo com estudantes e a partir de discussões voltadas para análises sobre tecnologias e aprendizagens, houve um deslocamento de parte do interesse da construção do aplicativo para a possibilidade de num futuro próximo promover a condição dos próprios estudantes aprenderem a linguagem da programação em plataformas gratuitas e de fácil acesso para o seu protagonismo de criação e desenvolvimento de seu conteúdo e aplicativo.

Trabalhar temas voltados para as relações étnico-raciais numa perspectiva inovadora de transformar as aprendizagens em aplicações que possam ser compartilhadas (em grande escala) em dispositivos tecnológicos mobile. E a escola precisa caminhar com o tempo presente. Nas redes sociais, já existem as chamadas para observar a evolução do 5G. Segundo o site da *UOL*[85], o 5G[86] será uma revolução (podemos dizer que será uma 'nova'), pois as conexões e ligações entre máquinas serão ampliadas e terão atrasos imperceptíveis, porque a velocidade da rede será gigantesca.

O 5G substituirá em breve o 4G, que juntamente com o 3G, foram os protagonistas que transformaram o serviço de telefonia móvel, favorecendo o mercado, acessos e usos da internet, dos celulares e smartphones, democratizando-os. Antes do 3G, conhecíamos a internet discada, e, para quem fez uso, lembra-se da demora e quebra de conexão, além dos preços absurdos e abusivos cobrados por minuto pelas empresas de telefonia regular. Segundo Leonardo Euler de Morais, presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) em reportagem[87] à *UOL*, diz que "se o 4G mudou a vida das pessoas, o 5G vai revolucionar a forma como nós vivemos e produzimos [...] O Brasil vai estar na vanguarda desse processo". Ainda, segundo essa reportagem da UOL, o 5G

> Não será só uma geração de tecnologia de celular que renova os patamares de velocidade – ainda assim o mercado espera conexões acima de 1gbps (gigabyte por segundo). Os índices de latência (aquilo que faz os pacotes de dados chegarem atrasados às telas do seu celular ou computador) serão bem baixos[88].

---

[85]UOL – Universo Online, conhecido pela sigla UOL, é uma empresa brasileira de conteúdo, produtos e serviços de Internet do conglomerado Grupo Folha. De acordo com o Ibope Nielsen Online, o UOL é o maior portal do Brasil com mais de 50 milhões de visitantes e 6,7 bilhões de páginas visitadas mensalmente. Disponível em: https://www.google.com/search?q=o+que+signifiva+site+ulo&sourceid=ie7&rls=com.microsoft:en-US&ie=utf8&oe=utf8&gws_rd=ssl. Acesso em: 20 fev. 2019.

[86]5G – Refere-se à quinta geração da Internet. Linguagem que define configuração de conexão, frequência e velocidade da Internet.

[87]Disponível em: https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/a-encruzilhada-do-5g-brasuca/index.htm#a-revolucao. Acesso em: 22 fev. 2019.

[88]Disponível em: https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/a-encruzilhada-do-5g-brasuca/index.htm#a-revolucao. Acesso em: 20 fev. 2019.

Com a perspectiva da chegada do 5G, a educação brasileira, que não conseguiu acompanhar a geração 4G em suas estruturas físicas, materiais e formação profissional de seus recursos humanos, pode enfrentar sérios problemas de descompasso entre gerações de quem aprende e de quem ensina. Para o mercado, o 5G será o passo definitivo para a Internet das Coisas (IoT)[89]. A reportagem da *UOL* relata que

> Para muitos, o grande lance do 5G é permitir 'bombar' a chamada Internet das Coisas (IoT). Hoje, você já vê TVs, celulares e relógios inteligentes ligados à internet. Mas imagine semáforos, postes e máquinas do porte de tratores, drones e carros conectados à rede. E mais: conversando entre si para executar tarefas sem receber comandos de humanos. Automóveis que dirigem sozinhos são o melhor exemplo de como tudo isso pode funcionar junto. Ao falar com o carro da frente, com sensores no semáforo e com outros equipamentos conectados, ele saberá se deve frear ou acelerar. Esse bate-papo rolará sem qualquer demora graças à baixa latência e as altas velocidades[90].

Diante das considerações elaboradas até aqui, ainda nos resta dizer que essa nova perspectiva de velocidade e conexão da rede mundial de dados existe um hiato, visto que para o CEO da Anatel, Morais, ainda é preciso definir como a agência vai conduzir a licitação: escolher entre um modelo que favoreça a competição entre as maiores operadoras do país, e outro que permita às empresas vencedoras explorar o que o 5G promete, ou seja, "ter 5G para todo mundo ou ter um que não vai ser essa maravilha toda"[91].

A educação escolar, em especial a da rede pública, de uma forma geral e em grande maioria, pode não se ver incluída em tempos próximos na conexão 5G, assim como ainda não alcançou em sua plenitude, acesso à conexão 4G, o que perpetua suas condições materiais inadequadas para um verdadeiro avanço nos processos de excelência na proficiência em aprendizagens cibernéticas e inclusão digital, além de não se adequar e responder às demandas sociais, especialmente do seu público.

---

[89]A Internet das Coisas, ou IoT, refere-se a grupos de dispositivos digitais, tais como sensores industriais, que coletam e transmitem dados pela Internet. O termo "Internet das Coisas", a "IoT", descreve o grande e cada vez maior conjunto de dispositivos digitais — agora na casa dos bilhões — que operam entre redes de escala potencialmente global. Ao contrário da Internet normal (das pessoas), a IoT é composta apenas por sensores e outros dispositivos inteligentes. Entre seus usos estão a captação de dados operacionais de sensores remotos em plataformas de petróleo, a coleta de dados climáticos e o controle de termostatos inteligentes. A IoT oferece novas e inovadoras maneiras para as organizações gerenciarem e monitorarem operações remotas. Ela permite a supervisão de locais remotos, alimentando informações constantemente em aplicativos e armazéns de dados. O baixo custo das "coisas" permite a observação e o gerenciamento de atividades que anteriormente estavam fora de alcance. Com a Internet das Coisas, também é possível obter *insights* sobre eventos que já foram invisíveis, por exemplo, a correlação de padrões climáticos com a produção industrial. Disponível em: https://www.hpe.com/br/pt/what-is/internet-of-things.html. Acesso em: 20 fev. 2019.

[90]Disponível em: https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/a-encruzilhada-do-5g-brasuca/index.htm#a-revolucao. Acesso em: 20 fev. 2010, p. 7, grifo nosso.

[91]Disponível em: https://tecnologia.uol.com.br/reportagens-especiais/a-encruzilhada-do-5g-brasuca/index.htm#a-revolucao. Acesso em: 20 fev. 2019.

Com a conexão e a velocidade garantidas pela 5G, já é possível para outras áreas vislumbrarem tempos de avanços em suas tecnologias de produção, atendimento, cuidado. Cientistas sul-coreanos ligados ao Instituto de pesquisas em Eletrônica e Telecomunicações (ETRI) apresentaram recentemente tecnologia de ponta projetada para funcionar nas tão esperadas redes 5G, "chips de controle de acesso à internet e transceptores ópticos para acelerar o tempo de processamento de dados"[92]. Recebe o nome de *TIC-TOC*, sigla em inglês para "acesso ótico tátil controlado por tempo"[93] .

Segundo o site *Inovação Tecnológica*[94], que divulga a pesquisa,

> Seus criadores afirmam que a tecnologia TIC-TOC ajudará a promover a realidade virtual e a realidade aumentada em todos os tipos de setores, desde educação e saúde, até entretenimento e segurança pública. Por exemplo, poderá ser possível lançar e operar robôs em áreas perigosas ou de desastre com visão e "sensações" instantâneas entre os controladores humanos e as máquinas – quando a máquina vê alguma coisa, os humanos a veem em tempo real, sem retardo, e quando o humano controla remotamente a mão ou a cabeça do robô, o movimento acontecerá imediatamente. O mesmo vale para as telecirurgias, com um médico controlando remotamente um robô que faz a cirurgia, mas com o médico sentindo-se como se estivesse na sala de cirurgia, porque a resposta é instantânea, o que reduzirá o risco para os pacientes[95].

Em um mundo virtual e de aplicativos educacionais, a velocidade é imprescindível para conexões, transmissão de dados nos hipertextos e *links* dispostos, além de possibilidades de interatividade aumentada, mais eficaz e eficiência nas resoluções de problemas e demandas globais do usuário. Proporcionará um ambiente favorável para celeiros de aplicações para dispositivos móveis tanto educacionais quanto educativos.

"Tempo, tempo, tempo", que medida, qualidade, especificidade podemos vinculá-lo em relação à comunicação, cultura, arte e história? Se a velocidade que envolve as TIC's é sinônima de ligeireza, rapidez, brevidade, urgência ou prontidão e, ainda assim, se qualifica como promotora de transformação e mudança, alteração e conversão, podemos sim afirmar que velocidade tanto se configura como fugaz quanto uma metamorfose. Ela, em sua identidade, é fluida e independente, mas se submete ao campo da conexão, ligação, da frequência, da disposição política para seu acesso: ela se autodenomina Internet.

---

[92]Disponível em: https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=tecnologia-tic-toc-internet-tactil&id=010150190123#.XEsd_1VKjIV. Acesso em: 20 mai. 2019.

[93]Disponível em: https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=tecnologia-tic-toc-internet-tactil&id=010150190123#.XEsd_1VKjIV. Acesso em: 20 mai. 2019.

[94]Site Inovação Tecnológica – Disponível em: https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=tecnologia-tic-toc-internet-tactil&id=010150190123#.XQl-LRZKjIW. Acesso em: 25 jan. 2019, p. 2.

[95] Disponível em: https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=tecnologia-tic-toc-internet-tactil&id=010150190123#.XEsd_1VKjIV. Acesso em: 25 jan. 2019, p. 2.

Em relação à sua característica efêmera, relatamos algo até embaraçoso para a nossa própria pesquisa e aquisição de materiais e fontes acadêmicas baseadas na rede, o quanto constatamos que podem ser efêmeros os endereços eletrônicos e conteúdos depositados na web e suas nuvens que podem ser retidos, modificados, excluídos do ambiente virtual. Além disso, é sabido que "os consumidores da Internet também são produtores, pois fornecem conteúdo e dão forma à teia" (CASTELLS, 2016, p. 437). E nessa possibilidade de interação e intervenção que muito se completa, porém muito se desconstrói, desvirtua, desfaz.

Apesar disso, Castells (2016) discute o quanto a rede por ser possível transformar-se, possui capacidade de inclusão, quando se abre para que múltiplos modos de comunicação, sejam acolhidos em sua abrangência a partir de diferentes e diversas expressões culturais. Porém, essa mesma rede que inclui, exclui por vários motivos e diversos modos, porque a mesma liberdade usada para incluir é a mesma utilizada para discriminar, repudiar, promover *bullying*, racismo e preconceitos contra a diversidade cultural, religiosa e de gênero.

Franco (1997, p. 79) relata que "a rede também já foi denunciada pela veiculação de mensagens racistas, machistas, pornográficas, além de ser espaço muito apreciado por delinquentes e pessoas de mau gosto que se divertem prejudicando os outros". Diz que

> é ilusão pensar que a Internet vai resolver todos os problemas políticos e culturais com a construção do paraíso anarquista virtual. O Ciberespaço não é melhor nem pior que nosso mundinho real. Na Internet, por mais descentralização e desterritorialização[96] que incentive, sempre vai existir gente chata, autoritarismo de todas as espécies. A interatividade não é fim do problema, apenas uma maneira diferente de lidar com ele. Assim como, o Ciberespaço é apenas um mundo diferente. Mas – certamente – é mais espaço. E quanto mais espaço melhor (VIANA, 1994, p. 6-8 apud FRANCO, 1997, p. 80).

[96]Desterritorialização – Em discussão sobre o termo desterritorialização, Franco (1997) apresenta a possibilidade de quatro fases de desterritorialização, sendo elas descritas como forma de refletir o 'espaço' do ciberespaço. Ele coloca que segundo o pesquisador Lévy (1994), as novas tecnologias provocam 'desterritorialização'. Des-territorialização é um conceito cunhado por Deleuze e Guattari (1976). Esses autores descrevem os três grandes processos de desterritorialização responsáveis pela transformação da vida dos selvagens, dos bárbaros e dos civilizados ao longo da história. Os homens habitaram em três espaços diferentes: a terra, o território e os estados; e foram violentamente deslocados de um espaço para outro, tanto no aspecto físico quanto mental. Do hominídeo ao comerciante capitalista, o homem 'suporta' ou carrega desterritorializações, e se reterritorializar sobre qualquer coisa, lembrança, fetiche ou sonho (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 90 apud FRANCO, 1997, p. 76-77, grifos do autor). E segue explicando o conceito como Lévy delineia uma quarta desterritorialização que segue as três descritas por Deleuze e Guattari, sendo esta última uma mudança para o que ele chama de *espaço do saber*. Ele expõe as dificuldades das dicotomias e das rupturas como forma de compreensão, e, com base em uma matriz filosófica *rizomática*, procura elaborar uma narrativa que preserva os espaços antecedentes ao nascente mundo virtual: o ciberespaço. Os diferentes espaços antropológicos não só sempre existiram concomitantemente, como se alimentam entre si. Se, por um lado, os espaços posteriores não fazem desaparecer os precedentes, por outro lado, o espaço do saber, como seus antecessores, possuirá a vocação de comandar os antecedentes. Sobre "o surgimento do quarto espaço, Lévy assinala que ele ainda está em fase final de concretização" (FRANCO, 1997, p. 77). Hoje, em pleno século XXI, é sabido que esse quarto espaço já está concretizado e instalado em 'nuvens', sem limites fronteiriços e de dimensão.

Reside nesse ponto um dos desafios da educação nesse processo de inclusão e alfabetização digital, pois é através e a partir dela que a relação de poder, o seu equilíbrio para o igualitário e o respeitoso convívio podem se consolidar nesse processo de comunicação e informação virtual.

2.4 **A relevância da tecnologia mobile para a educação**

A comunidade escolar como qualquer outra sociedade/espaço/lugar/cultura se transforma. A estrutura física das unidades de ensino e suas dependências espaciais, em sua grande maioria, permanecem cristalizadas e aparentes ao início do século passado, mas percebemos que as formas de viver e conviver na escola, essas sim, têm experienciado outras maneiras e jeitos de ser, influenciadas, especialmente, pela revolução dos avanços tecnológicos, das alterações na sociedade e da economia que transformam os meios de comunicação e relação com o social, o meio e os objetos.

Para além das fragilidades e efemeridades dessas mudanças, a partir de interações intensas e sociabilidades exercitadas, as situações de ensino-aprendizagem também se refazem e se revelam de modo a adequar-se às novas demandas de sua clientela, os estudantes, porque é na escola que esses e demais agentes sociais presentes nela constroem suas identidades, reafirmam/reconstroem concepções e depositam suas esperanças de ampliação de seus conhecimentos, de romper barreiras impostas pelas diferenças, uma vez que as desigualdades separam as distâncias e as fronteiras aliadas com o tempo que não são mais capazes de conter.

A educação sistemática, como fundamento, princípio e objetivo de qualquer instituição de ensino formal tem passado por processos profundos de análise e estudos por diversos segmentos, em especial pela academia, visto a necessidade de se repensar e estabelecer um currículo que atenda ao sistema e seja pertinente às exigências do presente século, quando as fronteiras geográficas e culturais são expandidas, e as distâncias encurtadas pelos novos modelos de interação, em que conceitos de tempo e de espaço são alargados.

Ademais, a observância do quê e como ensinar, há ainda a preocupação sobre de que modos os estudantes aprendem. Ainda, como competir com a educação não-formal, visto as diversas e novas possibilidades de ensinar e aprender[97] fora dos padrões e estruturas hegemônicas.

---

[97]Novas possibilidades de ensinar e aprender – essa referência não trata apenas e somente o trabalho com as TIC's, pois esse, por si só, não traz garantias de uma educação pautada fora das estruturas hegemônicas.

Desenvolver um senso crítico, criativo, social e humanizado tem sido uma busca constante de agentes e atores envolvidos com a educação, em especial na Educação Básica, quando crianças, adolescentes e jovens estão em processo de construção e definição identitária. Além disso, documentos oficiais e leis diversas têm se atentado para a discussão e propagação de uma ação educativa que esteja em consonância desde as transformações sociais à pluralidade cultural e a diversidade (quer de identidades, quer cultural).

Somando-se a isso, os profissionais da educação devem estar atentos a uma nova geração que se forma, a da era digital, os chamados nativos digitais que nasceram e nascem em tempos da Internet[98] e possuem todas as habilidades e compreensões dos usos, linguagens e formas de interação que essa possibilita, influenciados por uma tecnologia do *touch screen*[99] quando suas mãos e seus olhos estão conectados através do toque e da rapidez e não mais manuscritos ou impressos, porque o atual é falar sobre e ter/possuir smartphones, tablets, iPodes e computadores pessoais como suporte e ferramenta para a sua comunicação e informação.

Pensando no desafio de se adentrar ao novo e se deixar inundar por ele, de romper com as formar de ensinar e aprender institucional, hierárquica, linear, estática que é pertinente a educadores e escolas, a partir de um universo heterogêneo de sua clientela, somado às imposições tecnológicas presentes nos dias atuais, pelo crescimento acelerado das novas TIC's constatamos a relevância de discutir a importância das novas tecnologias da informação e comunicação como ferramenta para potencializar aprendizagens, articulando histórias, conceitos, ações e formas de comunicar, visualizando os vários multi que envolvem os enunciados como os multiletramentos[100] que visam atender à diversidade de habilidades e competências presentes e exigidas, atualmente, nas produções e nas interpretações das escritas e leituras, dos signos e dos significados.

Educadores de todo o mundo têm experimentado o sentimento da inevitabilidade de integrar as diferentes mídias e recursos tecnológicos que trazem essas novas formas de comunicar nas suas atividades e práticas pedagógicas, assim como adquirir todo um repertório

---

[98]Internet – Como simbologia para especificar o que seja, seu significado foi buscado na própria rede*:* "Rede informática utilizada para interligar computadores a nível mundial, à qual pode aceder qualquer tipo de usuário e possibilita acesso a toda espécie de informação. (Geralmente com inicial maiúscula)". Disponível em: https://dicionario.priberam.org/internet. Acesso em: 09 nov. 2018.

[99]*Touch screen* – "Informática ecrã sensível ao toque, que é ativado pelo dedo ou por uma conta própria, permitindo ao utilizador interagir com dispositivos como o computador ou o telemóvel; ecrã tátil". Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/touch+screen. Acesso em: 09 nov. 2018.

[100]Multiletramentos – "Diferentemente do conceito de letramentos (*múltiplos*), [...] multiletramentos aponta [...] multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica" (ROJO, 2012, p. 13).

e conceituação específica. Presenciamos a chegada de novas modalidades de ensino-aprendizagem com a ampliação das redes[101] de informações, que possibilita e expande o seu alcance, onde ferramentas tecnológicas, entre elas as novidades em hardware[102], software[103], internet e plataformas específicas, promovem o ensino a distância.

Se no início da presente década falava-se em educação *e-learning*, na atualidade, destaca-se a educação *m-learning* (*móbile learning*), uma aprendizagem a partir de dispositivos móveis tais como celulares, tablets e smartphones, proporcionada pela evolução digital, sua mobilidade e sua interatividade, possibilitando novas estratégias de aprendizagem a distância, que modifica modos e formas de comprometimento por parte de todos os atores envolvidos, pois tanto professores como estudantes estarão engajados em processos de comunicação assíncrona[104] e síncrona[105]. As novas tecnologias não só fazem parte da vida do homem, elas se tornaram o próprio, como extensão dos seus órgãos (mãos e olhos), e como auxiliares da sua inteligência e guardiãs de sua memória.

O significado do termo tecnologia, apesar de remeter à ideia de algo ou objeto tecnológico complexo se revela como meio ou ferramenta que possibilita maneiras diferentes de fazer algo, além de mudanças na realização da atividade humana, seja ela qual for, provocando diferenças nos resultados que seriam alcançados de forma natural, por exemplo, um despertador como objeto, ferramenta que interfere no processo natural de despertar o sono. Se pararmos para analisar, a nossa volta, existem inúmeras intervenções e criações tecnológicas que auxiliam e provocam evolução ou maior proficiência nas capacidades que já são inerentes para nós.

E as tecnologias, segundo Lévy (2010), são construções humanas e cabe questionar sobre a importância dessas transformações tecnológicas e os impactos nas tecnologias da informação na criação de culturas e mentalidade de grupos especialmente, no que concerne à diversidade da cultura e dos grupos, que serão alvos desses impactos tecnológicos, visto que não existe separação entre técnica, cultura e sociedade; eles formam uma só entidade,

---

[101]Redes – Para Franco (1997, p. 14), a "rede é um lugar e modo de representação, [...] criando uma realidade paralela, um espaço virtual baseado na informação digital, que se estabelece ao lado do mundo real".

[102]Hardware – Peça física do computador, seus circuitos, partes eletrônicas de modo geral.

[103]Software – "Produto que profissionais do software desenvolvem [...]. Abrange programas executáveis em um computador de qualquer portal, arquitetura, conteúdos, informações descritivas tanto na forma impressa (*hard copy*) quanto na virtual, abrangendo praticamente qualquer mídia eletrônica" (PRESSMAN, 2016, p. 1). Aplicativos são softwares. "O termo 'aplicativo' evoluiu para sugerir software projetado especificamente para residir em uma plataforma móvel (por exemplo, iOS, Android ou Windows Mobile) [...] (PRESSMAN, 2016, p. 9).

[104]Assíncrona – comunicação indireta. Não ocorre ao mesmo tempo, desconectada do tempo e do espaço. Ex.: cartas, WhatsApp, aplicativos móveis (agentes da comunicação online não significa que estão à disposição).

[105]Síncrona – comunicação direta. Tanto emissor quanto receptor participam do diálogo no mesmo momento. Ex.: telefones, WhatsApp, aplicativos móveis com ferramentas de chat ou telefonia, via câmara, vídeo etc.

portanto, não são separadas; ele discorre que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura. “A distinção traçada entre cultura (que é a dinâmica das representações), a sociedade (que são as pessoas, seus laços, suas trocas, suas relações de força) e técnica (que são os artefatos eficazes) só pode ser conceitual [...]” (LÉVY, 2010, p. 22).

Construir uma base social que garanta a todos e a todas acesso amplo à tecnologia e à informatização e suas ferramentas ao conjunto da sociedade em geral é o anseio de grande parte dos educadores engajados por uma educação inclusiva que reconhece a pluralidade e a diversidade cultural e identitária, e compete a escola se responsabilizar por essa democratização dos saberes e dos usos dessas ferramentas tecnológicas inseridas no tecido social e de sua cultura, modificar, remodelando suas formas e jeitos de fazer, viver e conviver.

No livro *O pensar e o agir eticamente*, o autor diz que “a Internet, como tudo que faz parte da cultura, é o resultado do pensar e do agir humano” (EVANGELISTA, 2003, p. 93). Para ele, ao mesmo tempo em que a internet contribui para excelentes oportunidades, por outro lado, traz preocupações e desafios diversos, tais como: i) “liberdade de expressão”; ii) “assédio sexual à crianças”; iii) “sabotagem e terrorismo internacional”; iv) “direito autoral”; v) “racismo”; vi) “anonimato” (p. 93); (em tempos atuais nós acrescentamos) vii) “crimes virtuais” (econômicos, dos direitos individuais, contra interesses supra-individuais) (LIMA, 2007, p. 36); viii) “desafio ambiental” (reflexibilidade – intervenção da sociedade humana no planeta, particularmente das intervenções do sistema técnico-científico; ambientalismo na contracultura)[106] (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 29).

Evangelista discute sobre a existência da sobreposição do virtual sobre o real e a privação por parte dos brasileiros não estar dentro desse contingente tecnológico, sistêmico-econômico que a globalização produz, desumanizando-os. Segundo ele,

> o pensar e o agir eticamente devem estar presentes num mundo onde o digital e o virtual comandam a produção das tecnologias atuais. O futuro começa sempre com alguém (pessoa humana) que é a fonte de todo o conhecimento e toda a tecnologia, pois é ele quem produz o real, o digital e o virtual. Cabe à escola, como instituição que socializa o saber historicamente produzido pela humanidade, democratizar e adequar as tecnologias de informação aos interesses dos sujeitos sociais (EVANGELISTA, 2003, p. 95).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) também está atenta a essa dimensão ética, preocupando-se com uma educação e aprendizagem

[106]Contracultura – “Se por cultura entendemos um conjunto de saberes e valores que empresta sentido às práticas sociais, a contracultura indica, exatamente, a busca de outros sentidos para a vida. [...] no mundo moderno-colonial e, com isso, trouxera a desqualificação de outros saberes, de outros conhecimentos, de outras falas” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 29).

centrada no aproveitamento que as TIC's podem trazer ao serem amplamente utilizadas. Para esse órgão internacional, a educação no século XXI é marcada pela necessidade de inclusão de toda a população mundial estruturada no conhecimento, englobando os ângulos sociais e culturais.

Como entidade que tem o intuito de promoção da troca de conhecimentos e princípios, participou de forma contundente na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, incorporando dimensões éticas, legais e socioculturais, onde o indivíduo é o centro da Sociedade da Informação e todas as possibilidades que as tecnologias da informação e comunicação são capazes de ofertar.

No ano de 2013, a Unesco apresentou a obra *Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel* com a intenção de liberar dados e informações verídicas para a consolidação de políticas públicas. Junto a essa publicação, ela "acredita que as tecnologias móveis podem ampliar e enriquecer oportunidades educacionais para estudantes em diversos ambientes" (p. 7). Oferece auxílio para formulação de políticas públicas, enfatizando que é preciso alavancar o avanço em busca de uma "Escola para Todos". Nesse documento, a Unesco apresentou vários conceitos, entre os quais estão as definições de aprendizagem móvel e aparelhos móveis.

> A aprendizagem móvel envolve o uso de tecnologias móveis, isoladamente ou em combinação com outras tecnologias de informação e comunicação (TIC), a fim de permitir a aprendizagem a qualquer hora e em qualquer lugar. A aprendizagem pode ocorrer de várias formas: as pessoas podem usar aparelhos móveis para acessar recursos educacionais, conectar-se a outras ou criar conteúdos, dentro ou fora da sala de aula. As tecnologias móveis estão em constante evolução: a diversidade de aparelhos atualmente no mercado é imensa, e inclui, em linhas gerais, telefones celulares, tablets, leitores de livros digitais (*e-readers*), aparelhos portáteis de áudio e consoles manuais de videogames. No futuro, essa lista será diferente. Para evitar o terreno pantanoso da precisão semântica, a Unesco opta por adotar uma definição ampla de aparelhos móveis, reconhecendo simplesmente que são digitais, facilmente portáteis, de propriedade e controle de um indivíduo e não de uma instituição, com capacidade de acesso à internet e aspectos multimídia, e podem facilitar um grande número de tarefas, particularmente aquelas relacionadas à comunicação (UNESCO, 2013, p. 8).

Entre as orientações para as políticas públicas que ela apresenta, destacamos:

> i) Diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel; ii) Criar ou atualizar políticas referentes à aprendizagem móvel; iii) Treinar professores sobre como fazer avançar a aprendizagem por meio de tecnologias móveis; iv) Fornecer apoio e formação a professores por meio de tecnologias móveis; v) Fornecer apoio e formação a professores por meio de tecnologias móveis; vi) Assegurar a igualdade de gênero para estudantes móveis; vii) Ampliar e melhorar as opções de conectividade, assegurando também a equidade; viii) Desenvolver estratégias para fornecer acesso igual a todos; ix) Promover o uso seguro, responsável e saudável das tecnologias

> móveis; x) Usar as tecnologias móveis para melhorar a comunicação e a gestão educacional; xi) Aumentar a conscientização sobre a aprendizagem móvel por meio de advocacy, liderança e diálogo (UNESCO, 2013).

E ações que mais priorizam os objetivos do EducaEthos:

> 1) Estimular o desenvolvimento de plataformas ou programas que permitam aos professores em sala de aula – assim como outras pessoas que conheçam os alunos pessoalmente – criem ou adaptem conteúdos para aparelhos móveis.
> 2) Promover a criação de conteúdos para aparelhos móveis que sejam relevantes para grupos comunitários específicos e acessíveis nos idiomas locais, convidando criadores de conteúdos locais a criá-los no âmbito da aprendizagem móvel para suas comunidades (2013, p. 35).

A educação está convidada e respaldada a desenvolver metodologias, programas, conteúdos e ferramentas digitais diversas para a introdução de temas controversos e excluídos dos currículos tradicionais da educação formal e, também, da informal a partir das tecnologias, em especial das TIC's.

Para Lévy (2010), não há divisão entre técnica, cultura e sociedade e podemos afirmar que a comunicação não é diferente, são inseparáveis e intrínsecas, uma vez que cultura incide em processos de comunicação (CASTELLS, 2016). Indissociáveis, seja realizada de um modo ou multimodal, agregando imagens, línguas escritas e/ou orais, sons e gestos, dentre outras. Tecnologia e comunicação são ferramentas e meios que promovem e se fazem recursos indispensáveis na existência e no convívio humano.

Desde os tempos primórdios, a comunicação faz parte da relação homem e natureza e seu contínuo desenvolvimento cognitivo, afetivo, social, motor em evolução que, nem sempre linear, está banhado de influências culturais e de seu meio. Em suas trajetórias e percursos para se fazer o homem atual, também na linguagem, esse toma os elementos culturais do seu e de outros meios para transformar suas formas de comunicar, adquire e introduz ferramentas e instrumentos que modifiquem, potencializem, multipliquem-se e expandam o seu alcance e efetividade o máximo possível.

Apresentando a comunicação enquanto instrumento de aquisição histórico-cultural, Vygotsky (1996) traz uma importante contribuição referente a importância do uso e da criação de meios de trabalho, da aquisição de ferramentas e instrumentos no desenvolvimento do homem e nas diferentes formas de adaptação. Diferentemente do macaco, "pela cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também em sociedade, os homens se tornaram capazes de fazer operações cada vez mais complicadas, para fixar objetivos sempre mais elevados e atingíveis" (VYGOTSKY, 1996, p. 89).

A internet através das redes sociais e dos recursos midiáticos diversos, velhos e novos suportes linguísticos proporcionam essas novas formas de comunicar ‘auxiliares e artificiais’ na contemporaneidade.

> [...] na área do desenvolvimento psicológico do homem a partir do momento da aquisição e uso de signos, o que permite ao homem obter controle sobre seus próprios processos de comportamento, a história do desenvolvimento comportamental, em grau significativo, transforma-se na história do desenvolvimento de meios de comportamento “auxiliares e artificiais” – na história do domínio do homem sobre seu próprio comportamento. [...] Porém, o desenvolvimento do comportamento do homem é sempre desenvolvimento condicionado primordialmente não pelas leis da evolução biológica, mas pelas leis do desenvolvimento histórico da sociedade. Aperfeiçoar os “meios de trabalho” e os “meios de comportamento” sob forma de linguagem e no processo de outros sistemas de signos, ou seja, de instrumentos auxiliares no processo de dominar o comportamento, ocupa o primeiro lugar, superando o desenvolvimento [d]a mão nua e [d]o intelecto entregue a si mesmos (VYGOTSKY, 1996, p. 91, grifo nosso).

Esse autor afirma que o trabalho assumido como princípio educativo pode transformar o homem a partir do momento em que atua no mundo, quando se relaciona, modifica e usa a natureza, o fazer cultural, porém, ele também é linguagem, logo, podemos inferir que o indivíduo é cultura e linguagem, porque “nós somos o que nós falamos, a linguagem nos transformou, é um signo que usamos; nós somos a própria linguagem, nós pensamos a nossa linguagem” (p. 91).

Baccega traz a concepção de que “o trabalho, pensamento e linguagem” sem necessariamente precederem a uma ordenação por serem inseparáveis e por interagirem entre si, manifestam-se desde a origem do homem. Para ela, o ser humano dividiu o seu mundo e o mundo animal quando produziu ferramentas: “é o trabalho humano inseparável da consciência, do pensamento, que, por sua vez, está geneticamente ligado a fala” (BACCEGA, 1998, p. 16). E continua:

> Ao tomar um galho e utilizá-lo para defender-se de outros animais, o homem começou a instrumentalizar os objetos, os quais só se tornariam ‘instrumentos’ efetivamente quando, dada a sua condição de reflexão, de ideação, ele conseguiu perceber as ‘finalidades’ de sua ação. E o homem só consegue perceber as finalidades de sua ação quando as concebe. E, para concebê-las, é fundamental a linguagem (p. 16)

Assim como as identidades culturais e dos indivíduos foram deslocadas, transformaram-se (HALL, 2005), também se refizeram os instrumentos, as ferramentas, os meios e os suportes comunicacionais e, “não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante o seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de

ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal (junto com a linguagem e as instituições sociais complexas)" (LÉVY, 2010, p. 21).

No livro *Reinventando a educação, diversidade, descolonização e redes*, Sodré apresenta as ideias de Diderot para afirmar que nós humanos nos contactamos mais com objetos do que com o próprio homem, pois somos responsáveis por construir, diariamente, o nosso habitat e que "com a tecnologia, trata-se de levantar a hipótese de uma potência própria e soberana do objeto" (SODRÉ, 2018, p. 157). Utilizando as palavras de Scheler para explicar a essência do homem, Sodré afirma que: "1º) o animal de signos (linguagem); 2º) o animal de instrumentos; 3º) um ser cerebral, isto é, um ser que, para o cérebro, especialmente para a função cortical, consome uma parcela muito maior de energia do que os outros animais" (p. 158). E continua com o que para nós é de extrema relevância: "os signos, as palavras, os chamados conceitos, são aqui também somente instrumentos, instrumentos psíquicos mais refinados" (p. 158).

Confirma, então, que a base do homem está na linguagem e é o instrumento/objeto que o constrói e o possibilita construir, fazer e desfazer, ser impermanente, descentrado, deslocado. Para Sodré, não só os objetos se fazem instrumentos, mas também as próprias palavras, e estas, por sua vez, "pertencem à ordem daquilo que o antigo grego chamava de convenção (cultura), dimensão em que nos reconhecemos como criadores, mas o sistema em que elas se organizam nos é imposto como algo natural" (p. 158).

Baccega (1998) chama a atenção para o fato de que "a linguagem é, ao mesmo tempo, 'instituição' e 'instrumento', dando primazia à sua função de 'canal de comunicação', é negar a existência da práxis, é diminuir a condição do homem de criador de novas realidades" (p. 22, grifos nossos). Isso porque, em relação à linguagem, o que mais importa é o "processo de produção de regras e convenções que preside a produção individual" (p. 17), e não o que se produz na individualidade e manifestada nos ditos.

Para Baccega, é "fundamental que se procure dar conta do modo pelo qual as 'mensagens', as 'frases' de uma língua são produzidas e interpretadas e o sentido que elas têm no nível do enunciador e do enunciatário" (p. 17, grifos da autora). Essas concepções trazidas pela autora nos alerta que ao usarmos a linguagem, em especial a verbal, a determinamos a partir dos requisitos existentes no momento da efetivação do diálogo, ou seja, "[...] toda palavra dirige-se a um interlocutor, presente ou ausente, ou outros ou o próprio outro de quem fala", evidenciado o quanto a palavra sempre "procede de alguém, dirige-se para alguém e procura persuadir" (p. 21).

Na contemporaneidade, novos significados e significantes estão presentes nos modos de comunicar, por exemplo, usuários do Facebook criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. Fairclough (2001) desenvolveu o estudo da análise do discurso como forma de investigar a mudança da linguagem como método de estudo das transformações sociais e culturais. Ele traz a ideia da linguagem como prática social, ideológica e de relações de poder, dominação e controle, discriminação e relação de gênero. "Nas manifestações do cotidiano vão se reconfigurando significados. É a consciência social verbalmente constituída que possibilita a criação contínua de novos significados e significantes" (BACCEGA, 1998, p. 21).

Com o surgimento das novas TIC's, redesenham-se outras significâncias estruturais da linguagem, surgiu o bit, os 'zeros' e 'uns'. Com a Teoria da Matemática da Informação trouxe um tipo novo de entendimento do que seja uma informação assentada em uma concepção de dúvida sobre uma dessas duas possibilidades: zero X um, o bit (FRANCO, 1997). "A descoberta de que a informação é uma quantidade irá desempenhar um importante papel no processamento automático de dados" (p. 12), assim como afirma Lévy, "nas linguagens, signos e símbolos comunicacionais, [...] a teoria da matemática da informação servia como suporte para a visão cibernética do mundo [...]" (2010, p. 16).

No final dos anos 30 foi desenvolvida a linguagem binária (*binary digit*, ou *bit*, em inglês), pelo engenheiro alemão Konrad Zuse, criando a "matriz da programação dos computadores, baseada em respostas tipo 'sim' e 'não'" (GATE, 1995 apud BUGAY, 2000, p. 31). A comunicação e a informação reconfiguram-se: agora são uma quantidade abrindo novos espaços para a cultura, estabelecendo outras maneiras fragmentadas de ser e pensar que antes instituídos (FRANCO, 1997). Assim, a linguagem juntamente com seus signos também se transforma, desloca-se (HALL, 2005).

Há quase duas décadas, Franco (1997) tecia explicações sobre o quanto as pessoas sentiam dificuldades em se relacionar com as novas tecnologias, trazendo "ressentimentos por aqueles que não dominam sua linguagem e, por outro lado, com desprezo por aqueles que desejavam uma máquina de informação simples e automática, que não existe" (1997, p. 12-13), e não existe porque, ainda hoje, permanecer uma forte interação entre o homem e a máquina. Apesar da tão atual autonomia tecnológica, observe os componentes que fazem parte dos sistemas informáticos: i) o hardware (parte física dos computadores); ii) os softwares (são os componentes de lógica traduzidos para linguagem que o computador entenda, assim como nós, os usuários) e também iii) *peopleware* (pessoas responsáveis pela

produção do sistema informático) em uma interação. A automação existe precedida da ação humana.

> Ao contrário da avaliação do senso comum de que a informática só traz facilidades, os usuários da informática têm de fazer um grande esforço para dominar computadores e programas cada vez mais complexos. Além disso, a indústria incessantemente lança novos modelos de computadores e novas versões de programas que tornam obsoletas tecnologias recentes. Isso faz com que em muito pouco tempo o aprendizado técnico deva ser abandonado. Programa antigo costuma não fazer muito sentido e costuma isolar o usuário (FRANCO, 1997, p. 13).

Vemos que, apesar de Franco ter realizado seus escritos há duas décadas, seu relato coaduna com as mesmas experiências atuais com as quais diversos internautas se identificam. Versões recentes de dispositivos, modelos, potência, linguagem, plataforma, entre outros, somam-se aos diversos níveis de efemeridade relativa a Era Digital. Ainda persiste o medo do 'novo'.

Diante de argumentos sobre essas dificuldades de relação com tecnologias, Lévy (2010, p. 103) questiona: "binária, a informática?" para discorrer sobre o quanto que a linguagem atual (a que o usuário dispõe no layout de tela) não mais se utiliza desse código, ficando apenas para os engenheiros no desempenho de algum circuito e que a maior parte das pessoas não teve contato com essa interface, ou seja, escrita de códigos em computadores, a partir de 1990.

A complexidade dos dispositivos informáticos está cada dia mais simples, quando suas linguagens tornam-se acessíveis e as suas interfaces prontas para responder simples toques e cliques, mas, ainda assim, provoca grandes expectativas em relação às proficiências do seu uso e de sua dependência para viver e responder ao meio que é quase totalmente permeado pelo tecnológico, pelo mundo virtual, além de outra vertente problemática que é a rapidez com que os modelos, os programas e as linguagens são substituídos, em nome da criatividade e da busca incessante pelo inédito. Franco (1997, p. 13) afirma que "a rapidez nas transformações das novas tecnologias exige um constante aprender o novo e esquecer o obsoleto".

A nossa era é marcada pelas telecomunicações e seus avanços tecnológicos que produzem bens informacionais em detrimento da era passada que tinha como marco a sociedade industrial, com destaque na geração de bens materiais e "forma-se uma nova era em que o momento presente é mais importante. Um mundo difícil para aqueles cuja formação sempre privilegiou a aquisição de informações e experiências do passado em detrimento do que é pontual e atual" (p. 13).

Johnson apresenta no prefácio do seu livro *Cultura da interface*, uma questão interessante, quando traz a interrelação da tecnologia e da cultura evidenciada pela velocidade. Convida-nos a pensar sobre "o mundo-objeto da tecnologia como se ele pertencesse ao mundo da cultura, ou como se esses dois mundos estivessem unidos" (JOHNSON, 2001, p. 7).

Ele chama a atenção para o termo tecnocultura, amplamente usado como o mundo tecnológico e o mundo da cultural se colidem e o quanto essa colisão é considerada novidade. No entanto, para o autor, essa fusão acontece desde a primeira experiência do homem como pintor de cavernas. Johnson complementa que "o mundo digital pode estar conectado a uma rede, ser inicializado e ter placa de som, mas é surdo para a história" (2001, p. 8). Explica fazendo analogias com as criações de Gutemberg e a obra literária *Ulisses* (1922) de James Joyce, como atos criativos na produção de tecnologias e o tempo (a história) que separavam ambos os artistas e sua partilha.

Castells (2016) conta que após dois mil e setecentos anos do advento do alfabeto na Grécia – possibilitando que o hiato entre o discurso oral e escrito fosse superado – outra revolução de transformação com proporções históricas ocorre com a incorporação multimodal "na comunicação em rede interativa" (p. 414). O autor discute a importância e o quanto a integração de imagem e do som no texto, ao mesmo tempo, modifica a natureza da comunicação e como se acomoda a cultura, pois,

> a integração potencial de textos, imagens e sons no mesmo sistema – interagindo a partir de pontos múltiplos, no tempo escolhido (real ou atrasado) em uma rede global, em condições de acesso aberto e de preço acessível – muda de forma fundamental o caráter da comunicação. E a comunicação, decididamente molda a cultura, o que, como afirma Postman, "nós não vemos... a realidade... como 'ela' é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura". Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas – isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos – são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo (CASTELLS, 2016, p. 414).

Segundo Hall (2005, p. 34), quando explica sobre como os avanços na Teoria Social e nas Ciências Humanas impactam para a "descentramento do sujeito cartesiano", apresenta o terceiro descentramento associado a Ferdinand de Saussure, mencionando que

> nós não somos, em nenhum sentido, os autores das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua. Nós podemos utilizar a língua para produzir significados apenas nos posicionando no interior das regras da língua e dos sistemas

> de significado de nossa cultura. A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais (2005, p. 40).

Dessa forma, confirmamos a teoria da cultura e da comunicação como um dos elementos transformadores, ferramenta e possibilidade de também realizar mudanças do meio, das interações e do alcance (no tempo e no espaço) do que se quer transmitir, informar e disseminar. Assim, apresentamos a conexão com os objetivos desta pesquisa, construir uma ferramenta de comunicação interativa móvel com grande alcance como meio de promover mudanças culturais nas formas de sociabilidades e interações nas relações étnico-raciais, bem como visibilizar a diversidade cultural e a identitária e como essas são fluidas, descentradas e deslocadas.

3 **TEMÁTICAS DOS ENCONTROS E DO EDUCAETHOS**: negros, indígenas e ciganos

A pesquisa para seleção de conteúdos do aplicativo, realizada a partir dos seminários e encontros com o grupo de discussão sobre as relações étnico-raciais, foi alicerçada em temáticas específicas eleitas por se fazerem presentes nos espaços escolares através dos seus estudantes e demais profissionais com suas formas de ser e de viver. A seguir, como terceira e última parte do memorial, apresentaremos os assuntos que se perfizeram em temas e elaboradas para o app, a saber, negros, indígenas e ciganos. Assim, esperamos, em alguma medida, alcançar a escola com os objetivos de seu desenvolvimento, pois é um lugar de relações e como se apresentam, precisam ser pensadas, discutidas, visibilizadas e reconstruídas para que as sociabilidades e reeducação sociocultural das relações étnico-raciais sejam promovidas.

O EducaEthos está voltado principalmente para o respeito e a tolerância entre os povos, partindo do princípio da alteridade. Porém, é preciso evidenciar que os conceitos embutidos nessas premissas estão além das fundamentadas por uma perspectiva "liberal ou humanística"[107], porque segundo Silva (2017, p. 85a), "não se pode separar questões culturais de questões de poder", e a discussão de "tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre

[107]Silva (2017, p. 86b-87a) afirma que "[...] as diferenças culturais seriam apenas a manifestação superficial de características humanas mais profundas. Os diferentes grupos culturais se tornariam igualados por sua comum humanidade. [...] É em nome dessa humanidade comum que esse tipo multiculturalismo apela para o respeito, a tolerância e a convivência pacífica entre as diferentes culturas. Deve-se tolerar e respeitar a diferença, porque sob a aparente diferença há uma mesma humanidade [...]".

as culturas", permitem que "as relações de poder que estão na base da produção da diferença" (p. 88) se perpetuem caso forem constantemente enfatizadas. Desse modo, tolerar e respeitar não são para serem ensinados, e sim vivenciados, principalmente para "analisar os processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade" (p. 88b, grifo nosso).

Para esse autor,

> apesar de seu impulso aparentemente generoso, a ideia de tolerância, por exemplo, implica também uma certa superioridade por parte de quem mostra 'tolerância'. Por outro lado, a noção de 'respeito' implica um certo essencialismo cultural, pelo qual as diferenças culturais são fixas, como já definitivamente estabelecidas, restando apenas 'respeitá-las' (SILVA, 2017, p. 88b, grifos do autor).

Eleger os conteúdos para o aplicativo dentre tantos discutidos, estudados e apresentados como demanda pelo grupo de discussão foi uma tarefa muito difícil, talvez a mais complexa. No decorrer da construção do app, tivemos contato com diversos e diferentes conteúdos de denúncia, de luta, de resistência frente ao racismo e ao preconceito, além de contemplar cada uma das reivindicações e questões apresentadas pelo grupo participante da proposta, pelos palestrantes e pelos mediadores convidados, estudiosos das temáticas estudadas, no entanto foi preciso reconhecer quais os conteúdos estariam a serviço de uma visão mais crítica.

Silva aponta que em um currículo multiculturalista[108] de uma perspectiva crítica, "não existe nenhuma posição transcendental, privilegiada, a partir da qual se possam definir certos valores ou instituições como universais[109]. Essa posição sempre é enunciativa, isto é, ela depende da posição de poder de quem a afirma, de quem a enuncia" (SILVA, 2017, p. 89b). Portanto, foi preciso cuidado em não privilegiar valores, verdades, características de determinadas instituições e grupos culturais.

---

[108]Para o autor Tomaz Tadeu da Silva, em *Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo*, "o chamado 'multiculturalismo' é um fenômeno que, claramente, tem sua origem nos países dominantes do Norte. O multiculturalismo, tal como a cultura contemporânea, é fundamentalmente ambíguo. Por um lado, o multiculturalismo é um movimento legítimo de reivindicação dos grupos culturais dominados no interior daqueles países para terem suas formas culturais reconhecidas e representadas na cultura nacional. O multiculturalismo pode ser visto, entretanto, como uma solução para os 'problemas' que a presença de grupos raciais e étnicos coloca, no interior daqueles países, para a cultura nacional dominante. De uma forma ou de outra, o multiculturalismo não pode ser separado das relações de poder que, antes de mais nada, obrigaram essas diferentes culturas raciais, étnicas e nacionais a viverem no mesmo espaço. [...] representa um importante instrumento de luta política. O multiculturalismo transfere para o terreno político uma compreensão da diversidade cultural que estava restrita, durante muito tempo, a campos especializados como o da Antropologia [...]" (SILVA, 2017, p. 85-86).

[109]Diferente da universalidade não totalizante proposta por Lévy (1999).

Discutir conteúdo necessariamente nos remete ao campo político da base curricular, pois essa define o tom e o passo dos processos de ensino-aprendizagem dos estabelecimentos de educação formal ou informal. Todos possuem um currículo a seguir, uma estrutura corporificada do conhecimento que se quer transmitir, perpetuar. Mas, o que é um currículo? E o que seria um currículo multicultural?

Na obra *Currículo, cultura e sociedade*, Moreira e Silva rejeitam a visão convencional que vê o currículo como "um veículo de transmissão do conhecimento como uma 'coisa', como um conjunto de informações e materiais inertes", mas o "terreno em que se criará e produzirá cultura" (MOREIRA; SILVA, 1999, p. 28). Esses autores afirmam que o que dá à teorização educacional crítica sua natureza essencialmente política é mesmo a 'teorização escolar e curricular estarem imbricados em relação de poder' e que se manifesta nas

> relações sociais em que certos indivíduos ou grupos submetidos à vontade e ao arbítrio de outros. Na visão crítica, o poder se manifesta através das linhas divisórias que se separam os diferentes grupos sociais em termos de classe, etnia, gênero etc. Essas divisões constituem tanto a origem quanto o resultado das relações de poder (1999, p. 28-29).

Para eles, o currículo é a representação das relações sociais de poder, visto que na sua construção o que importa como significativo são os interesses daqueles que detêm o poder nas relações de poder. O conhecimento é hegemônico e sua corporificação no currículo prevalece a partir da supremacia dos grupos e classe dessa relação de poder e o reconhecimento disso não expresso como identificação dessas relações, porque o currículo não se expõe de forma transparente, sendo necessária a 'análise educacional crítica' para esse reconhecimento e, principalmente, que esse poder não é centralizado, nem está representado por uma instituição, o Estado, mas em todos os atos e atitudes cotidianas presentes nas relações sociais.

Eles questionam "no caso do currículo, cabe perguntar: que forças fazem com que o currículo oficial seja hegemônico e que forças fazem com que esse currículo aja para produzir identidades sociais que ajudam a prolongar as relações de poder existentes?" (p. 29-30). É preciso que seja constante a atividade de "identificação e análise das relações de poder envolvidas na educação e no currículo" (p. 30). Pensar no papel que o currículo tem na educação e na formação das identidades culturais é determinante para a seleção dos conteúdos do app, pois é ele (o currículo) quem pode provocar alterações nas relações.

E colocam ainda, sobre como é importante compreender e encontrar formas de utilizar as transformações provindas das novas tecnologias e a informática na produção do conhecimento técnico/administrativo, e que essas são

> transformações que tem implicações tanto para o "conteúdo" do conhecimento quanto para sua forma de transmissão. Não incorporar uma compreensão dessas transformações à nossa teorização curricular crítica significará entregar a direção de sua incorporação à educação e ao currículo nas mãos de forças que a utilizarão fundamentalmente para seus objetivos mercadológicos e de preparação de uma mão-de-obra [sic] adequada aos fins de acumulação e legitimação. [...] Não pode rejeitá-lo em nome de um certo humanismo antitecnicista. [...] É importante compreendê-lo e encontrar formas de utilizá-lo de forma que seja compatível com nossos objetivos de democracia, igualdade e justiça social (MOREIRA; SILVA, 1999, p. 33, grifo dos autores).

Assim, o EducaEthos se coloca como ferramenta e instrumento digital que, em alguma medida, pode proporcionar a visibilidade da produção dos conhecimentos, principalmente os destacados pelos movimentos negros e, também, das discussões, das pesquisas e dos estudos que negras e negros fazem sobre si mesmos e a realidade que os cercam. Espera legitimar um currículo crítico, contra hegemônico e propagador de novas e outras epistemologias a partir da organização de seus conteúdos de maneira que expressem uma ação política na escola e nos diversos espaços de convivência, auxiliando nas discussões, identificação e análise das relações de poder estabelecidas.

Desse modo, o app almeja desconstruir o racismo e o preconceito numa perspectiva de autoidentificação e auto reconhecimento, tomando o 'currículo' a partir do que é mais expressamente assim definido,

> [...] O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, c*urriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (SILVA, 2017, p. 149b-150a).

A partir dessas concepções, o EducaEthos compõe-se por uma estrutura de fases corporificada por conteúdos de temáticas diversas, explora e busca abordar processos heterogêneos de dominação e resistência. Não se atém apenas na implementação das leis antirracistas (apesar delas serem as mais evidentes e abordadas), mas indo além, apoiando-se, inclusive, no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais que em seus objetivos, no mesmo site da UFSB, nos habilita a agir em favor da política, da educação e nos espaços da cultura. Dessa forma, quando decidimos pelos assuntos para abordagem, priorizamos políticas públicas de ações afirmativas, implementação das Leis n.º 10.635/03 e n.º 11.645/08, para falar, discutir, analisar as relações étnico-raciais e a reeducação das suas sociabilidades.

Em relação às questões culturais, nos obrigamos a trazer para a discussão a temática dos povos itinerantes ciganos, que apesar de seus filhos estarem dentro das escolas (principalmente pela obrigatoriedade trazida pela nova LDB de que os pais ou responsáveis devem matricular suas crianças e adolescentes maiores que 4 anos e menores que 18 anos) são invisíveis em sua cultura e identidades. E, ainda, contemplamos respaldados pelo próprio PPGER, como dito anteriormente, discussões sobre gênero, sexualidade, mesmo que em menor proporção.

Assim, o EducaEthos adota como sua primeira e talvez principal fase de discussões, a eleição de conteúdos, que discutem as identidades (étnica, sexual, de gênero e religiosa) e, também, seu posicionamento crítico diante de temáticas específicas, como: raça, racismo, preconceito, discriminação racial, democracia racial, ações afirmativas e o sistema de Cotas Raciais, representatividade negra em espaços de poder e meritocracia. Todos esses tópicos em formato de um questionário que denominamos de quiz[110], em sua forma na língua inglesa, por ser mais usual nas discussões virtuais e digitais.

Nesse quiz, ele propõe a autoidentificação e a autodeclaração identitárias como um desafio a se pensar e declarar-se, assumir-se sujeito possuidor de identidades e, até mesmo, como um ato transgressor às hegemonias epistemológicas e sociais impostas pela escola e demais espaços sociais. Para o EducaEthos, a autoidentificação é muito mais que se autodeclarar, é reconhecer-se. Perpassa pelo conceito de se reconhecer ‘em’. Não é algo externo, é de dentro para fora que são construídas essas noções de pertencimento identitário, construídas e reveladas nos diversos modos de ser e de viver que desempenhamos na sociedade.

O direito e a necessidade da autoidentificação na escola são gritantes para que o respeito e a tolerância se façam presentes nas relações entre os sujeitos que compõem a comunidade escolar. E ao tomarmos o significado de tolerar, superamos o “suportar”[111], o “aturar”, o “aguentar” como bem nos adverte Silva (2017), pois se somando o respeito à tolerância nasce algo maior que é “conviver com”. Não se pode afirmar apenas respeito e tolerância, o relacionar-se é uma questão de convivência sem que as relações de poder pendam para um lado só, o equilíbrio é fundamental, sem distinção ambivalente de superior ou inferior, mas na igualdade.

---

[110]Quiz é como se nomeia um jogo de questionários que objetiva avaliar os conhecimentos. Para confeccioná-los, existem orientações específicas e necessárias. Algumas empresas e plataformas se dedicam a construir ferramentas que auxiliam nessa ação. Uma ferramenta interessante é a kahoot, para quiz e gamificação.

[111]Segundo “sinônimos.com.br”, sinônimo de tolerar com sentido de “forma paciente” é: suportar, aguentar, aturar, resistir, sofrer, padecer, submeter-se, resignar-se, conformar-se, acomodar-se, engolir, tragar, sobrelevar. Disponível em: https://www.sinonimos.com.br/tolerar/. Acesso em: 04 mai. 2019.

Convivemos com a diversidade de identidades. Ao nos reconhecer e nos identificar, expomos alteridades dentro de um mesmo grupo social com diferenças de cor, etnia, sexo e gênero, religião. Dentro de um mesmo espaço, grupo social e/ou núcleo familiar pode existir diversidades e pluralidades, sendo que respeito e tolerância o seu fator de convivência que pertence, ao ser perpassada por eles de forma transversal, tornará evidente o nó que os une, porque sempre há o elemento integrador, podendo ser etnia, grupo, família, gênero, amizade, trabalho, religião, interesses comuns diversos etc.

O EducaEthos espera possibilitar que os sujeitos possam expressar suas identidades em outros momentos que não sejam apenas nas pesquisas de censos domiciliares realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou os desenvolvidos no início de cada ano letivo pelas escolas no intuito de renovar, atualizar o perfil de sua clientela para o Projeto Político Pedagógico, que eles possam se autoidentificar.

Durante muito tempo, negras e negros brasileiros não viam razões para se autoidentificarem, em sua identidade étnica, pois não existia uma representatividade positiva evidente que pudesse servir de referência ou reconhecimento, uma vez que eles tiveram sua história apagada, sua cultura depreciada, seus valores e seus costumes colocados de forma negativa e desrespeitosa.

Viveram e, ainda, vivem em um contexto de relações raciais de conflito, impondo-lhes negações e pertencimentos culturais negativos e depreciativos, além de se ter nessa parcela da população o maior índice de desigualdade em diversos campos, principalmente no acesso à terra, aos campos e mercados de trabalho, à educação e à saúde e, também, de sua introdução nos espaços de poder, principalmente na universidade, maior *lócus* da produção de pesquisa e conhecimento.

Desse modo, o app desenvolvido como produto da pesquisa acadêmica apresenta conteúdos em tópicos que nos fazem refletir sobre determinadas práticas discriminatórias e preconceituosas presentes no nosso cotidiano, para melhor compreensão dispomos os assuntos das fases do app sem agrupá-los por temáticas, uma vez que discutir sobre eles separadamente é mais didático para nós, e de melhor compreensão para o leitor.

Assim, como forma de explicar os conteúdos que são a base do app, dividimos o debate, a seguir, a partir da seguinte estrutura: i) Negro; ii) Indígenas; iii) Ciganos; discutindo raça, racismo e preconceito, discriminação racial, estética negra, negritude, ações afirmativas e cotas, meritocracia, representatividade, democracia racial, gênero, dentre outros.

3.1 **Negros**

Por causa das questões conflituosas que envolvem as relações étnico-raciais e as imposições de negação e depreciação cultural dos povos negros, iniciaremos o debate, explicitando um dos assuntos que fundamentam essa situação: a discussão sobre raça.

O peso das classificações raciais e o debate sobre ações afirmativas discutidas pelos movimentos negros são tomadas como umas das suas frentes de luta, colocando em pauta discussões sobre conceitos de raça no Brasil. Em consonância com vários autores, destacamos que para Almeida (2018, p. 24), em *O que é racismo estrutural?*, "raça" é definida como "um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de 'grupos sociologicamente considerados minoritários'" e que "[...] não há nada de natural que corresponda ao conceito de raça".

Em *O negro no Brasil de hoje*, expõe de maneira didática o conceito de raça, mas antes questiona algo interessante na introdução e que é preciso indagar antes de discutir: "por que o termo raça é usado para se referir ao segmento negro da população?" (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 173). Primeiramente, explicitamos que para esses autores, esse conceito nos remete a diversas perspectivas, entre elas, "a possibilidade de diferenciação entre os seres humanos, a escravidão, o racismo, a luta pela afirmação da identidade negra e as imagens construídas mantidas sobre 'ser negro' e 'ser branco' em nosso país" (p. 174, grifos dos autores).

A depender da perspectiva, raça pode ser entendida como fator biológico e está no campo das Ciências Naturais. Nessa visão,

> trata-se de um conceito utilizado para definir classes de animais que têm origem em um tronco comum com características e potencialidades físicas específicas relativas a cada raça. Durante a II Guerra Mundial (1939-1945), o Nazismo lançou mão da aplicação desse conceito para justificar a suposta supremacia dos brancos e arianos (considerados pelos nazistas como uma raça pura e branca) sobre outros grupos, promovendo a segregação racial, a dominação e a morte de milhões de pessoas (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 174-175).

Desenvolvendo essa primeira perspectiva, como apontado por Almeida (2018), o seu conceito está atrelado às questões políticas e, justamente, foi nessa dimensão que o termo e conceito foram cunhados no Brasil, por volta da década de 1930. De acordo com os estudos de Schwarcz, em *O espetáculo das raças*, que coloca como objetivos do seu livro a reconstrução de conceitos e contextos de teorias sobre "representações mestiças que se fazia do país e a grande incidência de teorias que priorizavam o tema racial na análise dos

problemas locais" (1993, p. 18), e dentre esses conceitos ela assinala que o conceito de raça, além de sua definição biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social.

> O termo 'raça', antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993, p. 24, grifo da autora).

Além disso, no complicado jogo de interesses que se organizavam, as elites e as instituições diversas "da 'frenologia' dos museus etnográficos à leitura fiel dos 'germânicos' na escola de Recife, passando pela análise liberal da escola de Direito paulista, ou pela interpretação 'católico-evolucionista' dos institutos, para chegar ao modelo 'eugênico' das faculdades de medicina" (p. 28, grifos da autora) adotaram esse conhecimento teórico justificável para a substituição da mão de obra dos ex-escravizados por europeus (brancos) e o sucesso empreendido no estabelecimento das diferenças sociais e marcar critérios de cidadania, mesmo com implicações sobre o novo projeto nacional apoiado na mestiçagem. Ela coloca que são justamente essas implicações

> no qual reside a contradição entre aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento – que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social, sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e 'aperfeiçoamento', obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma. Buscavam-se, portanto, em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitados e paralelos, transformando modelos de difícil aceitação local em teorias de sucesso (p. 24-25, grifo da autora).

Ademais é "interessante refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país" (p. 28).

D'Adesky (2009) corrobora quando afirma que "[...] do ponto de vista da genética, a ideia de raça é desprovida de conteúdo ou valor científico [...]" (p. 44) e a noção de raças humanas é uma maneira incorreta de designá-la. Para ele,

> a história da humanidade confirma a inconsistência da noção de raça pura. Misturas biológicas são a constante. Do ponto de vista da genética, não existe raça branca ou

> raça negra. Os povos nunca cessaram de se misturar uns com os outros. Daí a diversidade dos tipos físicos que forma a população mundial (D'ADESKY, 2009, p. 45).

Se há evidências de que a construção do termo raça é social e não biológico e que são duvidosos os sistemas que classificam raças baseados na aparência física, então por que, ainda hoje, o termo é usado com frequência? E mais, voltemos à indagação feita anteriormente "por que o termo raça é usado para se referir ao segmento negro da população?" (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 173).

Para essa questão, D'Adesky (2009) diz que os termos branco e negro são construções sociais e que "esses termos são apreendidos numa dinâmica de interação que os submete a um campo ideológico constituído de estereótipos, de preconceitos que apresentam a imagem do negro inferiorizada em relação a do branco" (p. 34). Desse modo, negro é uma construção social que estigmatiza, inferioriza e subalterniza o outro. Para completar a sentença, tomamos as palavras de Almeida (2018), quando afirma que "[...] ser 'branco' é atribuir identidade aos outros e não ter identidade. É uma raça que não tem raça" (p. 60, grifo do autor).

Esse autor discute sobre como o "ser branco é uma grande e insuportável contradição: só se é 'branco' na medida em que se nega a própria identidade enquanto branco" (p. 60, grifo do autor); e que branco usar o termo identitário para designar outros grupos sociais não-brancos é uma peculiaridade de sua própria identidade. Além disso, completa evidenciando que "ser 'branco' é também o resultado de uma construção social que materialmente se expressa na dominação exercida por indivíduos considerados 'brancos' e na 'supremacia branca'" (p. 59, grifos do autor).

E também, "o branco é uma categoria racial que foi pacientemente construída no ponto de encontro entre o direito e os regimes de extorsão da força do trabalho" (MBEMBE, 2018 apud ALMEIDA, 2018, p. 59). E sobre a questão da supremacia[112] branca, pode ser definida como "a dominação exercida pelas pessoas brancas em diversos âmbitos da vida social. Esta dominação resulta de um sistema que por seu próprio modo de funcionamento atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos às pessoas brancas" (ALMEIDA, 2018, p. 57-58).

Sendo assim, podemos inferir que ser branco tem como fator de identidade o privilégio, e o ser negro pode ter como definição a discriminação, a inferiorização e a depreciação. Os conceitos elaborados sobre o termo negro, a partir de uma perspectiva de

[112]Almeida explica que "a supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos" (ALMEIDA, 2018, p. 58).

classificação de cientificismo biológico, também podem ser acrescidos de outros determinantes identitários, por exemplo, os baseados nas características fenotípicas, pelos critérios ideológicos e, também, pelo *status* social. Nasce, então, o racismo, "raça e racismo são conceitos relacionais, a condição de negro e de branco depende de circunstâncias históricas e políticas específicas" (ALMEIDA, 2018, p. 62).

Desse modo, assim como o ser branco, o ser negro também é uma construção social e segundo alguns autores, o conceito é construído a partir de uma relação de conflito devido aos diversos determinantes implicados na classificação negro. No tocante à classificação de fatores de identificação racial no Brasil, D'Adesky (2009) mostra que são cinco os sistemas de classificação de cor que predominam no nosso país, as categorias utilizadas pelo IBGE são branco, pardo, preto, amarelo e índio e que a sistematização do branco, do negro e do índio refere-se ao mito que funda a sociedade brasileira.

O racismo, então, necessita ser esmiuçado por causa das tensões e da igualdade identitária negada, e os efeitos dessa denegação "relegam os indivíduos racialmente inferiorizados a um *status* de cidadãos de segunda classe, apesar da igualdade de direitos e de atribuições formalmente reconhecidas pelo Estado" (D'ADESKY, 2009, p. 32). As lutas antirracistas travadas pelos Movimentos Negros e ativistas são frutos dessa denegação da identidade negra, pois

> essa negação da identidade baseada na radical desvalorização da identidade cultural dos negros permite compreender a gênese da luta pelo reconhecimento da igualdade de cidadania e igualdade do valor intrínseco das culturas no Brasil. Isso também leva a alicerçar os argumentos antirracistas do Movimento Negro segundo um imperativo diferencialista que prega a valorização das tradições, os enraizamentos, a interpretação da história, e que incita à luta contra todos os fatores de alienação cultural (D'ADESKY, 2009, p. 32).

Além disso, sobre outras perspectivas do uso do conceito de raça, por exemplo, no uso 'social e político', consideramos que quando

> o Movimento Negro e vários estudiosos, atualmente quando usam o termo 'raça', não o fazem alicerçados na ideologia nazista. Ao contrário, eles rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Os grupos políticos lançam mão do conceito, dando-lhes outro significado, relacionando ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles. Esse uso tem um sentido social e político, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 175, grifo dos autores).

Para esses autores, quando acionam um sentido político no conceito de raça negra no Brasil, possibilitam que todos compreendam qual segmento da sociedade se refere e, também, conseguem expor o racismo, além de demonstrar que os classificados racialmente como negros “pretos, pardos, morenos e mulatos” possuem “condição de vida, educacionais, salariais extremamente desiguais quando comparados ao segmento branco da sociedade brasileira” (p. 175).

Essas circunstâncias apresentadas nos fazem compreender sobre o que Almeida (2018), D’Adesky (2009) e Schwarcz (1993) evidenciam ao identificar que raça é, na verdade, um constructo social, político e cultural nascido pelas relações de poder no seio da sociedade a partir da classificação, diferenciação e comparação, pois é nesse contexto que aprendemos a perceber as raças. A branquidade se revela mais cruel quando “[...] ela define a si mesmo e aos outros [...]” (ALMEIDA, 2018, p. 81). Representado pela monocultura do corpo que “diz respeito às representações, ideologias e formas de conceber os padrões de beleza e fealdade que acabam de eleger um padrão de gosto estético e corporal como superior, belo e aceitável” (p. 80).

Infelizmente, quase duas décadas do nascimento do século XXI e com todos os seus aparatos legais que determinam a condição de uma livre autoidentificação e pertencimento identitário, seja ele qual for, ainda é possível o enfrentamento com situações extremistas de racismo e de preconceito não só com o corpo negro, mas todo e qualquer ser que não seja europeu, branco, hétero ou que não pertença a uma hegemonia que se denomina branca.

Gomes (2018) expõe que é a partir de uma nova epistemologia na educação e de pensamentos emancipatórios na construção de projetos, além de vitórias alcançadas pelos movimentos negros no campo das políticas de ação afirmativa e de um novo posicionamento sobre o conceito e a terminologia de raça no Brasil, além da introdução nos formulários do IBGE e nos censos educacionais a possibilidade da autodeclaração racial, que “o debate sobre quem é negro e quem é branco invade o Brasil” (p. 70).

Além disso, relata o alto índice de participação negra nas redes sociais que conta suas experiências na negritude, autoafirmação, autoidentificação, reconhecimento, assunção de suas identidades, em especial, a mulher negra. Sem contar as denúncias de racismo, informações e apropriações históricas e culturais, estética com um novo posicionamento em relação ao corpo, pele e cabelo está em alta. A identidade negra se afirma e se revela de forma positiva e afirmativa.

Ser negro e negra no Brasil incomoda a elite, e os poderes que demandam as relações de poder e instituem quando compreendem o quanto o posicionamento político e identitário

estão mais firmados nesses corpos antes oprimidos e calados (GOMES, 2018). Apesar de sua luta e resistência anterior, o tomar posse, posicionar-se em sua identidade racial e sua visibilidade traz um novo tempo para os movimentos negros a partir do momento em que passa a ter mais participação nas decisões políticas do país, pois através das denúncias e saberes produzidos no seio desses movimentos que as ações afirmativas se materializam e dão oportunidades de participação social, cultural, política e educação ao povo negro.

"O Movimento negro tem conseguido expandir a politização da raça e da identidade negra para lugares nos quais elas antes não eram consideradas ou eram invisibilizadas" (p. 71). E essa visibilidade juntamente com as novas concepções de raça e sua ressignificação promovem a superação das desigualdades a partir das leis, entre elas, a Lei do Estatuto da Igualdade Racial[113] e a Lei das Cotas[114].

O protagonismo e a participação dos movimentos negros nas questões políticas foram de suma importância para a inserção do povo negro nas decisões e construções de diversos mecanismos legais e institucionais para a promoção da igualdade e garantia de direitos, inclusive, com apoio técnico e teórico em sua elaboração, principalmente na sua ação para promulgação da Lei maior, a Constituição Federal Brasileira de 1988, assim como nas suas atuações posteriores, intervindo nas questões educacionais, especialmente na LDBN 9.394/96.

Com a atual LDBN, nasce a esperança de construção de uma nova epistemologia escolar, não dentro de uma perspectiva da monocultura dos saberes. A partir disso, entendemos as ponderações pertinentes de Bernadino-Costa et al. (2018), quando nos contam sobre experiências pedagógicas realizadas na Universidade de Brasília, a UNB, visando a descolonização do padrão racista e eurocêntrico da universidade. Entre essas experiências, podemos destacar o enfrentamento vitorioso realizado em favor da garantia de cotas para negros e indígenas[115] (primeira universidade a utilizar cotas antes da "Lei de Cotas"), e também a suscitação de debate a cerca da questão de supremacia eurocêntrica e seu currículo colonizado.

---

[113]A Lei do Estatuto da Igualdade Racial de 2010, diz em seu Art. 1º – Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Todo o documento se encontra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em: 19 mar. 2019.

[114]A Lei das Cotas de agosto de 2012 – Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, a saber, no site do Planalto, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 19 mar. 2019.

[115]Algumas universidades já disponibilizam cotas raciais para ciganos, mas infelizmente ainda é uma luta desses povos para seu reconhecimento legal e universalização do direito prevista no "Estatuto do Cigano", em tramitação no Congresso Nacional.

Propuseram, então, cotas epistêmicas a partir do movimento *Encontro de Saberes* para promoção e inclusão de mestres e mestras dos povos tradicionais. Essa medida possibilita que eles desfrutem (sejam visibilizados e gozem) do mesmo lugar de especialistas e possuam a mesma importância que os doutores e doutoras da universidade. É nesse ponto que Bernadino-Costa et al. colaboram nessa discussão sobre as identidades construídas a partir da formação e educação para as sociabilidades e convivência com a diversidade, pois

> a centralidade da instituição universitária nas lutas pela construção de um Estado brasileiro descolonizado e que seja de fato democrático e igualitário na justiça e no acesso aos recursos materiais, pluricultural e pluriepstêmico. Afinal, das universidades saem os quadros de servidores do estado – o judiciário, o executivo, o oficialato militar, os quadros empresariais, os operadores dos meios de comunicação etc. A discriminação racial, o imaginário racista, o genocídio contra negros e indígenas, a acumulação por despossessão e o roubo de terras dos povos tradicionais são práticas seculares que se reproduzem em boa medida pelo modo como esses profissionais foram formados nas universidades. Se de fato a formação universitária molda a mentalidade dos estudantes, então o racismo e o genocídio certamente poderão ser confrontados com maior eficácia se uma nova geração de estudantes universitários brancos adquirirem uma formação antirracista, descolonizadora e sensível à diversidade dos saberes não ocidentais criados e reproduzidos pelos negros, indígenas e demais povos tradicionais (BERNADINO-COSTA ET AL., 2018, p. 80-81).

Segundo essa linha, a intervenção aconteceria não apenas na disposição de vagas aos cotistas, mesmo se fosse um projeto maior de universalização do acesso ao nível superior. Para os autores supracitados, disponibilizar cotas raciais e epistêmicas[116] é afirmar que, mesmo de forma não intencional, a existência de "uma desqualificação epistêmica das nações indígenas e das comunidades afro-brasileiras, como se elas não tivessem saberes importantes para projetar" (p. 81).

> [...] apesar de sua importância fundamental, as cotas restritas aos discentes podem passar a mensagem sub-reptícia de que agora finalmente os jovens negros e indígenas terão a oportunidade de aprender com os brancos o saber que importa, ou o único saber válido de fato: o saber eurocêntrico (p. 81).

Essa luta não só pertence ao campo universitário. A Educação Básica deve e precisa se apropriar de um discurso e de uma prática pluriepstêmica, descolonizada, antirracista e consciente de sua importância nas construções das subjetividades humanas. A discussão sobre

[116]Bernadino-Costa et al. (2018, p. 82) expõe que as "cotas epistêmicas acontecem quando as cotas oferecem duplamente inclusão [...] entram os jovens negros e indígenas na condição de discípulos e entram também os mestres negros e indígenas na condição de professores. À plataforma político-científica de inclusão podemos dar o nome de cotas epistêmicas".

o currículo descolonizado, abordado neste texto incialmente, é uma prioridade nas questões para um Projeto Político Pedagógico que priorize o sujeito em suas dimensões plurais e diversas em qualquer nível escolar.

Desse modo, precisamos repensar o currículo a partir de uma outra visão que está numa posição de reinvindicação do reconhecimento positivo da cultura africana como igual à cultura ocidental, pois esta última, sendo hegemônica e branca, coloca-se como superior ao se estabelecer como única ou a principal em todos os contextos da vida social, quer acadêmica, quer não, em detrimento de uma cultura que considera inferior e é apresentada de forma estereotipada, depreciada e desvalorizada. É uma luta de imposição de origem, de cultura e de identidade negra para composição de uma sociedade verdadeiramente multicultural.

O reconhecimento dos valores e de origens possibilita a uma pessoa a elevação da sua autoestima. A descolonização da universidade nos faz lembrar Carneiro no livro *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, ao discutir o quanto algumas áreas já avançaram no debate sobre o racismo e a discriminação racial, porém se sente ressentida com o campo da Psicologia.

A autora expõe que apesar de progredirmos com diagnósticos socioeconômicos das reproduções racistas, estes "se ressentem da ausência de estudos sobre um dos aspectos mais perversos do racismo e da discriminação racial: os danos psíquicos e, sobremodo, o golpe na autoestima que os mecanismos discriminatórios produzem nas vítimas do racismo", (CARNEIRO, 2011, p. 79). Isso nos remete à negatividade e denegação que o negro sofre apresentado anteriormente. Segundo ela, a Psicologia não tem contribuído de forma significativa para minimizar os problemas que o racismo e o preconceito impactam sobre a subjetividade do povo negro. Em uma tese de doutorado, uma das poucas existentes, argumenta sobre significações do corpo negro e diz que

> à medida que o corpo negro depara com o esfacelamento de sua identidade negra, ele se vê obrigado a internalizar um ideal de ego branco. No entanto, o caráter inconciliável desse ideal de ego com sua condição biológica de ser negro exigirá um enorme esforço a fim de conciliar um ego e um ideal, e o conjunto desses sacrifícios pode até mesmo levar a um desequilíbrio psíquico (COSTA, 1996 APUD CARNEIRO, 2011, p. 80).

Além disso, fala sobre serem explícitos os efeitos que o racismo provoca e o quanto os negros sentem; mas, apresenta um questionamento pertinente em relação aos brancos, psiquicamente, que efeito a ação de ser racista e a superioridade provocam? Ela indaga sobre a necessidade de se também investigar

> os efeitos perversos sobre a subjetividade dos brancos das representações imaginárias e simbólicas do corpo branco como instrumento de poder e de privilégios à custa da opressão material e simbólica dos outros. Em termos de saúde mental, o que significam um ego e uma subjetividade inflados pelo segmento de superioridade racial? (2011, p. 81).

Argumenta ser necessário quebrar a criação de "egos inflados versus egos deprimidos a partir de um círculo vicioso". Desse modo, "a desconstrução da brancura como ideal de ego da sociedade, é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais" (p. 81), acrescentaríamos os ciganos. Nessa perspectiva, Gomes argumenta que não se pode negar que "as políticas de ações afirmativas reeducam os negros e as negras na sua relação com o corpo e também reeducam a sociedade brasileira no seu olhar sobre o corpo negro" (GOMES, 2018, p. 75).

A temática ações afirmativas, presente em diversos momentos como assuntos nas fases que compõem o EducaEthos, é imprescindível.

> Ações Afirmativas constituem-se em políticas de combate ao racismo e à discriminação racial mediante a promoção ativa da igualdade de oportunidade para todos, criando meios para que as pessoas pertencentes a grupos socialmente discriminados possam competir em mesmas condições na sociedade. Elas podem ser entendidas como um conjunto de políticas, ações e orientações públicas ou privadas, de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não obrigatório) ou voluntário que têm como objetivo corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico/raciais com contexto histórico comprovado de discriminação e exclusão. Elas possuem um caráter emergencial e transitório. Sua continuidade dependerá sempre de avaliação constante e da comprovada mudança do quadro de discriminação que originou. Essas ações podem ser estabelecidas na educação, na saúde, no mercado de trabalho, nos cargos políticos, entre outros, enfim, nos setores onde a discriminação a ser superada se faz mais evidente e onde é constatado um quadro e desigualdade e de exclusão [...] (MUNANGA; GOMES, 2016, p. 186).

Em outro livro, Gomes argumenta sobre a importância das ações afirmativas para a população negra e sua história.

> a partir do advento das Ações Afirmativas configurou-se um outro perfil de juventude negra que se afirma por meio da estética e da ocupação de lugares acadêmicos e sociais. Juventude essa, em sua maioria periférica, que aprendeu a ter orgulho de ser negro e da periferia, numa postura afirmativa realista. O olhar dos jovens negros de hoje é muito mais firme e altivo do que o olhar da geração que os antecedeu. Encaram o 'outro', discutem, posicionam-se. As jovens negras discutem mais abertamente feminismo negro, indagam a lógica da classe média das feministas brancas, cobram dos companheiros uma postura não violenta, realizam debates e discussões sobre o lugar da mulher negra na sociedade, polemizam a questão da solidão da mulher negra, vivem com mais desenvoltura a sua sexualidade (GOMES, 2018, p.75).

Portanto, podemos afirmar que as ações afirmativas são importantes para a apropriação das identidades dos sujeitos e suas subjetividades. A sua aplicabilidade poderá resultar para o povo negro a conquista de espaços que a séculos são negados não sendo representados nas instituições de poder. A partir da criação das ações afirmativas, vários movimentos políticos foram realizados com base na pressão dos movimentos negros para que o racismo e o preconceito fossem superados na sociedade brasileira e, atualmente, podemos identificar algumas benesses trazidas por essas ações para o cenário do país no que diz respeito ao negro.

Entre as mais relevantes podemos dizer ser a Lei n.º 10.639/03 e as cotas raciais instituídas em 2012. As cotas raciais compõem uma ação afirmativa a partir de sua materialização. Munanga e Gomes acrescentam que "a prática de estabelecer uma proporção ou número de vagas para estudantes em instituições educativas e para trabalhadores no mercado de trabalho a partir de critérios sociais é conhecidas como política de cotas" (2016, p. 190). Quanto à discussão (im)pertinente que se tem sobre as cotas no meio social e, até mesmo, em algumas instituições como OAB, Congresso Legislativo, diversas Câmaras e departamentos de discussão política pelo Brasil, universidades etc., diz respeito ao desconforto por evidenciar o racismo estrutural e institucional que vigoram no país.

As cotas foram instituídas para promover o acesso equitativo no ensino superior público a pessoas que historicamente foram alijadas das universidades. Em *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*, Gomes fala sobre a ambiguidade das discussões sobre o racismo brasileiro, como podemos observar na citação a seguir,

> [...] a principal delas é o 'mito da democracia racial' – narrativa e ideologia forjada no contexto dos anos 30 do século XX e reeditada ao longo dos anos – que parte da formulação apriorística da existência de relações harmoniosas entre os diferentes grupos étnico-raciais omitindo e desviando o foco da profunda desigualdade existente em nosso país e dos impactos do racismo na vida dos negros e negras brasileiros. Ao produzir uma elegia da intensa miscigenação racial e cultural brasileira o mito desvia o nosso foco das situações cotidianas de humilhação e racismo vivida pela parcela da população 'preta' e 'parda' e da situação de desigualdade por ela vivida na Educação Básica, saúde, acesso à terra, mercado de trabalho e inserção universitária (GOMES, 2010, p. 101).

O não reconhecimento de desigualdade de oportunidades atrasou a implementação das ações afirmativas no país. Após anos de luta e trabalho para mudanças nas estruturas, concepções antidemocráticas e totalitaristas estão retirando os direitos adquiridos pelo esforço dos movimentos sociais. Recentemente, uma deputada federal apresentou um Projeto de Lei (PL) para revogação da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, Lei de Cotas, que "dispõe

sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio", utilizando como justificativa para seu projeto a ideologia de que o problema é de questão social e não racial. Ela apresentou uma proposta de cotas a partir da renda. Acreditamos que assim como outras PL's impostas no momento da ascensão social e política das minorias nos últimos tempos, essa também não se sustentará nem terá sua plenitude alcançada. Mas coloca a sociedade em dúvida sobre os motivos da reparação por meio das cotas, atrapalha o processo de afirmação positiva identitária por parte da população negra, indígena e cigana, que já são tão sofridas e sem amparo institucional.

Esse tipo de discurso da deputada é recorrente e muitos estudiosos discutem sobre a importância da superação desse dilema. Apresentam que racismo e a economia possuem lógicas diferentes e diversas, e que, segundo Almeida (2018, p. 146), "não existe 'consciência de classe' sem consciência do problema racial". Carneiro (2011) demonstra, no livro supra citado, que, através de pesquisas desenvolvidas por órgãos competentes, o quanto o negro, em nosso país, vem sendo demarcado como um segmento que é introduzido como o de características típicas e desiguais. Ela nos elucida a situação através de afirmativas, como, por exemplo, "pobreza tem cor no Brasil e dois Brasis".

A autora polemiza quanto à desigualdade intensa entre brancos e negros, afirmando que se vivêssemos em condições de igualdade estaríamos em uma posição privilegiada perante a ONU. Ela diz que "[...] não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimos no Brasil" (p. 60). Porém, é preciso explicar que apesar da pobreza ser negra, a luta racial é diferente de classe. Lutar por respeito, dignidade e direitos de suas identidades raciais individuais e coletivas, bem como visibilizar os saberes e conhecimentos do seu povo não está na mesma balança que a questão social/econômica/classe. É uma luta por identidade e representatividade.

Representatividade que, entre os negros e outras minorias políticas, se verifica um índice baixíssimo quando se trata dos altos escalões de poder. O desentendimento no tocante às cotas raciais acontece no momento em que os negros começam a ocupar espaços antes negados e adquirirem certa ascensão social, pois "no caso dos negros mesmo quando estes conseguem algum tipo de ascensão social, não deixam de viver situações de racismo e de serem tratados com desconfiança, com incômodo", (GOMES, 2010, p. 101). O racismo os persegue, os humilha, os deprecia, os impõe uma necessidade de ser o melhor em tudo, de extrapolar e evidenciar suas capacidades e poder de eficiência em situações que para o branco é cômodo e sem preocupações. Almeida apresenta um estudo intitulado *Racismo e meritocracia*. Nele, aborda que

> um dos grandes problemas vivenciados em uma sociedade permeada por conflitos e antagonismos de classe, de raça e sexuais é compatibilizar a desigualdade com parâmetros culturais baseados em ideologias universalistas, cosmopolitas e, portanto, politicamente impessoais, neutras e pautadas pela 'igualdade formal' (2018, p. 62, grifo do autor).

Para o autor, o desejo de compatibilização tem por eixo basilar a meritocracia, além de ser uma excelente fonte de consolidação política, também é vantajosa para a economia. Ela é manifestada por mecanismos institucionais como os utilizados para o ingresso nas universidades e nos cargos públicos efetivos.

> uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirmam o imaginário que, em geral, associa 'competência' e 'mérito' a condições como 'branquitude', masculinidade' e 'heterossexualidade' e 'cisnormatividade'. Completam o conjunto de 'mecanismos institucionais meritocráticos', os meios de comunicação – com a difusão de padrões culturais e estéticos ligados a grupos racialmente dominantes –, e o sistema carcerário – cujo pretenso objetivo de contenção da criminalidade é, na verdade, controle da pobreza, e, mais especificamente, controle 'racial' da pobreza (ALMEIDA, 2018, p. 63, grifos do autor).

Impedimo-nos de simplificar a situação dos problemas brasileiros como social, porque é evidente, nosso maior problema também é racial. Com a implementação, mesmo que de forma lenta, das políticas públicas que garantem a igualdade racial e que, por ventura, foram capazes de provocar alterações no perfil racial das instituições consagradas aos brancos, a comoção em favor da meritocracia se ascendeu e provocou um chamado às discussões, afirmando a tal democracia racial como meio de negar o racismo, o preconceito, a discriminação, a falta de oportunidades, a dívida histórica com os descendentes dos ex-escravizados, os indígenas e os ciganos. Os mecanismos perpetuadores da exclusão e que têm a sua base na questão racial se ressentem por ter que cumprir medidas legais para a contemplação da diversidade brasileira em seus aspectos raciais e de gênero.

Desse modo, o discurso da meritocracia sustenta a ideologia da democracia racial e tudo o que essa promove. Almeida explica que esse discurso nega o racismo e justifica que "se não há racismo, a 'culpa' pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo o que estava a seu alcance [...]". Resumindo, os efeitos dessa situação em nossa sociedade, podemos afirmar que "a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como 'falta de mérito' dos indivíduos" (p. 63, grifos do autor). Esse é o legado social para as minorias que não só afirma, mas também induz por uma busca constante de

uma, às vezes, impossível superação, expressando-se com um: procure se esforçar mais, ter melhor desempenho, trabalhe mais, invista mais, estude mais, dedique-se mais que, assim, você terá o direito garantido.

Além disso, vivemos em tempos do tal "mimimi"[117], que é a expressão usada pelo dominador quando veem a resistência contra o racismo, falta de oportunidades e torna pública e notória a falta de intervenção política institucional nessas questões. Não sabemos de onde vem esse termo "mimimi", mas acreditamos que seja proveniente da palavra melindrado, segundo o dicionário *Online Português*[118], "a pessoa que se ofende com facilidade; fácil de magoar; magoado, ressentido. Que tende a se sentir ofendido, escandalizado ou a se ressentir de coisas sem significância". Porque é assim que a sociedade racista age, impondo insignificância nos maus-tratos, nos atos e nas ações discriminatórias, que, por vezes, machucam, diminuem, provocam a baixa autoestima, a desconfiança e a não credibilidade em si mesmo, e, acima de tudo, não podemos reclamar.

Os movimentos negros proporcionaram a saída do lugar de subalternos, o desejo e a condição de lutarmos pelo reconhecimento do nosso protagonismo na história do desenvolvimento do Brasil, assim como lutar por esse para a construção da nossa história pessoal e de uma vida digna para o nosso grupo étnico. De termos direitos, a não-aceitação do tratamento sistêmico racista ao qual fomos relegados. É nosso direito não aceitar e nos defender, não nos calar, e sim nos ofender, continuar lutando contra o racismo.

3.2 **Indígenas**

As identidades das chamadas minorias, segundo os estudos abordados anteriormente, são construções que se realizam em processos contínuos e inacabados. Essas se configuram tendo como centralidade a consciência e a resistência.

Como conteúdo no EducaEthos, expressamos os conceitos, as vivências, os protagonismos e as lutas vivenciadas por séculos pelos povos indígenas. Expomos que apesar das ações de genocídio que sofreram e das ameaças de extermínio, a população indígena brasileira vem, nos últimos anos, crescendo consideravelmente, e segundo a Fundação

---

[117]Mimimi é uma expressão usada nas redes sociais principalmente para desmerecer ou desacreditar formas ou expressões que contestam o racismo e o preconceito. "Usada na comunicação informal para descrever ou imitar uma pessoa que reclama. O mimimi tem uma conotação pejorativa, sendo muitas vezes utilizado para satirizar alguém que passa a vida reclamando". Disponível em: https://www.significados.com.br/mimimi/. Acesso em: 20 mai. 2019.

[118]Disponível em: https://www.dicio.com.br/melindrada/. Acesso em: 20 mai. 2019.

Nacional do Índio (Funai), esse crescimento tende a aumentar devido às atuais ações de proteção e cuidados com a saúde e a queda da mortalidade infantil, mas principalmente, pela insistência e persistência dos povos indígenas em lutar por seus direitos e se fazerem vistos pela sociedade de um modo geral e pelo Estado brasileiro.

No Censo de 2010, o IBGE declarou que dos 190,7 milhões de brasileiros, 0,47%, ou seja, 896,9 são indígenas autodeclarados, distribuídos em diversas etnias, sendo que a maioria vive na Amazônia Legal e está presente em quase todo o território nacional, e das 26 Unidades da Federação em apenas três não se registra a presença indígena, sendo elas, Rio Grande do Norte, Piauí e Distrito Federal. Desse número, existem aqueles que vivem em aldeias e territórios indígenas ocupados em todo o território nacional, apenas 14% em áreas de reserva distribuídas em 708 territórios em estágios diferentes de demarcação, além dos que moram em outros espaços, inclusive em área urbana.

Ainda segundo o IBGE (2010), dentre esses povos observa-se que entre as 305 etnias diferentes não há um fenótipo específico para defini-los como indígenas, pois ser indígena não é ter características físicas ou ter "cara de índio", mas se autodenominar, comungar de um todo específico que os induz a um sentimento de pertencimento e identidade étnica; o declarar-se, assumir-se, viver e se dizer ser, porém é fundamental ser reconhecido por seu povo como tal.

Segundo Collet et al. (2014), identidade aqui é entendida a partir das relações com povos precedentes à colonização em processo de ininterrupção histórica. A identidade tem seu lugar de fluidez e deslocamento, mas sem ser necessário deixar sua essência, sua ancestralidade. O hegemônico possui falas que procuram enfraquecer as essências individuais em um processo de universalização e desconhecimento da herança cultural.

Os antropólogos e demais pesquisadores das Ciências Humanas têm questionado definições em termos de uma perspectiva substancialista associada a conceitos sobre identidade, tomando-a como algo fixo, que está na essência, transmitida pelo sangue ou nascimento, assim como inerente a determinados grupos ou pessoa (2014). As autoras afirmam que existem novas concepções de que a "identidade é relacional e, portanto, construída e mutável, sendo adquirida ou assumida no confronto com grupos ou pessoas diferentes [...] chamada construtivista" (p. 14).

Por vezes, os indígenas usam atributos e marcas identitárias que os designa como índios, exemplificando, os cocares e as marcas pintadas no corpo, pois servem para designar limites fronteiriços entre suas diferenças ao tratarem com os não-índios, porém, pertencente

aos aportes presentes no senso comum que os enxerga de modo preconceituoso, estereotipado, é apontado a partir de conceitos e expressões extremamente errôneos.

O preconceito em torno de cada indivíduo brasileiro indígena expressado de diversas formas impacta, mas a principal maneira é a que nega seu pertencimento, desconhecendo sua etnia por causa de sua participação social quando estuda, trabalha, possui bens e usufrui de serviços e tecnologias que os ocidentais consideram que se enquadram apenas aos não-indígenas, visto que não compreende que esses povos estão em constante processo de transformação, recriando-se, ressignificando-se e reconstruindo-se como em qualquer outra sociedade ou cultura.

Em meados das décadas de 1960 e 1970, os povos indígenas e tribais despertaram para o direito de reivindicar o pertencimento a suas identidades étnicas, culturais, sociais e econômicas, assim como o direito de serem diferentes, mas iguais (OIT, 2011). A partir de um processo de luta, militância e reivindicação de um emergente movimento indígena brasileiro, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Artigo 231, consagra os direitos dos povos indígenas de manter suas formas de organização social e define seus territórios como terras ocupadas tradicionalmente por esses, os quais possuem direitos originários; garante a plena cidadania do índio e sua total integração à sociedade nacional, além de promover o reconhecimento de seus valores, tradições, línguas, costumes, modos ser, agir e viver, de ter direito de ser diferente, de ser indígena. Somando-se a essa conquista legal no processo de emancipação social, esses povos foram contemplados com a participação do Brasil em ações internacionais.

Entre essas intervenções, no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi assinada por ele a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Com vistas a garantir a preservação e sobrevivência dos sistemas de vida dos povos indígenas e tribais e sua ativa e efetiva participação no planejamento e execução de projetos que lhes dissessem respeito” (OIT, 2011, p. 7), ratificada pelo Congresso Nacional e outorgada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva. No exercício do seu segundo mandato, Lula aprovou a Declaração Universal dos Direitos Indígenas apresentada pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconhecendo entre outros avanços, o direito de autodeterminação desses povos, sua autonomia e autogoverno.

A Convenção 169 se refere a povos indígenas e tribais quando há reconhecimento, em países colonizados e emancipados, de seu pertencimento étnico e espaço geográfico anterior ou paralelo ao domínio colonizador, portanto, aplica-se

> [...] a povos em países independentes que são considerados indígenas pelo fato de seus habitantes descenderem de povos da mesma região geográfica que viviam no país na época da conquista ou no período da colonização e de conservarem suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Aplica-se, também, a povos tribais cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional (OIT, 2011, p. 7).

Esse documento mencionado traz algumas inovações para o mundo internacional, mas que já eram previstas na Constituição Brasileira de 1988, como o direito à autoidentidade indígena ou tribal instituída como critério subjetivo, mas fundamental, reconhecendo que nem Estado, nem grupo social algum negue a identidade a todo e qualquer povo indígena e tribal dos modos como ele próprio se reconheça (OIT, 2011).

A Convenção apresenta a distinção entre os vocábulos populações e povos, empregadas com frequência ao referir-se aos indígenas, pois trazem conotações distintas e expressam a fragilidade fortuita ou permanência de suas sociedades e grupos étnicos, porque

> [...] o termo "populações", que denota transitoriedade e contingencialidade, e o termo "povos", que caracteriza segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam. Na interpretação das disposições do instrumento, o emprego do termo "povos", nessa acepção, limita-se exclusivamente ao âmbito das competências da OIT, sem nenhuma implicação que possa contradizer ou contrariar outras possíveis acepções previstas no Direito Internacional (OIT, 2011, p. 8-9, grifos do autor).

Cabe salientar que essa convenção apresenta uma inovação no tocante a outros documentos e leis quando propõe como seu norteador básico da interpretação, em suas disposições, o protagonismo desses povos ao serem consultados e participarem de decisões nas definições do que seriam suas prioridades de desenvolvimento, "na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam" (OIT, 2011, p. 8). Portanto, não deveria ser possível que não-indígenas demandassem sobre o que concerne a vida e territórios dos povos indígenas no país, cabendo a eles se representarem e falar por si, determinando o que lhes é importante.

Nessa perspectiva, em pleno século XXI, não cabe que a sociedade brasileira conduza de forma tão vil e desrespeitosa a relação às etnias indígenas, principalmente no que se refere às esferas educacionais como um todo, já que lhes confere e compete a função de desconstruir a visão deturpada, estereotipada e preconceituosa com esses povos, abordando a temática no currículo escolar de tal forma a atender o reconhecimento e a visibilidade da diversidade deles, bem como seus direitos constitucionais. Nesse sentido, o EducaEthos articula

conceitos, histórias e representações desses povos como forma de legitimar e implementar um currículo descolonizado e que priorize a multiplicidade de culturas e epistemologias.

Os diversos sistemas de ensino de todas as redes nacionais de educação pública ou privada possuem diversos instrumentos, ferramentas didáticas e resoluções que as ampare pedagogicamente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apresentam a temática Pluralidade Cultural com discussões sobre questões étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional e a importância da escola na mudança de mentalidade e atitudes discriminatórias.

Os fazeres educacionais e as práticas docentes nas instituições de ensino devem tomar como princípio precusor e estruturante a promoção da condição de igualdade entre os povos e o convívio respeitoso com a diferença, assim como a superação das práticas racistas e formas diversas de preconceitos existentes e praticados nas unidades educacionais de quaisquer níveis ou modalidade. Visando sua implementação, em 2014, o Estado Democrático Brasileiro apresentou a emenda constitucional para "articular o Sistema Nacional de Educação" a Lei n.º 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação (PNE), projeto decenal para orientação, execução e aperfeiçoamento da Educação Nacional em seus diversos níveis, estabelecendo objetivos e metas para a Educação Básica e Ensino Superior.

Este possui 254 estratégias para que as suas 20 metas sejam cumpridas e seu papel de articulador do sistema nacional de educação se cumpra. Os diversos sistemas de ensino, estaduais, municipais e privados podem contribuir muito, implementando essa lei, além da elaboração de seus planos decenais de educação a partir da contemplação dessas metas supracitadas, das conferências promovidas em suas respectivas redes e acompanhadas em sua execução pelo Fórum Nacional de Educação, visualizando em seus currículos, outras epistemologias que não pertençam apenas ao cânone universal, mas também os saberes advindos dos povos tradicionais, a partir dos mestres de saberes.

Para além do PNE, em outros debates do setor educacional, existem várias preocupações a respeito das produções literárias e didáticas, pois os livros didáticos e paradidáticos são os elementos de maior referência para os estudantes no espaço escolar e é neles que a perpetuação de estereótipos e de preconceitos raciais se encontra em suas abordagens textuais e iconográficas. Os negros e os indígenas são apresentados de forma generalizada, sem distinção de suas especificidades étnicas e referências grotescas e vulgares. Reflexos da falta de implementação das leis antirracistas que apesar de possuírem mais de uma década e terem sido promulgadas não são colocadas em prática, em sua efetividade nesse material.

Os povos nativos sofrem aproximadamente cinco séculos e são massacrados, vítimas de moléstias e contágios, combates e matanças, mas resistem. Isso precisa ser contado, visibilizado. Como forma de superação dessas abordagens, é preciso atuar enquanto educador para desconstrução do pensamento eurocêntrico, colonizador, em suas permanências preconceituosas, implementando de vez a legislação vigente, pois não são mais cabíveis essas abordagens e a forma como são apresentadas.

A escola e a sociedade, em geral, têm a concepção de índio aquele que mora na floresta, caça, pesca, artesão e curandeiro. Apaga a sua história e o apresenta como figura romantizada, bela, infantil, selvagem ou que já não existe como antigamente, foram quase extintos. Monteiro expõe no texto introdutório de seu livro *Tupis, tapuias e historiadores* que os historiógrafos brasileiros primam por dois princípios básicos assentados entre os primeiros que se ocuparam em narrar a história da nação, sendo o primeiro a omissão dos indígenas como protagonistas da nossa história e, seguidamente, sobre como esses povos se encontram em processo de extinção.

No livro, *A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas,* a autora expõe que

> os índios sempre estiveram na história do Brasil, porém, ‘grosso modo’, como força de trabalho ou como rebeldes que acabavam vencidos, dominados, escravizados, aculturados ou mortos. Suas ações não eram, absolutamente, consideradas relevantes para a compreensão dos rumos da história. Essas concepções, predominantes por tanto tempo em nossa historiografia, já não se sustentam (ALMEIDA, 2017, p. 18-19, grifo da autora).

O índio habita o livro didático como um ser invisível, estranho, que viveu no passado e se apresenta como figura imaginária, quase não existe mais, a menos alguns poucos escondidos na Floresta Amazônica, reforça a ideia equivocada que o povo indígena está acabando associada aos diversos tipos de violência física e simbólica que essa sociedade vem experienciando ao longo de mais de 500 anos, nos alertam Collet et al. (2014). “Esse tipo de discurso relaciona-se a uma determinada imagem sobre os povos indígenas e sobre seu lugar ou papel na sociedade brasileira, imagem essa construída pelos setores dominantes ao longo da história do país” (p. 17). E, infelizmente, é o discurso perpetuado na escola.

O racismo e o preconceito são fatores estruturantes para a manutenção da desigualdade e do desrespeito institucional e social, visto que desde a colonização o Brasil vem desenvolvendo políticas públicas como forma “de ‘assimilar’ os indígenas à sociedade brasileira e ‘anular’ sua identificação étnica” (COLLET et al., 2014, p. 18, grifos das autoras).

Métodos e artifícios foram desenrolados para promoção dessa situação através de doutrinas e conceitos desenvolvidos para legitimar essas inverdades. Criaram uma imagem estática do indígena e suas representações culturais e sociais na tentativa de subverter a realidade em função do apagamento desses povos. Como contribuição referencial, as autoras argumentam que

> [...] muitas pessoas buscam uma imagem do índio original, 'puro', ao qual se atribui autenticidade, isto é, a condição de índio verdadeiro. Essa imagem de um índio atrelado ao passado e a uma condição estática e imutável não surgiu por acaso. Muito foi feito, principalmente, por meio de políticas públicas, para que se valorizasse esse índio romântico, irreal e intocável, e se desprezassem os indígenas reais, aqueles que lutaram e ainda lutam por interesses e projetos diferenciados, valendo-se de estratégias complexas e criativas (COLLET et al., 2014, p. 18, grifo das autoras).

Necessário se faz retomar essa história. Refazê-la a partir de pressupostos assertivos e verdadeiros, apresentando o indígena e todo o seu protagonismo na construção do Brasil e de sua história, do seu povo, da sua gente, das suas tradições e dos seus costumes. Segundo Monteiro (2001), graças a antropólogos, historiadores, arqueólogos e linguistas essa história está sendo recontada a partir do que chama de uma nova história indígena. Ideia que corrobora com a discussão sobre protagonismos indígenas das consideráveis e diversas nações autóctones de toda a América, a autora afirma que

> para a compreensão dos complexos processos históricos de formação e desenvolvimento das sociedades americanas é imprescindível levarmos em conta a presença e o protagonismo significativos dos inúmeros e distintos povos nativos do continente, que foram todos chamados índios (ALMEIDA, 2017, p. 18).

Evidenciamos, também, que uma cultura cristalizada existe apenas na cabeça e no imaginário das pessoas. O índio não se dissolve com a história, mesmo com a opressão, ele tem seu protagonismo, atua como sujeito histórico. Conforme a autora,

> a pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas que davam conta de responder às questões citadas. Heróis ou vilões, os poderosos portugueses teriam sido capazes de dominar milhares de povos guerreiros, catequizá-los e discipliná-los, fazendo-os trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei. Com leis que oscilavam entre o apoio a práticas de violência e de proteção aos índios, os portugueses e, posteriormente, os brasileiros teriam conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer sem deixar vestígios (ALMEIDA, 2017, p. 19).

Consequentemente, quando não visibilizamos a participação indígena na História do Brasil, cometemos historicídio por matarmos sua contribuição na história e preconceito. A historiografia o invisibilizou, desapareceu com sua participação, negou sua humanidade e quando reapareceu não só na sociedade, mas também nos espaços escolares, nos meados dos anos 90, especialmente pela Constituição de 1988 e pela contribuição curricular presente no PCN (1997), mostrando o índio de forma deturpada como subalterno, sem identidade e aculturado.

Esperamos que a introdução do EducaEthos, nesses espaços articulados e específicos para aprendizagens, modifique essa situação e possibilite ressignificação historiográfica para esses povos. Alguns termos e conceitos são usados (também no corpo e fases do aplicativo) quando há referências aos povos indígenas. Assim como dito anteriormente sobre o uso entre os vocábulos populações e povos, também há conceituação sobre índios, indígenas, tribos e povos indígenas.

Atualmente, existe o questionamento, em especial, por parte dos professores que têm se preocupado em evitar estereótipos, se é politicamente correto o uso da expressão índio e o que utilizar. A historiografia relata que foi a partir de um equívoco que o termo índio foi usado, pois portugueses e colonizadores ao chegarem a terras americanas acreditaram ter alcançado a Índia e, por consequência, empregando genericamente a expressão para todos os nativos que ali residiam. Denominá-los de indígena traz noção de correto, porém continua sendo algo aduzido de fora, por aquele que coloniza e não pelo próprio habitante do lugar. Os povos nativos não se reconheciam ou se designavam coletivamente, porque para cada etnia e povo existia sua própria denominação (COLLET et al., 2014).

Entretanto, diferentemente de outros países sul-americanos que negaram os termos índio e indígena, no Brasil, foi feita pelo Movimento Indígena a “reapropriação ou ressignificação dos nomes genéricos que, ao longo da história do país, tiveram sentido pejorativo e foram associados a modos de vida poucos civilizados” (p. 12). Decidiram “manter, aceitar e promover as denominações genéricas como forma de fortalecimento da identidade conjunta e de união na luta por direitos comuns” (p. 12).

Impõem-se aparência fenotípica, modos de ser e de viver para ser índio. Mais maneiras de negar aos indígenas sua identidade étnica. Discurso que reforça a não existência de índios, que já foram exterminados, negando presença e identidade indígena. Nos espaços escolares, existe uma visão estereotipada e espetacularizada desses povos numa proposta de abordagem em que esses não possuíam consciência cultural, e não reconhecem a sua natureza abundante em conhecimento agrícola e pesca, suas formas de governo e organização social.

Em relação ao paradigma de trabalho e produção capitalista, a ideia é que eles trabalharam até o período pré-colonial, mas porque não se identificavam com o trabalho de produção capitalista, produzir e acumular, e por terem uma produção de subsistência, ao ser substituído, em diversos locais pelos africanos escravizados, criou-se a ideia de que o índio é preguiçoso.

Apesar de ter tido sua cultura violada, seu físico violentado, seu território usurpado, eles têm sua identidade, possui sua dignidade, e não a perdeu. A historiografia tradicional recusa-se a dar-lhes o lugar de direito na construção histórica brasileira, assim como sua cultura em diversos aspectos, como: alimentos, comidas, língua, contemplação da natureza, conhecimentos da flora, fauna e território geográfico em si. Com uma nova história, inaugurada pela história das mentalidades e da nova esquerda marxista, nasce um novo olhar sobre essa, em que aborda mudanças e influências na historiografia e perspectivas historiográficas, derruba preconceitos e coloca a visibilidade indígena e seu protagonismo, que participou e participa, atualmente, na construção da História do Brasil.

Os indígenas, em tempos imemoriais, são donos da terra, terra fértil, com água potável e outras riquezas, usurpados e negados em seus direitos originários, motivo, ainda hoje, de todas as questões indígenas, que são: i) território e pertencimento de terra; ii) latifúndio e poder; iii) questão agrária. Todas agindo como impeditivas de avanços nos processos que demandam seus direitos, porque, apesar de garantidos pela legislação maior, a Constituição de 1988, que incorpora o direito do indígena a terra e, também, o de ser diferente, ou seja, reconhecer as suas especificidades étnicas e identitárias, mesmo com os processos de miscigenação em seu fenótipo, não são concretizados em sua prática, provocando lutas e resistências por suas conquistas.

Contar essa história de protagonismo indígena é fundamental, deve ser um compromisso de todos, escola, universidade, sociedade civil e organizações federais de forma geral, para que as suas identidades pautadas em marcadores étnicos sejam reconhecidas e valorizadas, respeitadas em seus modos de ser, de ver, viver a vida e experienciá-la e, principalmente, retirar a visão hegemônica do currículo marcada pelas concepções europeias protagonizadas e perpetuadas pelo projeto colonizador, fazendo, inclusive, que a contemos como se não fosse uma história de todos, uma história de cada um de nós.

> [...] O conhecimento do passado e de suas próprias trajetórias é um relevante instrumento de luta para os povos indígenas que, desde o período colonial, têm lançado mão desse recurso para reafirmarem seus direitos. Não à toa, muito deles estão entrando nas universidades e escrevendo suas próprias histórias. Para os não-índios, por sua vez, as novas compreensões sobre as complexas e diferenciadas trajetórias dos índios na história do Brasil podem ter duplo efeito. Além de levá-los

> a abandonar preconceitos e discriminações alimentados por tantas ideias equivocadas, podem também fornecer-lhes elementos para que reconheçam os legítimos direitos dos índios, levando-os, quem sabe, a substituir discursos de oposição e violência pelo apoio às suas causas (ALMEIDA, 2017, p. 34).

Diante dessa explanação e aludindo mais uma vez a Lei n.º 11.645 de 2008, que completa mais de dez anos de sua promulgação e alteração da LDB 9.395/96, reivindicamos, (a partir também da construção e disposição gratuita do EducaEthos) a inclusão nos currículos escolares da Educação Básica o ensino da história e da cultura indígena, sobre os produtos e materiais didáticos, adequação do currículo à valorização e à contemplação da diversidade, inclusive, possibilitando a todos a usarem esse aplicativo em seus estudos como mais um referencial de repositório e compilação básica.

3.3 **Ciganos**

Apresentando o último tema presente nas discussões do EducaEthos e como forma de contextualizar, evidenciamos que, mesmo tendo séculos de luta e resistência no combate ao racismo e ao preconceito, é por volta dos anos 70, que o movimento negro ganha visibilidade e se estabelece como organização política de reeducação das sociabilidades étnico-raciais e juntamente a seu protagonismo e aquisição de vitórias em diversas batalhas travadas para inserção e estabelecimento de leis antirracistas no país, os indígenas também se organizam e buscam se firmar e participar ativamente nas decisões políticas indígenas nacionais.

Infelizmente, com os povos ciganos não é bem assim, o tempo estendeu-se, mas a partir do início do século XXI, com a conquista do poder central por um governo mais preocupado com as questões e problemas que afetavam as populações minoritárias[119], um pequeno grupo despertou e busca garantias legais de direitos institucionais e tem alcançado respostas com algumas demandas por PL's (Projetos de Leis) apresentadas no Congresso Nacional, além de maior visibilidade da comunidade cigana brasileira.

Entre essas leis, destacamos a Lei que instituiu o Dia Nacional do Cigano, decreto de 25 de maio de 2006, que deve ser comemorado no dia 24 de maio[120] de cada ano com apoio, na época, da extinta Secretaria[121] de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da

---

[119]A etnia cigana foi incluída na classificação de 'minorias étnicas' pela Constituição Federal de 1988.
[120]A escolha desse dia foi em homenagem à padroeira dos povos ciganos, Santa Sara Kali.
[121]Essa Secretaria foi extinta pelo atual Governo Federal Brasileiro, Jair Messias Bolsonaro, juntamente com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que foi realocada, fazendo parte do atual Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos que conta na atualidade com oito secretarias, sendo elas: "Proteção Global" (substituiu a Secretaria da Cidadania), da "Família", da "Criança e do Adolescente", da

Presidência da República e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República[122]. Essa data é um marco para esses povos, porque proporciona o que lhes é de direito, o de afirmar-se em sua identidade étnica cigana e o devido reconhecimento político e social.

Em maio 2012, associados à Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK) e outras entidades da sociedade civil participaram ativamente na Plenária sobre Povos Ciganos, reuniram documentos e apoiaram tecnicamente na atuação no *Brasil Cigano: I Semana Nacional dos Povos Ciganos*, nos dias 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília, realizado pelo Governo Federal em parceria com entidades governamentais e civis, com a presença de 300 pessoas de comunidades ciganas de todo o país que serviram de base para a construção do documento oficial pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/ Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais (Seppir/PR).

Os documentos produzidos se intitulam *Brasil Cigano: Relatório Executivo – I Semana Nacional dos Povos Ciganos* e, também, do *Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*,[123] que marcam, para os povos ciganos no Brasil, reconhecimento e respeito institucional, início do que chamam do *Movimento Romani no Brasil* e, também, é nesse documento que encontramos as primeiras tentativas institucionais e oficiais de avançar no resgate histórico desses povos.

Segundo o *Relatório do Brasil Cigano* (2013), é nesse ambiente de discussão e como forma de dar continuidade ao debate que foram eleitos 30 delegados para a *III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial*, o evento ocorreu nos dias 5 a 7 de novembro de 2013. O relatório apresenta, ainda, uma longa discussão sobre as conquistas dos povos ciganos, suas origens e mesmo reconhecendo o quanto são poucas as pesquisas nesse campo, traz um excelente repertório de informações úteis para pesquisadores iniciantes. Dos participantes do *Brasil Cigano*, o relatório apresenta as entidades civis, que colaboraram na organização, e esse dado é importante, porque marca a metodologia de integrar componentes do próprio grupo que vai discutir na construção da pauta.

"Juventude", da "Pessoa Idosa", da "Mulher", da "Pessoa com Deficiência", da "Igualdade Racial". Para mais informações, disponível em: https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/janeiro/damares-alves-toma-posse-como-ministra-da-mulher-da-familia-e-dos-direitos-humanos-do-governo-bolsonaro. Acesso em: 25 mar. 2019.

[122]Atualmente, até a presente data de construção deste texto, não se sabe ou não se declarou os impactos do desmonte da antiga secretaria que cuidava desses povos e quais serão as futuras demandas daquela que a substituirá.

[123]Pode ter acesso ao Guia, disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/guia-brasil-cigano/view. Acesso em: 25 mar. 2019. Observamos que alguns *links* apresentados neste trabalho em algum momento precisarão ser redirecionados, ou seja, linkados em outra estrutura de hipertexto, pois as novas Secretarias do Ministério, citadas anteriormente, subdividiu os documentos. Os informados já se encontram em suas novas pastas, mas não sabemos se continuarão.

Era muito comum que pessoas de fora da etnia decidissem suas causas e necessidades. Os ciganos puderam falar, por si mesmos, sem a necessidade de outras vozes por eles. Pela sociedade civil, participaram da organização as seguintes entidades:

> • AMSK/Brasil – Associação Internacional Maylê Sara Kalí;
> • AICROM – Brasil/GO – Associação Internacional da Cultura Romani;
> • ANEC/GO – Associação Nacional das Etnias Ciganas;
> • APRECI/PR – Associação de Preservação da Cultura Cigana;
> • CEDRO/SP – Centro de Estudos e Discussão Romani;
> • Grupo Leshjae Kumpanja/AL116[124].

Esse documento relata sobre a importância do evento para as etnias ciganas, chama a atenção sobre a necessidade da mobilização como estratégia de luta e fortalecimento das organizações envolvidas na causa cigana, tanto as institucionais quanto as entidades civis. É por meio desse Relatório que tomamos conhecimento de várias organizações da sociedade civil dos povos ciganos existentes no país e que fizeram parte dessa grande mobilização nacional, inclusive das representações das entidades da sociedade civil:

> 1 – Associação Cigana Calons do Extremo Sul da Bahia – ACCESB-BA;
> 2 – Grupo Leshjae Kumpanja/AL;
> 3 – Associação dos Ciganos de Pernambuco – ACIPE-PE;
> 4 – Associação das Etnias Calons do DF e Entorno – ACEC-DF;
> 5 – Associação Internacional Maylê Sara Kalí – AMSK – Brasil-DF;
> 6 – Associação Internacional da Cultura Romani – AICROM – Brasil-GO;
> 7 – Associação Cigana das Etnias Calons do Estado de Goiás – ACEC-GO;
> 8 – Associação Nacional da Etnias Ciganas – ANEC-GO;
> 9 – Associação da Cultura Cigana do Estado de São Paulo-SP;
> 10 – Associação Centro de Estudos e Discussões Romani – CEDRO-SP;
> 11 – Associação Cultural Ananke Cigana – Guarulhos-SP;
> 12 – Conselho Ativo Latente de Ordem Nômade CALON-SP;
> 13 – Instituto de Apoio e Desenvolvimento à Cultura Cigana no Brasil – IADESC-RJ;
> 14 – União Cigana do Brasil-RJ;
> 15 – Fúria Gitana Diversidade Cultural-RJ;
> 16 – Fundação Santa Sara Kali-RJ;
> 17 – Grupo Cultural Encanto Cigano-RJ;
> 18 – Associação Guiemos Kalon – AGK-MG;
> 19 – Associação Cigana Unidos Kalons – ACUK-ES;
> 20 – Associação Mulheres Ciganas-RS;
> 21 – Associação do Centro de Referência Cigana-SC;
> 22 – Associação de Preservação da Cultura Cigana – APRECI/PR117[125].

Dentre as diversas oficinas realizadas no evento do *Brasil Cigano*, o Relatório também apresentou a da educação, que a partir de demandas das lideranças ciganas foi possível diálogo e construção de metas e encaminhamentos. Destacamos que, para nós, essas questões

---

[124]Brasil Cigano: Relatório Executivo – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, p. 12.
[125]Brasil Cigano: Relatório Executivo – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, p. 15.

são prioridades no combate à desigualdade, à discriminação e ao preconceito racial presentes em diversos segmentos da sociedade, mas principalmente na educação formal, na escola.

> Principais apontamentos:
> • Inexistência de dados educacionais sobre a população cigana para subsidiar políticas educacionais; necessidade de um recorte sobre ciganos nos dados do Censo Escolar;
> • Analfabetismo entre ciganos e ciganas; necessidade de dar destaque à educação de jovens e adultos;
> • Preconceito e discriminação no ambiente escolar contra a cultura cigana e constrangimentos às crianças nas escolas;
> • Inexistência de material didático que valorize a cultura cigana.
> Encaminhamentos:
> • Construir um mecanismo de identificação da população cigana nas escolas;
> • Elaborar e implementar programas e ações de Alfabetização das populações ciganas;
> • Programas de alfabetização no Ensino de Jovens e Adultos para povos ciganos;
> • Política de combate ao preconceito e à valorização dos povos ciganos nas escolas;
> • Inclusão de conteúdo sobre os povos ciganos em livros didáticos e no calendário escolar;
> • Formação para professores com participação de lideranças ciganas na elaboração e aplicação dos conteúdos;
> • Monitoramento da rede pública e privada de ensino quanto aos conteúdos sobre os povos de cultura cigana nos materiais didáticos;
> • Intensificação das ações nos municípios e estados para efetiva aplicação da Resolução 03/2012 do CNE/CEB;
> • Produção de cartilha sobre as diretrizes curriculares para educação cigana e encaminhamento às associações representativas participantes do evento Brasil Cigano para divulgação;
> • Estabelecimento de comissão formada por cinco pessoas para diálogo com o MEC, considerando a diversidade étnica e regional (BRASIL/SEPPIR, 2013, p. 23-24).

Esses eventos são um marco para os povos ciganos enquanto condição de interlocução com o governo brasileiro em sua luta e resistência contra as violações dos Direitos Humanos presentes no contexto social do país.

As mídias também se tornam extensão dessa continuidade do debate, as tecnologias como ferramentas e parceiras na propagação de ações políticas e engajamento social. O Blog[126] do AMSK – Brasil apresenta discussões e avanços nas questões políticas que envolvem os povos ciganos, visibilizando-os. Foi a partir desse Blog que obtivemos melhor acesso e informações dos documentos gerados pela antiga Seppir e através dessas informações, em meados de 2018, felizmente, os adquirimos em PDF e formato eletrônico, porque, na atualidade, (final do primeiro trimestre de 2019) os sites do atual ministério não se encontram organizados, dificultando as pesquisas, inclusive, todos os *links* de sites informados pela AMSK não estão mais disponíveis, indicando erro.

[126]Blog AMSK disponível em: http://amskblog.blogspot.com/. Acesso em: 25 mar. 2019.

Mas a partir dos *downloads* pudemos ter acesso às primeiras e diversas ações das extintas secretarias e que trouxeram ganhos aos povos ciganos, entre eles estão atos da Secretaria dos Direitos Humanos com o Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o "Programa Nacional de Direitos Humanos" – PNDH-3. Nele, consta o i) Eixo Orientador III: Universalizar direitos em um contexto de desigualdades; ii) Diretriz 7: Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena; iii) Objetivo estratégico III: Garantia do acesso à terra e à moradia para a população de baixa renda e grupos sociais vulnerabilizados; iv) Ações programáticas: K) Garantir as condições para a realização de acampamentos ciganos em todo o território nacional, visando à preservação de suas tradições, práticas e patrimônio cultural (PNDH/3, 2010).

A AMSK apresenta ainda as realizações específicas[127] da Seppir para os povos ciganos, promovendo legislação para assistência e promoção de ações de enfrentamento à discriminação étnica e racial contra o povo Romani no Brasil. Existe uma dívida histórica por parte de cientistas, pesquisadores e, principalmente, historiadores brasileiros com os povos ciganos. São poucos os dados históricos disponíveis sobre o cigano no Brasil, sua diversidade cultural e participação social.

Muitas vezes, os materiais bibliográficos disponíveis na rede internacional de computadores têm poucas informações encontradas, além de estereótipos, preconceito e discriminação racial. Livros físicos que tratem sobre pesquisas da cultura e vivência ciganas são incipientes e, parcamente, encontrados em sites especiais de divulgação e venda de literatura acadêmica e pedagógica.

Segundo a AMSK, eles têm desenvolvido um trabalho sistemático de levantamento e ampla divulgação de informações sobre a tradição do povo Romani no Brasil, porque é perceptível o quanto é desconhecido em suas especificidades, tradições, necessidades, condições de vida e obstáculos enfrentados no acesso a direitos, traduzindo-se na invisibilidade que caracteriza essa parcela da população brasileira. Mesmo depois dos importantes eventos nacionais, ainda se encontra em processo desarticulado e descontinuado. Nas pesquisas a esse Blog, chegamos a um grupo de trabalho que desenvolve (ou desenvolvia, não se sabe ao certo se no atual contexto brasileiro essa equipe de trabalho ainda se faz presente no MEC e com as mesmas funções), o GT da Seppir será discutido posteriormente.

---

[127]Para saber na íntegra, disponível em: http://amskblog.blogspot.com/p/blog-page_6542.html. Acesso em: 25 mar. 2019.

O EducaEthos na busca de dialogar com os diversos problemas enfrentados pela diversidade de povos que fazem parte das minorias étnicas brasileiras, privilegiou três etnias para compor seus conteúdos de discussões presentes nas suas fases, dentre elas, os povos ciganos. Não temos condição de fazer neste momento uma apresentação profunda sobre eles (o tempo de pesquisa é pequeno, apenas 2 anos), mas na medida do possível vamos expor a legislação brasileira voltada à população cigana e possibilitar a sua visibilidade, provocar e marcar seu pertencimento em lugares e espaços que os negam enquanto cidadãos de direito, específico em sua cultura, modos de ser e de viver e evidenciar que essa especificidade já é diversa, demonstrando a multiculturalidade de nossa sociedade.

Os ciganos fazem parte do cotidiano das instituições escolares públicas e privadas e de outros espaços de sociabilidades humanas, mas não são reconhecidos em suas necessidades básicas. Com as novas leis e demandas de inclusão social, fica latente a discriminação com eles, que ao não serem visibilizados, apagam suas histórias e tradições, e quando evidenciados, vistos por estereótipos que os agridem, os ferem e os fazem se sentir indesejados, excluídos.

No *Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*, documento gerado após o *Brasil Cigano*, referência para a maioria dos artigos e discussões sobre esses povos encontrados na web, apresenta em seu arcabouço temáticas contendo suas origens, as políticas públicas separadas por eixos, entre eles, i) direitos humanos; ii) políticas sociais e de infraestrutura e iii) políticas de acesso à terra. Segundo esse documento,

> os dados oficiais sobre os povos ciganos ainda são muito incipientes. De acordo com dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 foram identificados 291 acampamentos ciganos, localizados em 21 estados, sendo que os estados com maior concentração de acampamentos ciganos são: Bahia (53) Minas Gerais (58) e Goiás (38). Os municípios com 20 a 50 mil habitantes apresentam mais alta concentração de acampamentos. Desse universo de 291 municípios que declararam ter acampamentos ciganos em seu território, 40 prefeituras afirmaram que desenvolviam políticas públicas para os povos ciganos, o que corresponde a 13,7% dos municípios que declararam ter acampamentos. Em relação à população cigana total, estima-se que há mais de meio milhão no Brasil.[128]

Existe um quadro populacional expressivo de povos ciganos, mesmo com dados insuficientes fornecidos pelo IBGE, eles estão expostos nesses documentos desenvolvidos a partir do Brasil Cigano. Esse cenário de incipiência nos dados reflete o grau de invisibilidade

[128]Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/guia-brasil-cigano/view. Acesso em: 24 mar. 2019.

desses povos, presente não somente em contextos gerais, mas principalmente nos específicos, como, por exemplo, na escola, porque não são nomeados, visibilizados, garantidos em seus direitos de povos tradicionais. Deixam de espelhar algumas realidades, pois é sabido que alguns desses povos já não se encontram mais em estado de acampamento, fixaram-se em cidades, fazendas, não mais migrando de um lugar ao outro.

Pela falta dos materiais necessários por conta do acesso difícil à bibliografia cigana e pensando em aproximar o grupo de discussão a realidade desses povos, buscamos contato com a comunidade cigana residente na cidade de Itamaraju, no Bairro Novo Prado e, prontamente, fomos atendidos pelo líder dessa comunidade e alguns de seus membros.

Foram discorridos assuntos sobre família, educação, casamento, estereótipos e seus impactos na comunidade, suas festas, trabalho/emprego, modos de subsistência, necessidades básicas e interação com a comunidade local, além de outros aspectos. Segundo eles, a família, o núcleo familiar é a base de tudo e nunca abandonam os seus; e, pertencer a um grupo, a um clã ou tribo faz parte de sua essência. Vivem em grupo e fazem tudo juntos. Se alguém da comunidade passar por dificuldades materiais todos se reúnem para ajudar. É na convivência e na tradição oral que seus filhos aprendem e perpetuam sua cultura.

Eles colocaram que, na atualidade, poucos se encontram em acampamentos, que, na maioria das vezes, principalmente com as possibilidades positivas geradas pelo ex-presidente da República Luís Inácio da Silva, suas vidas mudaram. Antigamente, viviam às margens dos rios e faziam comércio com os fazendeiros, mas infelizmente, por ficar pouco tempo em cada lugar, a população local não os conhecia. Acreditam que nascem daí o preconceito e os estereótipos ligados ao seu povo. O não conhecer fazia criar um imaginário de discriminação.

A sociedade não os acolhia, o Estado não ajudava, forçava-os, às vezes, pegar alimentos para o grupo e assim levavam o nome de ladrões. Mas isso não é uma marca identitária, um traço genético como muitos pensam, era apenas para comer; muitas das vezes para resolver um problema emergencial de necessidades básicas e de sobrevivência.

Eles relatam que chegaram à cidade de Itamaraju há 21 anos e que no Bairro Várzea Alegre tem outro núcleo familiar. Colocam isso para demonstrar que dentro da sua diversidade existe outra e cada grupo é específico em suas formas de viver a tradição, mas um traço que une e permanece igual às gerações passadas é a vestimenta das mulheres. Segundo eles, elas são as responsáveis por manter viva a tradição, pois os homens não têm uma vestimenta específica e por não estarem mais nas barracas, o que mais difere suas vidas dos outros não-ciganos são os trajes femininos.

Quanto a isso, segundo as participantes que fizeram parte da conversa, contaram que a partir de determinada idade, no final da infância, por volta dos dez anos a menina começa a usar o vestido típico cigano e que só tira para dormir e que, aliás, dorme com roupas ditas normais. Elas disseram que entendem que sua vestimenta é uma cultura, onde fortalece e preserva a tradição. A festa do casamento é o ápice na vida da moça e seu vestido é escolhido entre os mais bonitos das lojas especializadas em vestidos de noiva ou são costurados por estilistas profissionais. Quando a família da noiva não tem condições, todos da comunidade ajudam a fazer desse momento um grande dia.

Para eles, o casamento é um acontecimento importante e precisa ser festejado, no mínimo três dias, é reconhecido pela comunidade não-cigana como uma festa longa e tradicional. Nesses tempos não há dote, o pai ajuda os filhos, porque é importante para eles. Para os noivos, não existe a condição de escolha do parceiro, pois os pais indicam; é um arranjo entre famílias, geralmente entre amigos e conhecidos. Outro aspecto importante é que as mulheres só podem casar com homens de sua etnia, mas eles podem e casam-se com mulheres de outras etnias e as trazem para viver nas suas tradições.

Quando as ciganas ficavam viúvas não era da tradição se casarem novamente, mas que, na atualidade, são mais livres e podem se casar de novo. Sobre o adultério, quando ela o comete é devolvida para a família; já o adultério masculino, a esposa presente na discussão nos informou que "não devolve o marido, luta por ele, porque jamais vai perdê-lo para outra".

Os estudantes e os professores participantes do grupo de discussão que faz parte da pesquisa perguntaram sobre tudo, até mesmo a visão dos ciganos sobre sua sexualidade. Os ciganos visitantes responderam que têm uma vida saudável e ativa. Explicaram que em relação à identidade sexual, é mais fácil na atualidade perceber a expressão[129] homossexual entre a etnia cigana e não há nenhum código de conduta que proíba. A homossexualidade é aceita como deve ser, normalmente.

Nessa conversa com o grupo de discussão, ficou evidente o quanto o preconceito social os incomoda e os acompanha por toda uma vida. Todos esses assuntos relatados foram preenchidos do sentimento de que são vítimas do preconceito.

> O preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de indivíduos constroem em relação ao outro. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido a qualquer custo, sem levar em conta os fatos que contestem. Trata-se do conceito ou opinião formada antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre

[129]Termo usado por eles para definir a identidade sexual.

> pessoas de grupos humanos e a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (MUNANGA; GUIMARÃES, 2016, p. 181-182).

É justamente esse sentimento de ser julgado previamente e de forma sempre negativa que podemos inferir de seus relatos. Eles nos disseram que sofreram e sofrem muito preconceito, mas têm orgulho de serem ciganos. Contaram que sempre dão a 'volta por cima'. Infelizmente, a sociedade não visualiza o que é bom em sua cultura, expõe e pontua sempre o que é ruim e difícil. Eles afirmaram que toda a sociedade e grupo têm seus problemas e dificuldades, mas no caso cigano, toda a comunidade é penalizada por delitos de um ou outro, generalizando os agentes da ação. Não é a pessoa que fez a transgressão que é culpada, mas toda a família. Os fatos não são considerados, mas o que povoa no imaginário das pessoas do que é ser cigano.

Mencionam que o preconceito é institucional. Em várias situações, sentem-se preteridos, excluídos. Perguntados sobre o que pensam sobre o senso comum da sociedade, eles falaram sobre suas posições em relação à justiça, contaram que a própria polícia tinha preconceito e não se colocava à disposição para conhecê-los e em virtude disso, no passado, os próprios ciganos se defendiam e faziam suas próprias leis.

Mas percebem que, na atualidade, com a educação nas relações étnico-raciais e nas relações interpessoais e interétnicas é possível se submeter às forças policiais e, até mesmo, são colaboradores em denunciar transgressões que demandem ação judicial e policial no seu grupo. Os ciganos se colocam como brasileiros, na verdade exigem sua cidadania. Dizem: "temos uma origem antepassada de outro lugar, mas nós que vivemos no Brasil nos sentimos brasileiros" (Liderança da Comunidade Cigana do Novo Prado, Itamaraju-BA). Acreditam que a tecnologia e seu avanço exponencial será mais fácil fazer uma árvore genealógica de suas gerações e resgatar suas histórias e tradições, além da visibilidade a partir do conhecimento do que é ser cigano.

Sobre os povos ciganos ainda alguns aspectos são preocupantes, por exemplo, o pouco estudo e a itinerância dificultam que possuam profissões diversas, tendo o trabalho de compra e venda de diversas coisas, em especial gado, terras e imóveis como meio de seu sustento (relato dos ciganos visitantes). Algumas famílias prosperaram e já se assentaram em suas próprias fazendas, geralmente, de agropecuária. Mas, atualmente, é comum ver ciganos e ciganas desempenhando outras funções como vereadores, professores, dentre outras.

Em relação à sua religiosidade, expressaram sua devoção à santa dos ciganos, Santa Sara Kali, de base cristã, Católica Apostólica Romana, mas evidenciaram que já existem

alguns poucos que são protestantes e de outras religiões. Dizem-se livres para cultuar quem eles quiserem, apesar de vermos a forte influência da religiosidade europeia, fruto do colonialismo e da hegemonia.

No tocante aos estudos explicaram que nos dias de hoje já existem até ciganos doutores e anteriormente não estudavam, porque as leis brasileiras não favoreciam que povos itinerantes ocupassem as escolas, mas que a partir de 1996, com a nova LDBN, as coisas mudaram, e as escolas eram obrigadas a recebê-los. Sobre essa questão, o avanço legal, apesar de tardio, veio sendo formalizado a partir de leis de inclusão. Na Resolução[130] de n.º 03, de 16 de maio de 2012, elaborada e aprovada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e homologada pelo MEC, estão expostos alguns marcos legais e trajetória até a referida resolução.

> considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96); o Plano Nacional de Direitos Humanos de 2006; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90); a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil, por meio do Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004; o Código Civil Brasileiro (Lei n.º 10.406/2002) e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990 (CNE/CEB, 3/2012, p. 1).

Esta citação mostra o longo percurso realizado por diversas instâncias para que o direito desses povos fosse garantido. Nessa Resolução citada, em seus diversos artigos, fala de um tipo de inclusão que, na verdade, na prática, pouco foi implementada. Ela coloca em seu Artigo 1º a garantia de uma qualidade social de educação para crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, dentre esses os ciganos, que não chegou.

> Art. 1º – As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.
> Parágrafo Único – São consideradas crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros (CNE/CEB, 3/2012, p. 1).

Apesar de percebermos que existe uma real universalização de vagas para ingresso desses povos na educação formal, esse Artigo abre a possibilidade de outras garantias que, inclusive, não são observadas como realizáveis (não ao menos na maioria das escolas). A

[130]Resolução CNE/CEB 3/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de maio de 2012.

Resolução diz no seu “Art. 2º, visando à garantia dos direitos socioeducacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes” (p. 1), porém desconhecemos qualquer política pública de implementação de formação pedagógica específica para o reconhecimento desses povos ciganos na escola, impossibilitando, assim, uma real adequação da escola às “particularidades” desses estudantes.

Ainda segundo essa Resolução (e nos fixamos nela, porque é uma das poucas aprovadas e homologadas que traz conteúdo específico em relação aos povos ciganos, inclusive base para outros documentos oficiais), encontramos em seu Artigo 4º, § 1º, que “A instituição de educação deverá desenvolver estratégias pedagógicas adequadas às suas necessidades de aprendizagem” (p. 1).

Sobre “desenvolver estratégias adequadas”, como havíamos dito, com a nossa experiência profissional em regência pedagógica e, também, de coordenação geral do Departamento de Educação Básica no Município de Itamaraju e pesquisadora nas questões legislativas sobre educação, podemos afirmar que ainda é inexistente em Itamaraju (e em quase todo o Brasil) uma ação escolar voltada para um trabalho que contemple as necessidades de itinerância ou qualquer outra particularidade desse povo.

O máximo realizado (não dissemos de forma genérica, mas quase que totalmente) é a aceitação de matrícula, se não tiverem atestado de conclusão/agrupamento ou memorial de identificação do ano/série a cursar, são realizados testes de aprendizagem ou aceita-se a autodeclaração, mas apenas como uma função e obrigatoriedade a cumprir, nunca como uma atividade pensada e inclusive observada em detalhes pelo PPP da escola. Ações essas contempladas nessa referida Resolução em debate.

Outro artigo que nos chama a atenção trata da formação do professor:

> Art. 5º – Os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores deverão proporcionar aos docentes o conhecimento de estratégias pedagógicas, materiais didáticos e de apoio pedagógico, bem como procedimentos de avaliação que considerem a realidade cultural, social e profissional do estudante itinerante como parte do cumprimento do direito à educação (CNE/CEB 3/2012, p. 2).

Tratar com inclusão em uma realidade invisível, inexistente e negada em sua formação histórica é impossível. Os próprios documentos oficiais afirmam o seu desconhecimento com os costumes, as tradições e a realidade cultural desses povos, então como empreender essa ardente luta contra a desigualdade e a desconstrução de direitos, se não são observadas as

regulamentações institucionais justamente por aquele que maior compete a condição de construir, formar, orientar educadores, que é o MEC?

Desde o início dos anos 90, como nos relatou o líder cigano da comunidade pesquisada, que algumas comunidades ciganas já não estão mais em situação de itinerância, portanto, como essas são vistas em relação aos seus aparatos pedagógicos para perceber e inserir essas crianças e adolescentes em sua *práxis* no processo de ensino-aprendizagem?

Essa mesma Resolução afirma a incumbência dos Conselhos Tutelares e Ministério Público quanto às garantias de atendimento especializado, o cuidado com a não continuidade dos estudos.

> os sistemas de ensino deverão orientar as escolas quanto à sua obrigação de garantir não só a matrícula, mas, também, a permanência e, quando for o caso, a conclusão dos estudos aos estudantes em situação de itinerância, bem como a elaboração e disponibilização do respectivo memorial (CNE/CEB 3/2012, p. 3).

Em relação à permanência e à escolaridade, segundo nos informaram, os meninos estudam pouco, porque vão participar das ocupações com os pais e aprender os seus meios de trabalho e subsistência. Para as meninas, geralmente, saem da escola por volta de 10 a 11 anos, quando terminam o Fundamental I, justamente quando deixam a infância e começam a vestir-se com trajes tradicionais.

Os pais disseram que tiram suas filhas da escola por medo de rejeitarem as tradições da cultura cigana, que dão prioridade ao aprendizado da leitura e da escrita. Têm medo de que se envolvam com rapazes que não fazem parte de seu povo. Geralmente, quando saem da escola é tempo que já estão comprometidas com um casamento, inclusive noivas.

Nesse sentido, as escolas observam legalmente as necessidades de permanência desse público? (Vale salientar que o questionamento não vale só para os povos itinerantes, porque a legislação maior, a LDBN é clara quando coloca em regime obrigatório que crianças de 4 aos 17 anos de idade estejam matriculadas, sob pena, inclusive, de detenção dos familiares, caso não correspondam ao que é exigido), porque entre os ciganos, como é relatado por essa comunidade específica (do Novo Prado), especialmente as meninas são obrigadas a abandonar a escola.

No último da Resolução, Art. 11 diz que “os sistemas de ensino, por meio de seus diferentes órgãos, deverão definir normas complementares para o ingresso, permanência e conclusão de estudos de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, com base

na presente resolução" (p. 4). Há espaço para pesquisa e levantamento desses dados, para que as possíveis intercorrências sejam apuradas e evitadas.

A fim de atender a essas demandas provindas dessa Resolução foi criado o grupo de trabalho (GT) estabelecido na Seppir

> que institui as Diretrizes para o atendimento de educação escolar às populações em situação de itinerância, em especial às populações ciganas. O objetivo é dar a unidade possível aos procedimentos que os Sistemas de Ensino brasileiros adotam em relação a esta temática, nos diferentes locais em que os ciganos estão presentes. Hoje, mais de quatrocentos municípios, de todos os estados da Federação, possuem populações ciganas em seus domínios, que necessitam ter suas características incorporadas ao cotidiano das escolas, como cidadãos detentores de direitos constitucionais: à vida, à saúde, à educação, entre outros (SECADI, 2014, p. 4).

Nesse documento que se coloca como 'documento orientador', registra-se 419 municípios brasileiros com presença cigana e objetiva atender os ciganos do Brasil, bem como aos diversos sistemas de ensino. Ele apresenta a descrição dos tipos de situações em que vivem os atuais ciganos brasileiros e, também, relata diversos conceitos que discutimos, como, por exemplo, consideram populações em situação de itinerância:

> i) ciganos 'nômades' – migram em busca de nichos econômicos para venda de seus produtos e serviços; 'seminômades' – partem de uma base residencial temporária e percorrem caminhos habituais em tendas ou hotéis; e 'sedentários' – possuem residências fixas, mas viajam frequentemente para comércio autônomo; ii) indígenas; iii) trabalhadores itinerantes; iv) acampados; v) artistas e demais trabalhadores em circos, parques de diversão e teatro mambembe; vi) crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que pertencem a diferentes grupos sociais e, por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, dentre outros, encontram-se na condição de itinerância (SECADI, 2014, p. 7).

Esses conceitos são importantes para definirmos quem são os que recebem as benesses da Resolução n.º 3, mas também, ajudam-nos a entender melhor a variedade de formas do 'viver cigano' e suas diversidades no cotidiano. Como mostra o núcleo familiar do Novo Prado-BA, eles formam um grupo sedentário.[131]

Nesse 'documento orientador' produzido pelo GT também está estabelecido o conceito de 'comunidade cigana'. Segundo ele, é um "agrupamento de famílias ciganas que vivem em tendas, ou não, sob a orientação de um líder em cada grupo, conforme suas tradições e costumes" (SECADI, 2014, p. 7). São diversos os conteúdos desse documento. Ele traz os marcos legais sobre os ciganos e que os promovem enquanto cidadãos, orientações aos

[131]Uma referência da identidade cigana é o nomadismo. Eles explicam que, em muitas circunstâncias, essa situação lhes foi imposta devido às permanentes perseguições, preconceitos e hostilidades de que foram e continuam sendo vítimas, independentemente de estarem ou não em barracas.

sistemas de ensino, orientações gerais, que tratam dos diversos benefícios educacionais, e políticas sociais que agora, também, estão ao alcance dessa população.

Sabemos que a nova LDBN 9.394/96 trouxe importantes ações e políticas de igualdade, definindo um novo panorama para a educação e desenvolvimento acadêmico em nosso país, além de trazer melhorias na qualidade de vida de vários povos minoritários, mas é preciso lembrar que essas mesmas conquistas se deram no plano da resistência e se consolidaram paulatinamente. Mesmo diante da atual situação em que se encontra o Ministério da Educação, que, no início de 2019, se mostra desarticulado e com propostas desagregadoras de diversas conquistas, ainda esperamos garantir os direitos já adquiridos.

No Relatório *Brasil Cigano*, consta apontamentos e encaminhamentos realizados nas oficinas desse evento, onde as representatividades institucionais e lideranças ciganas propuseram como necessidades prioritárias a educação e que, infelizmente, até o presente momento não foram realizadas. A implementação dessas e de outras ações demandadas e pleiteadas certamente inibiriam em boa proporção o preconceito, a discriminação e a desigualdade social e, assim, trariam a essa população a dignidade negada e o direito de sua identidade.

É importante destacar que os povos ciganos são muitos e não existe uma unidade em sua etnia. Assim, como as identidades são diversas, a deles também. Ao representarmos neste texto uma única comunidade cigana não tivemos a pretensão de trazer a história do povo cigano em sua 'verdade', universalidade, ao contrário, apresentamos uma visão de uma comunidade fixa, inclusive, não mais em trânsito, não acampada.

E por serem brasileiros, temos um Projeto de Lei (PLS 248/2015) tramitando no Congresso Nacional, o *Estatuto do Cigano*[132], que, em seu Artigo 1º, diz como objetivo garantir à população cigana a igualdade de oportunidades. Essa Lei foi proposta pelo Senador Paulo Paim com intuito de valorização da cultura cigana e sua visibilidade, além de possibilitar a inserção desses povos nas políticas públicas do país e, ainda, reduzir as desigualdades, as discriminações e os preconceitos. Foi debatida em Comissão dos Direitos Humanos no Senado, em dezembro de 2018, mas, no momento, encontra-se parada na espera da nova Constituição da Casa.

---

[132]O relator da proposta de Estatuto do Cigano (PLS 248/2015), senador Hélio José (Pros-DF), apresentou o seu parecer à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto define um conjunto de medidas em favor da etnia, relacionadas principalmente ao acesso à educação e à saúde, e trata do combate à discriminação e à intolerância. A proposta também determina que o Estado garanta a igualdade de oportunidades e defenda a dignidade e os valores culturais dos ciganos. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/08/estatuto-dos-ciganos-pode-ser-votado-na-proxima-semana. Acesso em: 01 dez. 2018.

No site oficial do PT, partido ao qual faz parte o senador autor da PL, diz que

> o Estatuto do Cigano já foi aprovado pelas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), tramitando agora na CDH. O debate desta terça faz parte de um ciclo de debates para a constituição da proposta, elaborada com a contribuição da Associação Nacional de Etnias Ciganas (Anec) e seguindo os moldes do Estatuto da Igualdade Racial.[133]

Para o Senador Paulo Paim, "O Estatuto não aumentará os gastos da União, apenas garantirá o acesso a direitos a esse povo", e que seu texto trata "de temas como o acesso à Educação Básica, a criação de espaços para a disseminação de culturas e o combate à discriminação. Determina ainda que as línguas ciganas passem a constituir um bem cultural de natureza imaterial". Além disso, são remetidas ao poder público as novas táticas e mecanismos de inclusão dos ciganos em diversos campos, em especial o campo social e econômico, assim como na questão da sua saúde e do seu atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Essas demandas estão apontadas no Estatuto do Cigano, que diz:

> Participação da população cigana, em condição de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de:
> I – Inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social;
> II – Adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;
> III – Promoção do combate à discriminação (Proposição, 2015, p. 2, Artigo 3º).

Nessa Lei, que, infelizmente, ainda não foi sancionada, mas aguarda em tramitação, o Artigo 1º traz, em seu Parágrafo Único, conceitos importantes para as lutas e as causas dessa parcela da população e que, em outros momentos deste trabalho, foram discutidos de maneira geral. Aqui, de modo específico, para compreensão, o Estatuto do Cigano apresenta:

> Parágrafo Único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:
> I – População cigana: o conjunto de pessoas que se autodeclaram ciganas, ou que adotam autodefinição análoga;
> II – Desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;
> III – Políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

[133]Disponível em: http://www.pt.org.br/estatuto-do-cigano-garante-direitos-e-nao-aumenta-gastos/. Acesso em: 31 dez. 2018.

> IV – Ações afirmativas:[134] os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades (PROPOSIÇÃO, 2015, p. 2).

Assim como a Lei n.º 10.639/03 veio para promover a desconstrução do racismo e do preconceito, incorporando obrigatoriamente a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar e logo, em seguida, a Lei n.º 11.645/08 foi introduzida para inclusão da história e cultura dos indígenas brasileiros, o *Estatuto Cigano* também vem com essa mesma proposição, quando expressa seus objetivos no Capítulo II, que trata da educação. Nele, além de outras conquistas, é garantida a essa população o resgate e a visibilidade de sua história e cultura.

> Art. 5° – O poder público promoverá:
> I – O incentivo à Educação Básica da população cigana, sem distinção de gênero;
> II – O apoio à educação da população cigana por meio de entidades públicas e privadas;
> III – A criação de espaços para a disseminação da cultura da população cigana.
> Art. 6° – Fica assegurada à criança e ao adolescente ciganos o direito previsto no Art. 29, da Lei n.º 6.533, de 24 de maio de 1978.
> Art. 7° – Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da população cigana, observado o disposto na Lei n.º 9.394, de 1996 (p. 2).

O Estatuto prevê, ainda, em seu bojo, garantias de direitos e inclusão em diversas áreas além da educação, tais como, cultura, saúde, acesso à terra, moradia, trabalho, promoção da igualdade e, finalmente, a sua visibilidade, quando apresenta a demanda de levantamento demográfico a partir do recolhimento de dados dessa população, pois essa é uma forma de visibilizar, mostrar que existem e precisam de cuidados, de respeito e de cidadania.

Percebemos, portanto, um movimento nacional em prol desses povos que, segundo o site *Rede Brasil Atual*, esse projeto "tenta valorizar a cultura, reduzir discriminação e propiciar políticas públicas aos integrantes de três etnias que vivem no Brasil, distribuídas em 290 ranchos e acampamentos", abrangendo mais de 500 mil brasileiros. Desse modo, o

---

[134]Ações Afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, (*) bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, com o objetivo de combate ao racismo e a discriminações, tais como: a Convenção da Unesco de 1960, direcionada ao combate ao racismo em todas as formas de ensino, a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001. (*) Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996.
Disponível em: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p. 12. Versão Eletrônica.

Estatuto atenderá mais de meio milhão de brasileiros marginalizados e esquecidos nessas veredas de exclusão que persistem em existir no país.[135]

Ao indagarmos aos componentes do grupo de discussão se a maioria dos assuntos (os abordados acima e de forma particularizada por 'uma única comunidade', e que estão presentes no app) não estaria muito aquém das necessidades políticas de nossas discussões, responderam que, na verdade, esses são os temas que povoam o senso comum em relação aos ciganos e essas discussões e apontamentos constroem um espírito de dúvida (e até mesmo empatia) nas conversas de natureza pejorativa e estereotipada ouvidas e vistas em diversos espaços que fazem parte. As pessoas não os conhecem e fazem suposições sobre sua subjetividade, seu modo de enxergar a vida e seus costumes.

Após as leituras e as pesquisas bibliográficas, tivemos a certeza do acerto quanto ao teor da pesquisa e da direção do debate na roda de conversa com a 'comunidade convidada', porque ao compararmos os documentos oficiais e os textos diversos à nossa produção, percebemos que também se direcionam pelo mesmo caminho. No corpo epistemológico do EducaEthos, essas mesmas discussões estão presentes e divididas nas diversas fases, com a esperança de promover o combate à discriminação e ao preconceito em relação a esses povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É constitucional e institucional estatutário a obrigatoriedade e o direito à educação, pois, assim, possibilita a introdução de homens, mulheres, cidadãos do país, no mundo cultural e tecnológico, mais precisamente, no universo digital.

Nesse contexto, a presente pesquisa apresenta como problema de investigação: "como mobilizar conteúdos e conceitos para a construção de um aplicativo educacional interativo cujo conteúdo propõe autoidentificação, reconhecimento e valorização étnico-racial, e possibilita a visibilidade, discussão, educação e ensino da cultura afro-brasileira, africana, indígena e cigana na comunidade escolar CIEI, influenciando na implementação das leis antirracistas n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08?" (que alteraram a LDBN 9.394/96, constituindo obrigatoriedade dessas leis no contexto escolar).

Buscando responder a essa problematização e tomando como base metodológica a pesquisa-ação, nos apoiamos em Thiollent, desmembrando em estratégias pertinentes ao método, usamos a formação em seminários caracterizados de encontros e o grupo de

[135]Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/05/estatuto-cria-normas-de-moradia-e-inclusao-social-para-povos-ciganos. Acesso em: 31 dez. 2018.

discussão. Percebemos que escolher essa metodologia foi uma atitude acertada, pois propiciou que o percurso da pesquisa se configurasse, colocando os sujeitos do seu universo como protagonistas e também pesquisadores, aprendendo e ensinando, construindo paulatinamente o aplicativo.

Em relação à construção e ao desenvolvimento do aplicativo EducaEthos, que tem como proposição militar contra o racismo e o preconceito, foram analisadas literaturas de estudiosos, pesquisadores e autores, por exemplo: Munanga (1996, 2003, 2004, 2005-2006, 2016); Gomes (2005, 2010, 2018); Silva (2017, 2018); Hall (2005); D'Adesk (2009) etc.; leis diversas; diretrizes; orientações; documentos legais federais em geral; documentários; sites e blogs; especialistas ou pessoas dedicadas às temáticas antirracistas e sobre diversidade e pluralidade identitária.

Para as discussões sobre tecnologias da informação e comunicação, as linguagens e modos utilizados nessa interlocução, da engenharia de software, desenvolvimento de aplicações mobile, dispositivos digitais, plataformas de desenvolvimento a partir de blocos de códigos, foram acionadas outras leituras de diversos autores, como: Lévy (1996, 2010); Moran; Masetto e Behrens (2014); Rojo (2012); Marcuschi (2010); Castells (2016); Pressman e Maxim (2016), entre outros.

Com as análises dessas literaturas, ficou evidente que apesar dos antigos e dos novos marcos legais educacionais voltados para a temática das relações étnico-raciais demarcada pelas lutas dos Movimentos Negros e ativistas, o Brasil continua perpetuando seu legado escravista, apoiado no discurso do mito da democracia racial e repudia qualquer ação afirmativa que, por ventura, venha alterar o *status quo* da hegemonia, e os mecanismos de exclusão social e discriminação vivenciados pela população negra, indígena, cigana e demais minorias. Percebemos que as intenções são muitas e vasto o ideário democrático articulado nas falas e nos relatórios oficiais, porém existem populações, que vivem à margem da sociedade e com direitos inacessíveis, violentadas por um tipo de racismo e preconceito que não é só estrutural, mas também institucional.

Nas práticas educacionais não são diferentes, o currículo continua eurocêntrico, que não reconhece, respeita, visibiliza ou assume outras epistemologias que não as da hegemonia branca. A implementação das leis antirracistas que já inauguram quase duas décadas, apesar das denúncias e dos avanços por parte de pesquisadores, estudiosos, movimentos sociais diversos, ainda continua na maioria dos estabelecimentos educacionais, tratando a questão na base do discurso, até mesmo quando contempla a escrita nos seus Projetos Políticos Pedagógicos, mas não se efetiva na prática.

Atualmente, já é possível ver algumas experiências pedagógicas interessantes de promoção da igualdade, evidência e debate sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial no contexto escolar, porém, o que se percebe, são experiências pontuais, estereotipadas, por vezes, desrespeitosas.

Nos estudos, também percebemos que, no espaço das tecnologias, há pouco estudo desenvolvido que busca contemplar (de maneira especial) a temática étnica e suas implicações na garantia de direitos constitucionais e democráticos, além de humanizatórios, perpetuando sua condição, mais uma vez, excluída do arcabouço tecnológico-científico, inclusive, essa questão dificultou muito o nosso trabalho, visto que não tínhamos referências no campo das aplicações digitais para a educação das relações étnico-raciais.

No tocante às pesquisas acadêmicas sobre tecnologias, em especial as TIC's, existe um vasto referencial teórico sobre a influência dessas na educação, principalmente, no tocante à formação ou não de professores, na sua conexão com o mundo virtual e as possibilidades de acesso, porém quase nada específico para as relações étnico-raciais na aplicação para Android ou iOS, discutindo a garantia dos direitos que perpassem pela igualdade étnica nem sobre a notória necessidade de equilíbrio nas relações de poder, das formas igualitárias de participação social e de seus bens, a partir de aplicativos móveis.

Dentre a ordem dos aplicativos, visitando a loja virtual da *Google Play Store* para celulares com sistema Android, com seu acervo de milhões de apps, de diversos gêneros, alguns poucos estão disponíveis (os do nosso conhecimento), como:[136] o *Mapa do Racismo*, *Alfabantu*, *Zirra*, *Orientações de Mãe Stella*, *Verdade Seja Dita* que debatem sobre racismo e discriminação racial. Mapeamos mais 15 apps específicos atuantes no combate à violência contra a mulher. Assim, percebemos os ganhos obtidos a partir dos objetivos e discussões desta pesquisa que se fortalecem, pois através do EducaEthos, aplicativo mobile, acreditamos na sensibilização dos diversos espaços de convivência social, especialmente o escolar, munindo-os com essa ferramenta como um meio de aproximação dos debates para a desconstrução do racismo e do preconceito, além da sua contribuição para possibilitar a educação para a igualdade racial na realidade brasileira.

Em quase duas décadas de mobilização legal para a desconstrução do racismo na educação e sem a sua efetiva implementação, o Governo Federal propõe reforma educacional no país, em todos os níveis da Educação Básica, a partir da nova BNCC (que não traz de forma explícita a obrigatoriedade para a luta contra o racismo, o preconceito e a promoção da

[136]As especificações de cada aplicativo descrito nessa parte do documento estão no Apêndice F.

igualdade racial) que está baseada em competências e habilidades a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica e definiu dez competências gerais que devem ser integradas ao currículo escolar brasileiro. Dentre essas competências, destacamos algumas que coadunam com os interesses do produto que esta pesquisa desenvolveu, as que tratam de competências da "cultura digital", não se restringindo apenas ao conhecimento e à utilização de forma crítica e ética das tecnologias digitais, mas também como criá-las, e, ainda, sobre a competência do "autoconhecimento e autocuidado", expondo sobre a diversidade humana e a necessidade do autoconhecer-se e compreender-se, além de fomentar a autoapreciação como meio de elevar a autoestima de si mesmo e do outro.

Dessa forma, concluímos que além do EducaEthos ser uma ferramenta digital que compatibiliza tecnologia alinhada com o gosto juvenil, atende às exigências discursivas da BNCC e, principalmente, possibilita a introdução do debate étnico-racial e formação nessa temática, e, também, se apresenta como possibilidade (e modelo) para professores, estudantes e qualquer outra pessoa poder produzir seu próprio app, em plataformas de desenvolvimento de aplicações em blocos de código, acessível e fácil de manusear.

Observando a estrutura do aplicativo construído é possível que se tenha a impressão de ser mais de um aplicativo desenvolvido em termos de conteúdo, mas isso é proposital, pois foi um dos meios encontrado pela pesquisadora para evidenciar de que forma podemos investir nas discussões dessa temática a partir de tecnologias mobile. Portanto, nesta pesquisa, muito mais do que apresentar o memorial do EducaEthos, também nos importamos em evidenciar e explicar como é possível investir na construção de aplicativos nesse tema.

Como resultados futuros, o conteúdo, a forma como está disposto e seu formato interativo, o EducaEthos possibilita se desdobrar em diversas outras atividades e estratégias que promovam a implementação das leis antirracistas, visto que ele pode ser reproduzido em formato de um jogo de tabuleiro, em um livro paradidático (com interatividade digital), canal do Youtube (cada fase compor episódios diversos de debate e discussão), livros digitais e interativos, dentre outras possiblidades. Mas, para além dessas vertentes, entendemos que este estudo não pretende se apresentar como completo e acabado, mas sim uma importante contribuição para o ensino das relações étnico-raciais por intermédio das tecnologias digitais.

Desse modo, o EducaEthos, ao ser lançado na rede, vai demandar investigação dos seus resultados, seus acessos e participação, sua avaliação e suas necessidades de aperfeiçoamento, revisão e atualização. Que ele possa, verdadeiramente, viabilizar de forma democrática e inclusiva a difusão das questões étnicas, a luta e o anseio das minorias e promova a humanização e a sensibilidade nos diversos olhares, bem como atrair o gosto pela

leitura e o deleite na formação para a igualdade racial. Enfim, que seja significativo para estar em um mundo heterogêneo e sensível para mudanças, contribuindo para formação de novos pensamentos, novos olhares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira História**, São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, mai. 2017.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ANDRADE, M. V. M.; ARAÚJO, C. F.; SILVEIRA, I. F. **Critérios de qualidade para aplicativos educacionais no contexto dos dispositivos móveis**. 2015. Versão eletrônica.

BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem**: discursos e ciência. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 1. (Obras escolhidas).

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-Torres, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento Afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

BLOG AMSK. Associação Internacional Maylê Sara Kalí. Associação Internacional Maylê Sara Kalí. Disponível em: http://amskblog.blogspot.com/. Acesso em: 01 mai. 2019.

BLOG Mídia Étnica – Correio Nagô. Carlos Moore destrói senso comum sobre racismo. 2012. Disponível em: http://correionago.ning.com/profiles/blog/list?user=0u8a9jtlgylkn. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 17 jul. 2018.

_____. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei n.° 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n.° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf.

Acesso em: 18 jun. 2017.

_____. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

_____. **Lei n.º 11.465/08**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 16 jun. 2017.

_____. **Decreto n.º 7.037**, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – rev. e atual. – Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: https://pndh3.sdh.gov.br/public/downloads/PNDH-3.pdf. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. Convenção n.° 169 sobre povos indígenas e tribais. **Resolução referente à ação da OIT** (Organização Internacional do Trabalho) – Brasília: OIT, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf . Acesso em: 07 ago. 2018.

_____. Resolução CNE/CEB 3/2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de maio de 2012. Disponível em: http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/91/pdf. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos. Brasília, DF: MEC/Seppir, 2013. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/guia-brasil-cigano/view. Acesso em: 24 mar. 2019.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (2013). **Brasil cigano** – Relatório Executivo I semana nacional dos povos ciganos. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Relat%20Executivo%20Brasil%20Cigano.pdf.br/. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/Secadi, 2013.

_____. **Ciganos – Documento Orientador para os Sistemas de Ensino**. MEC/SECADI, 2014. PDF. Versão digital. Disponível em: https://docplayer.com.br/5821300-Ciganos-documento-orientador-para-os-sistemas-de-ensino.html. Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de

Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série legislação; n. 125).

_____. **Estatuto do Cigano/Proposição**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=120952.
Acesso em: 01 mai. 2019.

BUGAY, E. L.; ULBRICHT, V. R. **Hipermídia**. Florianópolis: Bookstore, 2000.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

COLLET, C.; PALADINO, M.; RUSSO, K. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. v. 3. (Série Traçados).

D'ADESKY, J. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Pluralismo étnico e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNIC/Rio, 2009). Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 01 mai. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos e análises** – Informação demográfica e socioeconômica número 2; Características Étnico-Raciais da População, Classificações e identidades. 2013. Disponível em:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf.
Acesso em: 16 jun. 2017.

EVANGELISTA, F. **O Pensar e o Agir Eticamente**: desafios na formação pedagógica e política do educador. Florianópolis, SC: Sophos, 2003. (Coleção de Educador para Educador).

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FRANCO, M. A. **Ensaio sobre as tecnologias digitais da inteligência**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

GODOI, C. K. Grupo de Discussão como Prática de Pesquisa em Estudos Organizacionais. **ERA**. São Paulo, v. 55, n. 6, nov.-dez. 2015. (Versão digital).

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 2ª reimpressão, 2018.

_____. **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. 1. ed. Belo Horizonte: Atlanta, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JOHNSON, S. **Cultura da Interface**: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001.

LECHETA, R. R. Android. **Aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com o Android SDK**. 41. ed. 2015. Ed. Novatec. Versão Eletrônica.

LEMOS, A. **Cibercultura e Mobilidade**. A Era da Conexão. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Uerj – 5 a 9 de setembro de 2005. Documento digital.

LIMA, P. M. F. **Crimes de computador e segurança computacional**. Campinas, SP: Millennium, 2005.

LÉVY, P. **O que é Virtual**? Tradução de Paulo Neves. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. 1. ed. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **Cibercultura**. 3. ed. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 2010.

_____. **Tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Orgs.). **Hipertextos e Gêneros Digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

MONTEIRO, J. M. Introdução: redescobrindo os índios da América Portuguesa. In:_____. "Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo". Tese de Livre Docência. Departamento de Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), 2001.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013. 3ª reimpressão, 2014.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da S. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 10. ed. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo. In: PALESTRA PROFERIDA NO 3º SEMINÁRIO NACIONAL DE RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO – PENESB-RJ, 2003. Documento Eletrônico.

_____. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. rev. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, Brasília, 2005.

MUNANGA, K. Algumas Considerações sobre "Raça", Ação Afirmativa e Identidade Negra no Brasil: Fundamentos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006. Documento Eletrônico.

_____; GOMES, N. L. **Para Entender o Negro no Brasil de Hoje**: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global, 2004. (Ação Educativa).

_____. **O Negro no Brasil de Hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016. (Para entender).

PORTO-GONÇALVES, C. W. (Org. Almir Sater). **O desafio Ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. (Os Porquês da Desordem Mundial: mestres explicam a globalização).

PRESSMAN, R. S.; Bruce R. M. **Engenharia de Software**, uma Abordagem Profissional, 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

PRUTZ, K. **Democratizando o desenvolvimento móvel multiplataforma com o MIT App Inventor**. 2018. Disponível em: http://appinventor.mit.edu/explore/research.html. Acesso em: 17 dez. 2018.

RAMOS, M. N. (Coord.); ADÃO, J. M.; BARROS, G. M. N. **Diversidade na Educação**: Reflexões e Experiências. Algumas Considerações sobre a Diversidade e a Identidade Negra no Brasil. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

ROJO, R.; MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008, v. 4.

SILVA, M. G. da; BATISTA, S. C. F. **Metodologia de avaliação**: uma análise da qualidade de aplicativos educacionais para Matemática no Ensino Médio. 2015. Versão Eletrônica.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (Org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 4ª reimpressão, 2014.

SILVA, M. "Sala de Aula Interativa, a Educação Presencial e à Distância em Sintonia com a Era Digital e com a Cidadania". Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001. Documento digital.

_____. **Sala de Aula Interativa Presencial e Online** (2018). Disponível em: <http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Silva-Sala-de-aula-interativa-presencial-e-online.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

SODRÉ, M. **Reinventando a Educação**: diversidade, descolonização e redes. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SOMMERVILLE, I. **Engenharia de software**. 9. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TANAJURA, L. L. C.; BEZERRA, A. A. C. Pesquisa-Ação Sob a Ótica de René Barbier e Michel Thiollent: Aproximações e Especificidades Metodológicas. **Pesquiseduca**, v. 7, p. 10-23, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).

_____. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2011.

UNESCO. **Diretrizes de Políticas para a aprendizagem Móvel**, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.Versão Eletrônica.

APÊNDICE A: I Programação do I Encontro – março de 2018, apresentado conjuntamente com ofícios e convite

I Encontro de Formação e Educação das Relações Étnico-Raciais

"Desconstruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08"

Local: Câmara de Vereadores
Dia: 21 de março, 8h
Itamaraju-BA – 2018

Identidade na Diversidade

Programação

- Abertura: Composição da Mesa
  Mestre de Cerimônia: Professor Gustavo Melo
  Me. Pesquisador de Metodologias na Educação Matemática Financeira
- Grupo de dança: Maculelê
- Cordel Identidade e Diversidade
  Professor Armando Azevedo – poeta popular, repentista, e escritor. Membro da Academia Castro Alves de Letras do Extremo-Sul da Bahia
- Tema: PPGER /UFSB – Diversidades e Identidades no Extremo Sul da Bahia
  Maria Aparecida de Oliveira Lopes
  Doutora em História. Professora da Universidade Federal do Sul da Bahia, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Estado e Sociedade. Coordena o Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER).
- Tema: Diversidade Cultural, Território e Identidades
  Francisco Antonio Nunes Neto
  Doutor em Cultura e Sociedade. Professor Adjunto I no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire (IHACPF); Docente Permanente do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia, instituição onde também atua como líder do "Grupo de Pesquisa Práticas e Representações Culturais em um Lugar no Mundo". É membro do "Grupo de Pesquisa O Som do Lugar e o Mundo (UFBA)", do coletivo Culturas e Festas (CULT/UFBA) e do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (UFSB).
- Tema: Identidade na Diversidade / Jéssica Silva Pereira. Aluna do PPGER – Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia
- Tema: Identidade – Desconstruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 (apresentação do projeto de pesquisa) / Cristiane Silva de Meireles Cardoso. Aluna do PPGER – Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia

APÊNDICE B: Ofício entregue com o convite para o I Encontro – março 2018

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
COMPLEXO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO / NTE- 07
CÓDIGO –1179481
MUNICIPIO – ITAMARAJU
TELEFONE: (73) 3294-3899
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire / Teixeira de Freitas
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

Itamaraju, 27 de fevereiro de 2018.

Ilm.° Sr.
Presidente da Câmara de Vereadores
Francisco das Chagas Feitosa Jiló

Objetivando refletir sobre a atual situação do povo negro no Brasil e as formas veladas de racimos propulsoras de um complexo processo de desigualdade social existente no nosso país, e também, objetivando operacionalizar a implementação da Lei 10.639/03 e Lei 11645/08 para o "reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades" no espaço escolar e demais espaços de coletivos democráticos, é que nós, Cristiane Cardoso, docente do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, mestranda do Curso do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER da UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), Campus Paulo Freire e meu orientador do PPGER / UFSB, Prof. Dr. Francisco Nunes Neto, **convida** a Vossa Senhoria e todos os vereadores desse Município para participar do "I Encontro de Mobilização e Formação das Relações Étnico-Raciais" que será realizado no dia 21 de março de 2018, na Câmara de Vereadores de Itamaraju, às 08h00min.

Esse movimento faz parte do processo de formação individual e cidadã, com perspectivas de identificação, reconhecimento e autodeclaração de "nossa" identidade.

Em anexo, seguem os convites a serem entregues à Instituição ao qual dirige, assim como cartaz para divulgação do evento.

Atenciosamente,

Cristiane Silva de Meireles Cardoso
Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER / UFSB
Área de Concentração: Pós-colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.
Linha de Pesquisa: Relações Étnico-Raciais, Interculturalidades, Processos de Ensino-aprendizagem
Orientador: Professor Doutor Francisco Antonio Nunes Neto
Identificação: Cristiane Silva de Meireles Cardoso - Matrícula: **2017101399**
Tema: Desconstruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis 10639/03 e 11645/08 no Complexo Integrado de Educação de Itamaraju.

APÊNDICE C: Boletim Informativo entregue na entrada do evento a todos os participantes

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Paulo Freire Teixeira de Freitas
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
Complexo Integrado de Educação / NTE- 07

Cristiane Silva de Meireles Cardoso
Francisco Antonio Nunes Neto

Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER

UFSB - PPGER / 21 de março de 2018 - Itamaraju-Ba

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA .

"Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes; todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário.

* Constitui-se em importante estratégia pedagógica para levar à escola, pela primeira vez, a discussão das relações raciais no Brasil, tantas vezes silenciada ou desqualificada pelas avaliações de que o Brasil era uma Democracia racial.

* Tem força de lei e representa uma vontade de democratização e correção de desigualdades históricas na sociedade brasileira. Na prática, elas (as Diretrizes) serão **o que as escolas e os professores** que as implementarem fizerem.

* Como contextualização da Lei 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Ético-Raciais estabelece orientações de conteúdos a serem trabalhados e acrescentados nos **currículos dos PPP escolares**.

Destina-se o parecer aos administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se também **às famílias** dos **estudantes, a eles próprios** e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para **nele (PARECER)** buscarem orientações, quando pretenderem **DIALOGAR** com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática (Brasil, 2006, p.230)".

Construção da Identidade Negra

"De um ponto de vista histórico, a identidade branca se construiu no Brasil em aproximação com a condição de liberdade e a memória dela, e a identidade negra, em aproximação com a escravidão. Tais identidades se constituíram como pólos entre os quais circula uma expressiva maioria de mestiços biológicos ou culturais. De um jeito ou de outro, portanto, efetivamente há estigmas a serem combatidos e revertidos.

A forma de autoidentificação é que conta, e ela pode se alterar de pessoa a pessoa, dependendo de como cada um se relaciona, do ponto de vista político, com a memória de uma ascendência africana em qualquer nível. ⟹

LEI 10.639 e LEI 11.645 - ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Em 2003, a Lei 10.639 alterou a LDB (lei 9.394/96) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da **história e cultura afro-brasileira**. No ano de 2008, a Lei 11.645 alterou novamente a LBD para incluir no currículo a obrigatoriedade do estudo da **história e cultura dos povos indígenas**. Assim, a legislação passou a exigir a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo

LEI Nº 10.639 - DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes Artigos: 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Disponível em: http://devehaveralgumlugar.blogspot.com.br/2013/
Acesso em 26 de fevereiro de 2018.

Plano Nacional de Implementação das "Diretrizes / 2008.

Finalidade intrínseca do **Plano:**

⟹ Institucionalização da implementação da Educação das Relações Étnico-raciais.

⟹ Maximizar a atuação dos diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento das Leis 10639/2003 e 11645/08, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004

⟹ Busca sistematizar essas orientações, focalizando competências e responsabilidades dos sistemas de ensino, instituições educacionais, níveis e modalidades.

Nesse processo complexo, é possível, no Brasil, que algumas *pessoas de tez clara e traços físicos europeus*, em virtude de o pai ou a mãe ser negro(a), *se designem negros;* que outros, com *traços físicos africanos, se digam brancos*. É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este **sentido negativo da palavra se estende até hoje**.

Importante ressaltar que **ser negro** no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. (Brasil, 2006, p. 237 – DCNER)

Por isso, o é quem assim *se define* !"

LEI Nº 11.645 - DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Art. 1º - O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manifestação durante a reunião da SBPC em Salvador , **1981** Foto: Juca Martins
Acervo: UNICAMPI / AEL (Arquivo Edgard Leuenroth), Fundo voz da Unidade.
Disponível em: https://plus.google.com/communities/108213554048701556613
Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

A LUTA SEMPRE EXISTIU!

Fique atento : "É importante tomar conhecimento da complexidade que envolve o ***processo de construção da identidade negra*** em nosso país. Processo esse marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza-se tanto da desvalorização da cultura de matriz africana como dos aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos."

Cumprir a lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula.

FAÇA SUA PARTE!

"Os 15 anos da Lei 10.639

O ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana no Brasil celebra bodas desde a data de sua publicação no Diário Oficial da União, em 10 de janeiro de 2003. Lá se vão 15 anos, e a Lei 10.639 simboliza um marco histórico da luta antirracista no Brasil e transformação da política educacional e social brasileira.

Cultura afro-brasileira debatida em sala de aula

A Lei que estabelece diretrizes e bases para a educação nacional, ressalta a importância do ensino da cultura negra direcionado às escolas, espaço onde o negro sempre foi apontado nas aulas de História como escravo. Nunca é demais esclarecer que o negro africano trazido à força para o Brasil e seus descendentes não eram escravos como uma condição natural, submissa, preconceituosa e depreciativa, mas sim escravizados. Sigamos sempre em frente lutando por uma questão de fundamental importância para o fortalecimento das identidades étnicas afro-brasileiras, para além do efeito histórico afirmativo junto à população brasileira e valorização da contribuição econômica, cultural e social dos negros no processo de formação nacional, essa lei deve ser vista como parte estrutural do complexo de políticas que visam o direito à educação de qualidade para mais de 56% da população brasileira.

Uma conquista do Movimento Negro, hoje a Lei 10.639 ainda não é efetivamente cumprida em função de um conjunto de intolerâncias e discriminações enraizadas na sociedade brasileira. O não cumprimento dessa lei corrobora a história da África não contada no Brasil, que faz com que não tenhamos referências negras nas ciências; nas artes; na política e em tantas outras áreas do conhecimento registradas nos livros didáticos utilizados nas escolas de ensino fundamental e médio. A dificuldade também se encontra no campo de formação da maioria dos educadores, que não reconhecem a importância da história e da cultura africana para a compreensão da verdadeira história do Brasil.

A ausência de referências da história não contada sobre os negros mostra um país que entende que o negro só nasceu a partir da época da escravatura, mas sempre estivemos aqui para buscar as boas práticas que sirvam para que a lei seja efetiva e permanentemente executada.

Nosso trabalho é diminuir essa lacuna por meio de políticas públicas, de ações afirmativas, para que ela nasça com a pele escura e no menor tempo possível se torne negra. É um desafio, mas nós temos que fazer com que sejam cumpridas.

Mas ainda há muito o que fazer e transformar! Contamos com alguns importantes avanços no que se refere ao sistema de reserva de vagas oferecidas nos concursos públicos (Lei 12.990/2014) e o ingresso nas universidades públicas federais do país (Lei 12.711/2012).

Diante do expressivo e recorrente aumento dos casos de fraudes, em parceria com a sociedade civil e demais órgãos ministeriais que trabalham a transversalidade da pauta de promoção da igualdade racial, temos empenhado nossos esforços no monitoramento dessas ações afirmativas e na construção de um instrumento legal que determine que as universidades implementem suas próprias comissões de verificação.

As cotas são necessárias e deram certo. Agora o que precisamos é que as universidades e órgãos públicos possam juntos atuar para garantir o acesso do negro nos espaços acadêmicos e corporativos. O sistema de cotas foi implantado no Brasil objetivamente para que pudéssemos colocar um negro e um não negro em um mesmo ambiente escolar e mostrar o óbvio, que o intelecto e a capacidade independem da sua cor de pele. O nosso desafio é mostrar para a sociedade que **o racismo existe** e que, primeiro tem que ser reconhecido para que possamos então, com a execução das políticas públicas existentes, ser o remédio para que as desigualdades realmente sejam superadas.

Jamais venceremos as desigualdades e o racismo latente no Brasil se não tivermos o recorte racial, mas não adianta falar de enfrentamento ao racismo se o Legislativo, Executivo e o Judiciário não se comprometerem com a política de promoção da igualdade racial. Precisamos conscientizar os gestores de que a política de promoção da igualdade racial não é uma despesa, pelo contrário, a criação de órgãos e conselhos de igualdade racial fomentará a movimentação positiva de recursos.

Importante trabalhar de forma justa e igualitária, exigindo que a valorização da diversidade, das relações sociais e identidades, seja muito mais do que um discurso." ⟹ **

Ainda sobre as Diretrizes...

"O parecer que instituíram as diretrizes procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de **políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade.** Nesta perspectiva, propõe a divulgação, e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada."

"O caminho escolhido pelas "Diretrizes" foi a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros (Brasil, 2004: 9). Sendo assim, é preciso ***chamar a atenção*** para a importância dos conceitos de cultura e identidade negras (e/ou afro-brasileiras).

Colocando no **centro** do debate **conceitos de raça, identidade negra, racismo, democracia racial, cultura negra, cultura afro-brasileira, pluralidade cultural e cultura brasileira.**

A política educacional proposta pelas "Diretrizes"

exige

o aprofundamento desses conceitos e sua contextualização no processo histórico.

É preciso visibilizar o racismo e o preconceito. Persistentes são as ações e políticas que mantêm e renovam as desigualdades e hierarquias raciais em nosso país."

"Desde o final da década de 1990, as **noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas NORMATIZAÇÕES estabelecidas pelo MEC** com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. **Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social** conquistado pelos chamados movimentos negros e antiracistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial. Leia e fique sabendo das Leis que nos protege."

Imagem disponível em: http://devehaveralgumlugar.blogspot.com.br/2013/ Acesso em : 26 de fevereiro de 2018.

Juvenal Araújo – É Secretário Nacional de Politicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)

** Este artigo é de autoria de colaboradores ou articulistas do PORTAL GELEDÉS (https://www.geledes.org.br/guest-post-envie-seu-texto-para-o-portal-geledes/) e não representa ideias ou opiniões do veículo. Portal Geledés oferece espaço para vozes diversas da esfera pública, garantindo assim a pluralidade do debate na sociedade.

Acesso em : 26 de fevereiro2018.

https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/05/nao-existe-racismo-no-brasil.html

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
Acesso em 18 de junho de 2017.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 9 jan. 2003.

_____. Lei nº 11465/08. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". 2008 Disponível em: :ttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
Acesso em: 16 de junho de 2017.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.* Brasília: MEC, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf.
Acesso em: 18 de junho de 2017.

_____. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.* Brasília: SECADI/MEC, 2013.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe Maria. Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. Estudos Históricos, Rio de janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, jan./jun. 2008.

https://casadeculturacdd.files.wordpress.com/2011/05/cultura-afro-brasileira-lei-educacao.jpg

APÊNDICE D: Texto divulgado por empresas de comunicação digital e pelo Departamento de Comunicação da UFSB

I Encontro de Formação e Educação das Relações Étnico-Raciais
Tema Central: "Desconstruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis n° 10.639/03 e n° 11.645/08".

Identidade na Diversidade

Objetivando refletir sobre a atual situação do povo negro no Brasil e as formas veladas de racimo propulsoras de um complexo processo de desigualdade social existente no nosso país e, também, operacionalizar a implementação da Lei n° 10.639/03 e Lei n° 11.645/08 para o "reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades" no espaço escolar e demais espaços de coletivos democráticos, é que eles, Cristiane Cardoso, docente do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, mestranda do Curso do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER, da UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), Campus Paulo Freire e o orientador do PPGER/UFSB, Prof. Dr. Francisco Nunes Neto, organizaram o evento "I Encontro de Formação e Educação das Relações Étnico-Raciais" cujo tema, **"Desconstruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis n° 10.639/03 e n° 11.645/08"**. Foi realizado no dia 21 de março de 2018, na Câmara de Vereadores de Itamaraju, às 8h.

Esse movimento faz parte do processo de formação individual e cidadã, com perspectivas de identificação, reconhecimento e autodeclaração de "nossa" identidade. Marcadamente, a presença de vários setores da sociedade abrilhantaram a atividade, entre os participantes, tiveram presentes as secretárias de Educação, Juciara Pereira e do Desenvolvimento Social, Fabiana Angência, vereadores, representantes da sociedade civil, o Dr. Ronaldo Adelino, Sindicato dos Professores, Noel Vieira, representantes do Major Robson Calmon – Batalhão de Polícia de Itamaraju, diretores de escolas estaduais e municipais, coordenadores escolares, articuladores e professores das redes estaduais, municipais e privadas, além do seu público-alvo, que era a comunidade-escola CIEI, Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, que teve suas atividades realizadas nesse espaço de educação e formação, quando participaram seus alunos, professores e equipe gestora, representada na composição da mesa, pela diretora Sandra Regina Chagas.

A mestranda Cristiane Cardoso apresentou os objetivos de sua pesquisa: investigar como um **Aplicativo Interativo Educacional** cujo conteúdo propõe a autoidentificação, reconhecimento e valorização étnico-racial possibilita a visibilidade, a educação das relações étnico-raciais e o ensino da cultura afro-brasileira e africana na comunidade-escola CIEI, influenciando na implementação da Lei n° 10.639/03 e a Lei n° 11.645/08 nesse contexto escolar. Esse evento foi o primeiro de uma série de um conjunto de seminários de formação destinado a gestores, professores e estudantes, sendo o último a apresentação à comunidade do **aplicativo** desenvolvido e pronto para ser utilizado.

Como pauta dos trabalhos desenvolvidos na referida manhã, tendo como Mestre de Cerimônia o Professor Me. Gustavo Melo, que se apresentou.

Como abertura cultural:

- Grupo de dança: Maculelê – Comunidade Bela Vista
- Grupo Indígena Aldeia Trevo do Parque
- Cordel Identidade e Diversidade, pelo Professor Armando Azevedo

Apresentações:

- Tema: Identidade – Desconstruindo o racismo e o preconceito na implementação das Leis n° 10.639/03 e n° 11.645/08 (apresentação do projeto de pesquisa)
  Mestranda do PPGER – Cristiane Silva de Meireles Cardoso
- Tema: Identidade na Diversidade
  Mestranda do PPGER – Jéssica Silva Pereira
- Tema: PPGER /UFSB – Diversidade, Identidades e História Africana e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas
  Prof. Dr. Gilson Brandão de Oliveira Júnior
- Tema: Diversidade Cultural e Identidades
  Prof. Dr. Francisco Antônio Nunes Neto

A fala final da mestranda Cristiane foi: "Nós temos, todos nós, muito por fazer, produzir, discutir, mostrar, unir, reconhecer, respeitar. O Brasil também é Negro e precisa se reconhecer como tal".

APÊNDICE E: Termo de Declaração de Compromisso para participar do Grupo de Discussão

UFSB – Universidade Federal do Sul da Bahia
Campus Universitário Jorge Amado
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais
Área de Concentração: Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais
Linha de Pesquisa: Relações Étnico-Raciais. Interculturalidades. Processos de Ensino-aprendizagem.
Orientador: Francisco Antonio Nunes Neto

Projeto de Pesquisa-Intervenção
Identificação: Cristiane Silva de Meireles Cardoso
Matrícula: **2017101399**
Tema: Desconstruindo o racismo e o preconceito
Delimitação do Tema: Implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 no Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, a partir da autoidentificação, reconhecimento e valorização étnico-racial, conceitos apresentados em Aplicativo Interativo Educacional com vistas à desconstrução do racismo e do preconceito.

O objetivo geral da pesquisa é construir um aplicativo interativo educacional que possibilite a autoidentificação, reconhecimento e valorização étnico-racial para fomentar e dar visibilidade à educação e reeducação das relações étnico-raciais e ao ensino da cultura afro-brasileira e africana.

Nas questões técnicas, esse app seguirá (assim o pensamos) o padrão de outros Aplicativos conhecidos, podendo ser baixado pelo *Play Store* e *App Store*, terá download gratuito, para uso em smartphone ou tablet, com sistema operacional iOS ou Android. Os conteúdos estão sendo organizados, construídos e estruturados para melhor se adequarem a esse tipo de linguagem e comunicação.

O aplicativo será direcionado a adolescentes, professores e sociedade civil em geral. Foi pensado distribuir o conteúdo em fases, sendo a primeira com vários tipos de testes (por exemplo, quiz, com interação – numa linguagem próxima aos jovens, com música, jogos e talvez ganho de pontos ou moedas etc.) para realização de diagnóstico/autoidentificação/identidade étnico-racial, gênero e religião. A seguir, uma nova fase, quando o programa vai apresentar páginas com "Você sabia?", "Verdade X Mentira", "Tome Nota", "Quem sou eu?" a partir da construção de histórias que retratem a contribuição de histórias afro-brasileiras e indígenas para construção da cultura plural brasileira; depois, uma nova fase, quando se propõe experienciar atividades de autovalorização e senso de pertencimento, fechando com a última fase que propomos um novo questionário de autoidentificação com o objetivo de avaliar se através da formação/educação proporcionada pelo aplicativo houve mudança nos modos de se autoidentificar e se enxergar.

O EducaEthos é um produto de pesquisa desenvolvido com participação da comunidade-escola, porque, além de seus atores serem considerados protagonistas como é demanda pela

pesquisa-ação de Thiollent (1986, p. 14) também o é porque "[...] os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo"

Para selecionar, organizar e instituir o Grupo de Discussão que conduzirá a investigação, serão apresentados de novo, em forma de conversa individual ou grupo, informalmente, os objetivos da pesquisa e da metodologia utilizada, convidando a colaborar como integrante do projeto e coparticipante dos conteúdos do aplicativo. Os colaboradores serão agentes da comunidade-escola cuja pesquisa se propõe.

Declaração

Eu, _____, RG _____,

CPF _____, atuante como _____do Complexo Integrado de Educação de Itamaraju, declaro minha livre e total concordância para participar como membro do Grupo de Discussão, do projeto acadêmico desenvolvido pela mestranda Cristiane Silva de Meireles Cardoso nesta unidade de ensino, cuja pesquisa-ação participante e de intervenção propõe desenvolver aplicativo educacional interativo, com o conteúdo construído com a coparticipação da comunidade-escola representada pelo referido Grupo de Discussão ao qual me associo.

_____

Assinatura do participante

Itamaraju-BA, 21 de maio de 2018.

APÊNDICE F: Descrição dos aplicativos desenvolvidos e dispostos na loja virtual *Google* Play Store, relacionados no memorial da pesquisa

Mapa do Racismo e da Intolerância Religiosa, de iniciativa do Ministério Público da Bahia, como meio e ferramenta para "denunciar, mapear e combater os atos de racismo e intolerância religiosa no Estado".

O *Alfabantu*, que ensina a língua iorubá de forma lúdica e interativa, desenvolvido por uma professora de Sociologia e um professor de História; *Orientações de Mãe Stella* que traz mensagens escritas e faladas por Mãe Stella, segundo a tradição oral de sua religião, foi desenvolvido com a ajuda de um professor da UFBA e colaboradores. Ele fala de fé, tradição e generosidade.

Denominado Zimele Racism, um professor da Universidade Federal da Bahia, e outros parceiros para produção de seu conteúdo que consta de 60 frases gravadas, que registram a cultura do candomblé e falam de amor, sabedoria *Reporting App* (Zirra), projeto desenvolvido pela Fundação Ahmed Kathrada, que cuida do legado de um dos nomes mais destacados da luta contra a segregação racial na África do Sul, o aplicativo possibilita a denúncia de discriminação e racismo, mapeia e cria bases de dados, buscando possíveis soluções.

Verdade Seja Dita é um aplicativo para dispositivos móveis para mapear locais onde ocorreram casos de racismo, além de também fornecer leis de combate a esse crime e auxílio para denúncias. A ideia inicial do app é fazer mapeamento em Minas Gerais, mas com possibilidades futuras de se tornar uma ferramenta essencial no combate ao racismo no país. Foi desenvolvido por Dandara e Moara Correa, integrantes do Movimento Enegrecer.

Outros que discutem sobre as questões de gênero são os mais em evidência e maior produção, principalmente, os ligados ao combate à violência contra a mulher, como o *Conscientizando*, que foi desenvolvido por estudantes negros baianos, da rede estadual do Ensino Médio, faz discussões sobre a violência contra a mulher, a agressão verbal, a agressão física e o movimento feminista.

O *SOS Mulher* desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Amapá e permite que a mulher registre até cinco contatos de emergência, podendo ser ativados através de mensagens automáticas, depoimentos pessoais e motivacionais; o *Salve Maria*, aplicativo desenvolvido com iniciativa do Governo do Estado do Piauí para que as mulheres consigam enviar de maneira anônima denúncias.

O *Me Respeita*!, auxilia no combate à violência contra a mulher e traz a opção de relatar um assédio e/ou cadastrar um contato de emergência por precaução; o *SaiPraLá*, desenvolvido por uma colunista, Catharina Doria, ferramenta para mapear o assédio e atuar na prevenção dele, assim como pressionar os órgãos responsáveis por segurança; o *Mete A Colher* é um aplicativo que possibilita pedir ajuda, denunciar de forma anônima e dispõe uma rede de apoio para a usuária que tenha necessidade; o *PenhaS*, que traz informações, quiz, mapa de apoio, chat, rede de proteção e possibilidade de discagem direta com a polícia.

O *Salve Maria*, desenvolvido pela prefeitura de Uberlândia que viabiliza o envio de denúncias e possibilidade de tomadas de providências a partir de um servidor público disponível para esse fim; o *Minha Voz*, organizado e desenvolvido pela Câmara dos Deputados em 2014, visa mapear os serviços públicos disponíveis para vítimas de violência contra a mulher e possibilita espaços para depoimentos e incentivo a denúncias.

O *PLP 2.0*, de iniciativa do programa Promotoras Legais Populares, do Rio Grande do Sul e, em parceria, com o tribunal de Justiça do Estado, o app foi desenvolvido pelo Instituto Geledés e a ONG Themes Gênero, Justiça e Direitos Humanos, que objetiva facilitar o socorro, conectar a usuária a cinco contatos e a entidades públicas e privadas; o *Dona Maria*, que promove a conscientização da população quanto à participação política da mulher e sobre as desigualdades de gênero na política, rede de apoio e discussão sobre financiamento de campanhas políticas femininas. Assim como, o *Minha Voz* foi desenvolvido na maratona hacker da Câmara dos Deputados.

O *Agentto* é uma ferramenta que possibilita informar quando algo está errado a uma rede de alarme e conexão de até doze pessoas de confiança selecionadas pela usuária. O *For You* foi desenvolvido por seis adolescentes, com o objetivo voltado para as vítimas de *bullying* cibernético, especificamente para mulheres que sofrem abusos após fotos ou vídeos íntimos vazados na internet.

Chega de Fiu fiu é mais que um aplicativo, ele é uma plataforma que possibilita mapear locais e pontos de riscos para mulheres em todo o país, além de permitir e compartilhar de forma anônima locais onde se sofreu violência. O *Parto Humanizado* é um aplicativo que auxilia, principalmente, mulheres grávidas e explica os diversos tipos de partos, alertando para medidas desnecessárias na hora do nascimento do bebê, bem como possibilita denúncias antes, durante e depois do procedimento. Também nasceu na semana de *Maratona Hacker*.

O *Circle Of 6* conecta a usuária a seis pessoas escolhidas que a ajudarão caso esteja perdida ou em um encontro.